



PLANO DE TRABALHO BR-242/MT

Estudo do Componente Indígena (ECI)
Território Indígena do Xingu (TIX)

Processo Funai nº 08620.002443/2009-96
Processo Ibama nº 02001.026885/2022-14
Processo DNIT nº 50600.507005/2017-24

Abril, 2024

SUMÁRIO

1.	FICHA TÉCNICA	2
2.	APRESENTAÇÃO.....	4
3.	CONTEXTO E ETAPAS DE CONSULTA DO PLANO DE TRABALHO	6
	3.1 9º Reunião da Governança Geral do Território Indígena do Xingu	11
	3.2 Reunião de setembro de 2023 – Apresentação do Plano de Trabalho ECI-TIX	12
	3.3 10ª Reunião da Governança Geral do Território Indígena do Xingu	15
4.	INTRODUÇÃO	20
5.	O PROJETO BR-242/MT – BREVE CARACTERIZAÇÃO	22
	5.1 O empreendimento – Informações Preliminares.....	22
	5.2 Terras e Povos Indígenas do Território Indígena do Xingu(TIX)	29
6.	OBJETIVO	47
	6.1 Objetivo Geral.....	47
	6.2 Objetivos Específicos	47
7.	EQUIPE TÉCNICA.....	49
8.	REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	55
	8.1 Abordagem metodológica proposta	57
	8.2 Coleta de dados primários (em campo)	63
	8.3 Coleta de dados secundários.....	67
	8.4 Metodologia para avaliação de impactos	67
9.	RELAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS	75
	9.1 Breve descrição das etapas do fluxograma	76
10.	CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES TÉCNICAS.....	80
11.	RESULTADOS ESPERADOS	83
12.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

1. FICHA TÉCNICA

**PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL
BR-242/MT** (lotes 5 a 9 e parte do lote 10)

**Estudo do Componente Indígena -ECI
Produto: Plano de Trabalho do ECI**

Abril de 2024

**Plano de Trabalho do Componente Indígena do
Território Indígena do Xingu (ECI-TIX)**

- **Versão consolidada após etapa de consulta – 10º
Reunião de Governança do TIX**

**Terras Indígenas: Parque Indígena do Xingu, Pequizal do
Naruvôtu, Batovi, Wawi e Ikpeng (TI Roro-Walu, em
identificação)**

Processo Funai nº 08620.002443/2009-96

Processo Ibama nº 02001.026885/2022-14

Processo DNIT nº 50600.507005/2017-24

Dados do Empreendedor	
Nome:	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)
CNPJ:	04.892.707/0001-00
Endereço:	Setor de Autarquias Norte, Núcleo de Transportes Q-3, B-A, Brasília, DF. CEP: 70.040-902.
Representante DNIT:	Luiz Guilherme Rodrigues de Mello CREA/DF 10.445/D-DF / N° RCT IBAMA: 7.498.388
Contato:	João Felipe Lemos Cunha cgmaab@dnit.gov.br

Dados da Consultoria Responsável	
Nome:	Prosul - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda
CNPJ:	80.996.861-0001-00
Endereço:	Rua Saldanha Marinho, nº 116, 3º Andar, Centro - CEP: 88.010-450
Representante Prosul:	Wilfredo Brillinger CREA-SC: 087169-1/ RCT IBAMA: 1.790.612
Contato Prosul:	Rafaela Fontanella Sander rafaela@prosul.com
Coordenação de Projeto Prosul:	Helena Maia helena.abreu@prosul.com

Profissionais Responsáveis pela elaboração do Plano de Trabalho	
Mirella Poccia Costa	Coordenação Geral do ECI/Antropóloga
Natália Livramento da Silva de Oliveira	Coordenação Ambiental/Bióloga

2. APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental da Funai a versão final do Plano de Trabalho do Estudo do Componente Indígena, ora denominado ECI do Território Indígena do Xingu (ECI-TIX), que foi subsidiado pelo cumprimento das etapas do protocolo de consulta do TIX e resultou em ajustes e contribuições feitas pela Governança do território em novembro de 2023, na 10ª Reunião de Governança Geral do TIX, quando foi aprovado em acordo com os representantes do governo – o empreendedor, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Ministério dos Transportes, Ministério dos Povos Indígenas, Coordenação Geral de Licenciamento da Funai-CGLIC e representante da Prosul, empresa responsável pelo ECI e coordenação da equipe técnica do ECI.

Este processo se relaciona as terras indígenas: Parque Indígena do Xingu, Batovi, Pequizal do Naruvôto, Wawi¹ e o território em identificação do Povo Ikpeng, no escopo do processo de licenciamento ambiental do empreendimento BR-242/MT, compreendendo os lotes 5 a 9 e parte do lote 10, localizado nos municípios de Canarana, Gaúcha do Norte, Paranatinga e Querência, estado de Mato Grosso, com uma extensão de 223,79 km.

Para fins de contextualização do processo em tela, em dezembro de 2020, por intermédio da Ordem de Paralisação (SEI 7146590), o DNIT determinou o cancelamento da execução dos serviços de elaboração do Estudo do Componente Indígena (ECI) referente às obras de implantação e pavimentação da Rodovia BR-242/MT, naquele momento a ser elaborado pela empresa Ecoplan. Cabe neste contexto evidenciar que a paralisação da ordem de serviço se deu devido à emergência sanitária vivenciada pela pandemia de Covid-19, haja visto a vulnerabilidade dos povos indígenas e a omissão do governo², que culminou no aumento expressivo do número de casos e de mortes causadas pela doença a partir de 2020 nos territórios indígenas.

Somente em maio de 2023 o DNIT emitiu uma nova Ordem de Serviço Específica - OSE 05-093/22 - BR-242/MT (SEI 14687273) à empresa PROSUL - Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda, no âmbito do Contrato nº 93/2022, para prosseguimento da elaboração do Plano de Trabalho, Estudo do Componente Indígena e do Plano Básico Ambiental Indígena (PBAI) das obras de implantação e pavimentação da BR-242/MT.

¹ A TI Wawi não está inserida no TR da Funai de 2011, porém sua inserção foi solicitada pelos povos do TIX (Ofício nº 034/2023/PRES/ATIX), validada tecnicamente pela Funai-CGLIC nas reuniões de consulta do Plano de Trabalho e ofício Nº 2332/2023/DPDS/FUNAI e oficialmente inserida no processo de licenciamento ambiental pelo DNIT - Ofício Nº 192501/2023/CEPAM/CGMAB/DPP/DNIT SEDE.

² Senado Federal - Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (Instituída pelos Requerimentos nos 1.371 e 1.372, de 2021) - Item 7.6 Conclusões relativas ao impacto da pandemia sobre os povos indígenas. Acessado em junho de 2023 em: <https://drive.google.com/file/d/1wyq0Lwe0a6mLRz1a4xKqdpjarlWTDXPj/view>

Este documento em tela trata da retomada deste processo, agora de responsabilidade de nova consultoria técnica, que protocolou um novo Plano de Trabalho do ECI para consulta à Funai e aos povos indígenas do Território Indígena do Xingu(TIX) em julho de 2023 e, após 3 etapas de consulta e diálogo, teve sua aprovação dialogada entre as partes envolvidas em novembro de 2023, como será descrito neste documento. Desta forma este Plano de Trabalho já é o documento final, que reflete as tratativas acordadas nas reuniões de consulta para o início da elaboração do ECI do Território Indígena do Xingue segue para protocolo na CGLIC-Funai.

3. CONTEXTO DO PROCESSO E ETAPAS DE CONSULTA DO PLANO DE TRABALHO

Para esclarecer as tratativas processuais até o momento, segue abaixo os fatos relevantes que seguem pontuados de forma resumida.

Desde a emissão do Termo de Referência da Funai em 2011, o processo de licenciamento da BR-242/MT sofreu diversos impasses, em especial relacionados ao diálogo ativo dos Povos do Território Indígena do Xingu com o governo sobre alternativas locacionais do empreendimento, prevendo a mitigação de impactos ao seu patrimônio cultural, sua territorialidade e modo de vida. Com o advento e prioridade dada pelo então Governo Federal ao processo de licenciamento da Ferrovia de Integração Centro Oeste (FICO), empreendimento que possuirá³ traçado paralelo, o processo de licenciamento da BR-242/MT ficou paralisado.

Em agosto de 2017 foi emitido pelo Ibama o Termo de Referência Definitivo do licenciamento da BR-242/MT (SEI 0666681), encaminhado ao empreendedor por meio do Ofício nº419/2019/COTRA/CGLIN/DILIC.

Em novembro de 2017 as lideranças do Território Indígena do Xingu se reuniram e elaboraram uma Carta da Governança Geral acerca da BR-242/MT, reiterando a sugestão do traçado da rodovia aproveitar estradas já abertas na região para se afastar do Complexo Arqueológico *Kamukwaká*⁴, e reivindicando o direito de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI).

Em outubro de 2018 a Funai solicitou ao DNIT informações adicionais para manifestação quanto ao Termo de Referência emitido, em especial cobrando informações sobre responsabilidades dos órgãos ambientais federal e estadual em relação ao empreendimento e lotes relacionados. Em dezembro de 2018 o DNIT alterou a ficha de caracterização de atividades para requerimento em separado de Licença Prévia da BR-242/MT para os lotes 5 a 9 e parte do 10, sob responsabilidade do Ibama.

Ainda em 2018, o DNIT e a consultoria Ecoplan apresentaram à Funai o Plano de Trabalho do ECI da BR-242/MT, subdivididos em dois volumes: Grupo 1, relacionado

³ O empreendimento, Ferrovia de Integração Centro Oeste – FICO, hoje de responsabilidade da INFRA S.A, criada em 2022 com a unificação da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e a Valec, trecho Mara Rosa/GO– Lucas do Rio Verde (MT), encontra-se na fase de LI, cuja Licença foi anuída pela Funai em abril de 2021 - Ofício Nº 412/2020/CGLIC/DPDS/FUNAI com as seguintes condicionantes quanto ao componente indígena Xingue Xavante: (i) Revisão do ECI e elaboração de um PBA-CI, considerando que o ECI em questão não apresentou medidas plausíveis com os impactos detectados, com aproveitamento dos estudos realizados anteriormente (uso de dados secundários). (ii) Não estão autorizadas obras entre os Km 308+000 até Km 382+970 ou a partir do rio do Chapéu, até que haja a aprovação do PBA-CI pelos indígenas e Funai.

⁴ O Complexo Arqueológico de *Kamukwaká*, trata de paisagem sagrada do povo alto xinguano entre a Gruta de *Kamukwaká* e a Pedra da Anta às margens do Rio Batovi. Foi tombado em 2010 pelo IPHAN (Processo nº 1.535T-06) e encontra-se em processo de ampliação do Tombamento da área, processo nº 01450.014776/2007-56. A área está localizada fora do território indígena do Xingu, mas dentro da territorialidade dos povos do alto Xingu.

às Terras Indígenas Marechal Rondon e Pimentel Barbosa do Povo Xavante; e Grupo 2, relacionado às Terras Indígenas Parque Indígena do Xingu, Ikpeng, Batovi e Pequizal de Naruvôto. Este documento trata do até então Grupo 2 - Componente Xingu do referido processo.

Em dezembro de 2018, por meio da Informação Técnica nº 131/2018/COTRAM/CGLIC/DPDS-Funai, o órgão indigenista solicitou complementações ao Plano de Trabalho do Grupo 2-ECI Componente Xingu.

Em março de 2019 a Associação Terra Indígena Xingu(ATIX) enviou ao Ibama o Ofício nº014/ATIX/PRES/2019 onde apresenta a Carta de Governança Geral do Território Indígena do Xingu(TIX) sobre reivindicação do processo de consulta no âmbito dos licenciamentos da rodovia BR-242/MT e da Ferrovia de integração do Centro oeste (FICO).

Em abril de 2019 o DNIT entrega a revisão do Plano de Trabalho para o Grupo 2 - Componente Xingu, com as devidas complementações solicitadas pela Funai. Em maio foi emitido pelo Ibama o novo Termo de Referência para elaboração do EIA-RIMA referente ao projeto de implantação e pavimentação da rodovia BR-242/MT lotes 5 a 11.

Em junho, com a articulação dos Povos do Território Indígena do Xingue a Associação Terra Indígena Xingu(ATIX) foi realizada uma Audiência Pública na Câmara dos Deputados, convocada pela então deputada Joênia Wapichana (REDE-RR), onde se discutiu o plano de consulta unificado apresentado pelas lideranças para as obras da BR-242/MT e da FICO. Na audiência estavam presentes representantes do Ministério de Infraestrutura, DNIT, Valec, Funai, Ibama, Ministério Público Federal, IPHAN e prefeitos da região, onde o Governo reconheceu a obrigatoriedade da consulta livre, prévia e informada. No mesmo mês a ATIX, o GT de obras da ATIX, caciques e lideranças enviam carta ao Ministério de Infraestrutura respondendo as propostas feitas na audiência sobre a aplicação do **Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do TIX sobre o processo da BR-242/MT e FICO**. Nesta carta apontam os momentos processuais que devem compor o processo de consulta:

- (i) Aprovação do Plano de Trabalho do Componente Indígena da BR-242/MT com a presença da então Valec, para inserção dos estudos complementares da FICO;
- (ii) Aprovação do Relatório Final do Componente Indígena e das condicionantes indígenas da Licença Prévia da BR-242/MT;
- (iii) Aprovação do Plano de Trabalho do PBA-CI conjunto da obra BR-242/MT e FICO e; (iv) Aprovação do PBA-CI conjunto da BR-242/MT e FICO e condicionantes indígenas da LI da BR-242/MT e desbloqueio da LI da FICO.

Para cada um destes momentos processuais, a aprovação pela Governança Geral do TIX deve ser precedida por: 1 oficina de capacitação de lideranças com os órgãos

envolvidos; 1 rodada nas aldeias de todas as regiões do TIX, de caráter interno e, por fim, a reunião para deliberação da Governança Geral do TIX junto com os órgãos envolvidos.

Ainda em junho de 2019, a Funai oficializa a Informação Técnica nº 123/2019/COTRAM/CGLIC/DPDS-Funai onde considera a revisão do Plano de Trabalho do ECI Xingu apta a ser apresentada às comunidades indígenas e em outubro, seguindo as determinações do Protocolo de Consulta do TIX, a Casa Civil envia aos órgãos envolvidos no processo de licenciamento o Ofício Circular nº4/2019/SLD/SPPI/CC/PR informando sobre o calendário de Consulta Unificada dos Povos do Território do Xingu, que ocorreria dias 5 e 6 de novembro de 2019 no município de Canarana-MT.

Nesta primeira etapa da Consulta Unificada realizada na sede da Associação Terra Indígena Xingu (ATIX) em Canarana/MT foi apresentado para diálogo com as lideranças o Plano de Trabalho do ECI-Xingu avaliado pela Funai e foram registrados os seguintes encaminhamentos:

- Foi entregue pela Governança Geral do TIX o documento intitulado “Perguntas que não podem faltar”, que devem compor o Plano de Trabalho e, portanto, devem ser consideradas parte do Termo de Referência da Funai para elaboração do ECI⁵;
- A inserção de um antropólogo com experiência no TIX;
- O empenho da Casa Civil de promover o alinhamento entre Funai, Ibama e IPHAN para maior aproximação, com o compromisso de estarem presentes nas próximas reuniões;
- Ficou acordado que o trecho entre Água Boa/MT e Vilhena/RO permanecerá bloqueado até que se conclua todo o processo de consulta;
- Foi solicitado e houve concordância de todos, que deve haver espaço para debater alternativas de traçado para a rodovia BR-242/MT e que não será definido o traçado definitivo antes da conclusão dos estudos e da consulta que instruem o processo de licenciamento ambiental do Ibama;
- Será avaliada a inserção de ações para identificação da linha de base (marco zero) para a questão do agrotóxico, com previsão de monitoramento posterior;
- Foi solicitada atenção especial para os locais sagrados (*Kamukuwaka, Sagihengu, Tarik Yegun*) e sítios arqueológicos, bem como foi solicitada a

⁵ A Funai encaminhou em fevereiro de 2020 o Ofício nº 143/2020 ao DNIT e ao IBAMA acerca das questões elencadas pelos xinguanos para inclusão no Termo de Referência.

realização de pesquisas coordenadas entre EIA e ECI com participação indígena;

- Foi estruturada proposta de cronograma de trabalhos para dar sequência ao processo de consulta em que os membros do GT de Obras levarão as informações aqui registradas para as aldeias nas seguintes datas: a. novembro de 2019 e b. fevereiro de 2020;
- Depois disso, previram uma reunião de governança para março de 2020, na qual se definirá eventual aprovação deste novo Plano de Trabalho do ECI Xingu com a presença dos Povos do Território do Xingu do governo;
- Na reunião de governança serão apresentados os representantes indígenas que trabalharão como colaboradores na equipe de levantamento de dados do ECI;
- Somente depois dessa fase será iniciada a coleta de dados primários.

Infelizmente, devido ao aumento de casos de Covid-19, as reuniões internas e a reunião de governança previstas no Protocolo de Consulta do Território Indígena do Xinguem 2020 não ocorreram e, em dezembro de 2020, a ATIX encaminhou o Ofício nº13/2020 a diversos órgãos para reiterar o compromisso com os acordos da Consulta Unificada, evidenciando a paralisação de qualquer atividade até que ocorra a vacinação efetiva contra Covid-19.

Em resposta ao Ofício da ATIX, a então Secretaria de Apoio ao Licenciamento Ambiental e à Desapropriação assegurou (Ofício SEI Nº15954/2021/ME) que todos os compromissos firmados com os Povos do Território do Xinguem relação ao processo de consulta conjunta da rodovia BR-242/MT e da FICO estavam mantidos pelo Governo Federal.

Em setembro de 2021 o DNIT apresenta ao Ibama o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para obtenção da LP da BR-242/MT e em novembro o Ibama emite Parecer Técnico nº209/2021 com check-list do EIA evidenciando a ausência da apresentação do ECI e consulta às comunidades indígenas afetadas, nos termos do que foi pactuado entre os representantes do Governo Federal (MINFRA, SPPI, Funai e Ibama) e as lideranças indígenas, em especial a discussão sobre alternativas do traçado do empreendimento e os impactos sobre os territórios indígenas da região, o que, em análise preliminar, não estaria contemplado nas análises de alternativas apresentadas no EIA pelo DNIT.

A partir de agosto de 2021 os órgãos envolvidos, em especial DNIT, Funai-CGLIC e Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos e Secretaria de Apoio ao Licenciamento Ambiental e à Desapropriação solicitam a ATIX o agendamento de reunião de retomada do processo de consulta conjunta da rodovia BR-242/MT e da FICO. Em novembro a ATIX responde aos órgãos que devido à pandemia e à paralisação de todas as atividades no TIX, eles organizariam um encontro interno do

GT Indígena de obras para retomada do processo. Este encontro ocorreu em março de 2022, conforme relatado no Ofício nº 02/2022/PRES/ATIX, que encaminha a Carta do GT de obras do TIX e aponta lacunas técnicas e insuficiência de dados do EIA, a ausência de diálogo com os povos indígenas sobre as alternativas locais, em especial evidenciando que o desvio proposto no EIA não evitaria os impactos no complexo arqueológico de *Kamukwaká*. Na oportunidade solicita data a ser marcada para encontro presencial com os órgãos envolvidos. Ainda em abril de 2022 a ATIX oficializa seu posicionamento ao Ibama solicitando complementação ao EIA e sugerindo a convocação do IPHAN no processo.

Em julho de 2022 o DNIT comunicou à ATIX, com cópia para a Funai via Ofício nº 120291/2022/CEPAM/CGMAB/DPP/DNIT, que ainda não havia recebido as informações quanto às particularidades de cada comunidade para levantamento de dados do ECI a ser incluído no Plano de Trabalho. Em resposta, em setembro de 2022 a ATIX responde ao Ofício do DNIT com uma proposta de abordagem dos estudos de campo que devem ser consideradas na elaboração do Plano de Trabalho e reiterou que: "tanto o Plano de Trabalho do Componente Indígena quanto o EIA deverão ser apresentados a todas as comunidades do TIX em Reunião de Governança Geral", e sugere que essa aconteça no Polo Leonardo, dentro do TIX, em dezembro de 2022. No entanto, após consultar os caciques e lideranças do TIX a Associação Terra Indígena Xingu(ATIX) oficializa não ser oportuna a realização de retomada de diálogo considerando a transição do governo federal.

Em abril de 2023, durante o Acampamento Terra Livre, a ATIX por meio do Ofício nº 027/2023 comunicou aos órgãos envolvidos a necessária retomada do processo de Consulta Unificada e diálogo sobre o Plano de Trabalho do ECI, sugerindo a presença dos envolvidos no processo na 9ª Reunião de Governança Geral do Território Indígena do Xingu nos dias 11 a 13 de julho de 2023 no Território Indígena do Xingu (TIX), Polo Leonardo Villas-Bôas, Região do Alto Xingu. Tal solicitação foi reiterada pelo Ministério dos Povos Indígenas ao DNIT (Ofício SEI Nº 1142/2023/MPI).

Em atendimento a solicitação da ATIX e em respeito as tratativas e encaminhamentos acordados em novembro de 2019 com os povos do TIX, a nova consultoria técnica, Prosul, **protocolou em 7 de julho de 2023 (ofício nº125705/2023/CEPAM/CGMAB/DPP/DNIT Sede), uma primeira versão do novo Plano de Trabalho para diálogo com os povos do TIX na 9ª Reunião de Governança, que ocorreu em julho no TIX.**

3.1 9º Reunião da Governança Geral do Território Indígena do Xingu– Retomada do processo de consulta – Julho de 2023

Na 9º reunião de Governança estavam presentes representantes de diferentes órgãos envolvidos no processo de licenciamento em tela: DNIT, Funai-CGLIC, IPHAN, Ministério dos Transportes, Ministério dos Povos Indígenas, Ibama, Infra S.A., Rumo, Zago Consultoria, responsável pelo EIA do empreendimento, representante da Prosul e as duas coordenadoras técnicas responsáveis pelo Plano de Trabalho do ECI do Território Indígena do Xingu (ECI-TIX).

Na oportunidade, as coordenadoras técnicas sugeridas para o ECI foram chamadas a fazer uma breve apresentação da retomada do estudo do componente indígena, tendo em vista que a reunião de Governança, conduzida pela ATIX, priorizou o diálogo e os acordos com os órgãos de governo em relação ao processo de licenciamento da obra, em especial a entrega não dialogada do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da BR-242 ao Ibama em 2021 sem início do ECI e sem qualquer diálogo com os povos indígenas do Xinguem relação as alternativas locais analisadas no estudo ambiental.

Na reunião ficou encaminhado, conforme documento oficial do encontro (**Anexo 1**), alguns pontos que a Governança entende imprescindíveis para ajustar as diretrizes relevantes para o rito processual do licenciamento unificado em tela:

1. IPHAN se compromete a se manifestar no processo de licenciamento ambiental da BR-242 após aprovação da alternativa locacional pelos povos indígenas, que depende de pesquisa arqueológica colaborativa com os xinguanos;
2. IBAMA mantém o compromisso de se manifestar definitivamente sobre as licenças de Instalação da FICO 2 e a Licença Prévia da BR-242 somente após posicionamento da FUNAI e aprovação dos povos xinguanos sobre o ECI e a alternativa locacional, conforme acordo original de 2019 com os povos do TIX;
3. INFRA S.A deve cumprir a condicionante da LP da FICO que determinou a atualização da matriz de impacto do ECI da FICO que será realizada de forma colaborativa com os povos xinguanos;
4. DNIT deve solicitar à empresa responsável pelo EIA-RIMA da BR-242 que seja analisada a alternativa locacional dos xinguanos: que utiliza estrada já existente para desviar do *Kamukwaká* e estrada já existente entre Gaúcha do Norte e Canarana;
5. FUNAI, MPI e DNIT devem incluir também a TI Wawi no Estudo do Componente Indígena — ECI, subsidiados pelo Plano Gestão do TIX e Protocolo de Consulta;
6. A empresa PROSUL deve contratar pelo menos 7 técnicos indígenas para elaboração do ECI;
7. Todos os empreendedores, órgão licenciador e intervenientes deverão se empenhar para promover junto ao governo federal uma política pública de

combate e prevenção do desmatamento na região das cabeceiras do Xingu, conforme os objetivos do PPCDAm 5ª-fase

- a. Seguimento ao processo de identificação e delimitação da Terra indígena Jatobá (Roro-Walu) do povo Ikpeng;
 - b. Revisão dos limites da Terra indígena Batovi;
 - c. Definição de uma política de restauração das cabeceiras do Xingu, APPs e matas ciliares;
8. IBAMA deve solicitar estudos aprofundados sobre contaminação pelo agrotóxico do meio físico e biótico nas áreas impactadas pelas construções da BR-242 e FICO.

Sobre o diálogo acerca do Plano de Trabalho do ECI-TIX, foi solicitado uma nova reunião específica para tratar sobre o documento, prevista para setembro de 2023, quando a ATIX, juntamente com o GT de obras do TIX, estaria disponível para dialogar sobre o produto.

3.2 Reunião de setembro de 2023 – Apresentação do Plano de Trabalho ECI-TIX

Em setembro, nos dias 17 e 18, conforme ofício de orientação enviado pela ATIX ao DNIT - ofício nº038/2023/PRES/ATIX - ocorreu a reunião de apresentação e diálogo da primeira versão do Plano de Trabalho do ECI do Território Indígena do Xingu (ECI-TIX) na sede da ATIX em Canarana-MT.

Estavam presentes nesta reunião o GT de Obras da Associação Terra Indígena Xingu (ATIX); representantes da ATIX e representantes do Movimento das Mulheres do Território Indígena do Xingu (MMTIX); representantes do DNIT; Funai - Coordenação Regional do Xingu; Equipe técnica sugerida para elaborar o ECI, representante da Prosul e convidados da ATIX, técnicos do Instituto Socioambiental – ISA.

De forma geral a reunião ocorreu de forma a contemplar o diálogo aberto e transparente de toda equipe técnica com os presentes em relação a dúvidas, esclarecimentos e ajustes do Plano de Trabalho do ECI-TIX (**Figura 1**).

Figura 1 - Registro fotográfico da apresentação do Plano de Trabalho, setembro de 2023.

Representante da Prosul (Helena Maia) e representante do DNIT (Alberto Maeda) na reunião de apresentação do PT do ECI -TIX.



Apresentação de metodologia e interação dos representantes do GT de obra do TIX.



Representantes da ATIX, MMTIX e GT de Obras e equipe técnica do ECI deliberando sobre encaminhamentos do PT e próximos passos.



GT de Obras do TIX, representantes da ATIX e MMTIX na reunião de apresentação do Plano de Trabalho do ECI Xingu da BR-242/MT.



Após a apresentação e diálogo sobre as diversas questões que envolvem o Plano de Trabalho do ECI da BR 242, os membros do GT de Obras fizeram suas considerações, contribuições e os encaminhamentos foram registrados em ata (**Anexo 2**), foi feita a leitura e correções de entendimento e todos assinaram. Os encaminhamentos foram consolidados em 7 itens:

1. A Prosul informou que está em vias de inclusão da TI Wawi no ECI. A ATIX e o GT de Obras aguardam a formalização dessa decisão por ofício;
2. O DNIT informou que já demandou à Zago (responsável técnica do EIA) que analise no EIA da BR 242 a alternativa locacional defendida pelos xinguanos;
3. Os membros do GT reivindicaram à Prosul e ao DNIT a contratação de mais um antropólogo e de um arqueólogo para compor a equipe do ECI. A ATIX irá organizar uma lista o mais breve possível com indicação de nomes de antropólogos e arqueólogos conhecidos dos povos xinguanos;
4. A equipe da Prosul irá dialogar com antropólogos, arqueólogos e outros pesquisadores e parceiros dos xinguanos com o objetivo de colaborar e aprimorar o trabalho de pesquisa;

5. Os membros do GT, juntamente com a ATIX, irão organizar reuniões de Governança Regional nas quatro regiões do TIX (Alto, Médio, Baixo e Leste) durante o mês de outubro de 2023 para apresentar o Plano de Trabalho do ECI para as lideranças do TIX. Nessas reuniões, cada região irá debater sobre:

- a. Os nomes dos indígenas que irão ser contratados pela Prosul para compor a equipe do ECI;
- b. As regiões que deverão ser visitadas pela equipe do ECI durante a pesquisa, ajustando o mapa de subdivisões étnicas e logísticas do TIX (p. 22 do Plano de Trabalho);
- c. A melhor época para início das pesquisas considerando o período das chuvas que inviabiliza o trabalho de campo. Fica indicado pelo GT como provável data os meses de março e abril;
- d. Refletir sobre o Plano de Trabalho como um todo com o objetivo de propor melhorias e decidir, ao final, sobre a realização - ou não - dos estudos pela equipe do ECI;
- e. Todos os pontos acima serão levados por cada região para debate e decisão final em Reunião de Governança Geral.

6. A ATIX irá organizar uma Reunião de Governança Geral em novembro (dias 12 e 13/11/2023) para avaliação final do Plano de Trabalho do ECI pelos povos xinguanos. O dia 11/11 fica reservado no caso de necessidade de realizar uma conversa preparatória entre a Prosul, os representantes do governo, a ATIX e os membros do GT.

7. Todos os demais acordos do processo de consulta unificada da BR 242 e FICO realizados até a presente data, bem como as regras do Protocolo de Consulta dos Povos do TIX, permanecem válidos.

3.3 10ª Reunião da Governança Geral do Território Indígena do Xingu–Deliberação sobre o Plano de Trabalho do ECI-TIX da BR-242

Nos dias 12 e 13 de novembro ocorreu a 10ª Reunião de Governança Geral do TIX sobre processo de Consulta Unificada da BR-242 e FICO aos povos Xinguanos, conforme ofício N°041/2023/PRES/ATIX enviado pela ATIX. Na reunião estavam presentes representantes de diferentes instituições, como governo federal representado pelo empreendedor DNIT, CR Funai Canarana e servidor da Funai-CGLIC de Brasília, responsável pelo processo, representante do Ministério dos Transportes; representante do Ministério dos Povos Indígenas, Prosul, e equipe técnica executora; Instituto

Socioambiental (ISA), como parceiro e assessor técnico da ATIX; além de representantes das organizações indígenas: ATIX, MMTIX e GT de Obras do TIX.

Na reunião foi solicitado pela Governança que a equipe técnica apresentasse novamente o Plano de Trabalho para ciência de todos (**Figura 2**).

Figura 2 - 10º Reunião de Governança da ATIX- Polo Wawi, novembro de 2023.



Após este momento a ATIX apresentou as contribuições das reuniões regionais no alto, médio, baixo e leste, ocorridas em outubro, ao Plano de Trabalho. De forma resumida os destaques da ATIX foram:

- (i) Apresentação de cronograma de campo sugerido pelas reuniões regionais: levantamento por povo, diferente da sugestão da primeira versão do PT e indicação de 1 mês para cada povo, totalizando 1 ano de levantamento de campo;
- (ii) Sugestão de um campo adicional na estação seca, para que a equipe vivencie os problemas já existentes no TIX;
- (iii) Indicação de 17 técnicos indígenas divididos por região, que auxiliarão a equipe durante os levantamentos em cada região;
- (iv) Indicação de arqueóloga pelos povos do Alto Xingue Médio Xingue indicação de antropólogos em cada região, totalizando 5 indicações.

Após a apresentação da ATIX, representantes do DNIT, representante da Prosul e equipe técnica se reuniram para dialogar sobre a proposta apresentada. Em busca de um ponto de equilíbrio, haja visto que a proposta apresentada pela ATIX alterava o cronograma geral do estudo, os representantes do DNIT e equipe técnica entenderam a necessidade de uma contraproposta, em atendimento as questões colocadas pela governança e as limitações de um processo licitatório.

Desta forma a contraproposta seguiu as seguintes diretrizes:

- (i) Sugestão de que o 1º campo de coleta de dados seja dividido em duas etapas, sendo 30 dias para o Alto Xingue 30 dias para o Baixo, Leste e Médio Xingu;
- (ii) Um 2º campo de coleta de dados prevendo encontros regionais, nas 4 regiões (alto, médio, baixo e leste), contemplando a sazonalidade;
- (iii) Aceite dos técnicos indígenas que atuarão por região;
- (iv) Diálogo com os especialistas indicados prevendo contribuições no ECI;

Após a apresentação da contraproposta, a Governança do TIX solicitou uma deliberação interna, somente da Governança. No retorno, a proposta foi apresentada pela ATIX, de forma resumida deliberou:

- (i) Aceite de dois campos de 30 dias divididos, conforme apresentado;
- (ii) Aceite do campo de setembro por regiões;
- (iii) Inserção de 4 técnicos indígenas permanentes na equipe técnica além dos técnicos indígenas por região;
- (iv) Uma reunião de Governança que será realizada após a oficina de impactos (que será realizada somente com ATIX, GT de obras e técnicos indígenas fixos), para validação da discussão entre as aldeias do TIX, para posterior protocolo do estudo na Funai, a depender da anuência da governança;

-
- (v) Presença dos especialistas indicados no ECI, prevendo diálogo para ver disponibilidade dos indicados;
 - (vi) Inserção da TI Wawi no estudo.

Desta forma foi então celebrado o aceite pelo DNIT, foi lavrada a ata (**Anexo 3**) e assinada entre as partes a aprovação do Plano de Trabalho pela Governança do TIX, com as questões deliberadas acima e início do ECI em março de 2024. Os novos ajustes e acordos serão detalhados nesta versão final do Plano de Trabalho em tela, nos itens correlatos.

Feito o relato do contexto atual que se insere o Estudo do Componente Indígena (ECI) do TIX no processo de licenciamento ambiental do projeto BR-242 e descritas as etapas de consulta e construção conjunta do Plano de Trabalho do ECI, em respeito ao Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do TIX, segue abaixo a nova versão do Plano de Trabalho do ECI-TIX para protocolo na CGLIC-FUNAI e início dos levantamentos de campo.

4. INTRODUÇÃO

Este documento apresenta o Plano de Trabalho do Estudo do Componente Indígena do Território Indígena do Xingu (ECI-TIX), especificamente relacionado às Terras Indígenas Parque Indígena do Xingu, Ikpeng (em identificação), Wawi, Batovi e Pequizal do Naruvôto no âmbito do processo de licenciamento ambiental da BR-242/MT etapa de Licença Prévia, para os lotes 5 a 9 e parte do lote 10, localizados nos municípios de Canarana, Gaúcha do Norte, Paranatinga e Querência, estado de Mato Grosso, com uma extensão de 223,79 km.

Conforme relatado no capítulo 2, este Plano de Trabalho do ECI-TIX é a versão final, considerando que seu conteúdo foi construído junto à Governança Geral do TIX após 3 reuniões de consulta, que teve como ponto de partida a primeira versão do Plano de Trabalho, protocolada em julho de 2023 na CGLIC-FUNAI. De forma complementar esta nova versão do documento também atende ao ofício nº 2332/2023/DPDS/FUNAI (5789190) de 05/10/2023, onde a Funai solicita formalmente a inclusão da TI Wawi no processo em tela e o ofício nº 2748/2023/DPDS/FUNAI que encaminha a Informação Técnica nº 136 de 14 de novembro de 2023, onde o órgão indigenista avalia a primeira versão do Plano de Trabalho (de julho/2023) e traz alguns apontamentos que devem ser contemplados nesta versão final do documento.

As etapas de consulta, como já descritas, foram de alta relevância técnica para melhoria do documento e para o processo vindouro de elaboração do estudo, mas também se mostrou imprescindível para o processo de licenciamento ambiental em tela como um todo, o que envolve a dimensão administrativa, haja visto o envolvimento direto e o comprometimento de diversos órgãos de governo com o respeito à elaboração do ECI antes da emissão de qualquer licença, e o sem precedente envolvimento de outro empreendedor com atuação na região para diálogo unificado, neste caso a Infra S.A. responsável pela Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO); e sua dimensão política, na medida que o processo vem cumprindo o Protocolo de Consulta do TIX.

Destarte, este Plano de Trabalho não será alterado na sua estrutura geral, que deve atender o Termo de Referência da Funai e inclui, como na sua primeira versão de julho de 2023, as questões técnicas complementares solicitadas pela Governança Geral do TIX já em 2019. No entanto, esta nova versão segue com as adequações dialogadas e acordadas nas reuniões de consulta, em especial a reunião técnica ocorrida em setembro e a reunião de deliberação do Plano de Trabalho em novembro de 2023, quando foram acordados outros ajustes, como será indicado ao longo do texto.

O documento segue itemizado da seguinte forma: no capítulo 5 será feita uma breve contextualização do empreendimento, das terras indígenas envolvidas e sua complexidade sociocultural, utilizando dados secundários a serem atualizados quando da elaboração do ECI-TIX junto com os povos do Território Indígena do Xingu. Nele

também serão contemplados esclarecimentos e ajustes solicitados pela Funai na informação técnica encaminhada no ofício nº 2748/2023/DPDS/FUNAI. O capítulo 6 apresenta os objetivos do plano de trabalho e o capítulo 7 a nova equipe técnica, com os ajustes solicitados pela governança do TIX.

O referencial teórico metodológico para sistematização do ECI-TIX e para a metodologia de coleta de dados primários segue apresentado no capítulo 8. O capítulo 9 traz uma breve descrição das etapas e suas atividades, contendo um fluxograma com o passo a passo a ser cumprido. Ambos comportam esclarecimentos solicitados pela Funai.

O cronograma, no capítulo 10, traz ajustes nas etapas de campo dialogados na reunião de consulta e no capítulo 11 são apresentados os resultados esperados com indicadores. Por fim o capítulo 12 apresenta as referências bibliográficas consultadas para elaboração deste documento.

5. O PROJETO BR-242/MT – BREVE CARACTERIZAÇÃO

Neste capítulo segue uma breve contextualização do empreendimento BR-242/MT e das terras indígenas envolvidas neste processo de licenciamento e seu complexo sociocultural, utilizando neste momento dados secundários disponíveis e ofícios do órgão ambiental e intervenientes do processo em tela. Não se pretende com este item expor de forma exaustiva as complexidades que envolvem os temas abordados, o que será realizado no documento ECI-TIX quando, junto com os povos do Território Indígena do Xingu, serão aprofundadas as informações sobre seu modo de vida, as questões atuais vivenciadas no território e as reflexões sobre o projeto básico do empreendimento com o objetivo de trazer informações sistematizadas e evidências sobre os impactos socioambientais relacionados a sua possível instalação e ou alteração de traçado.

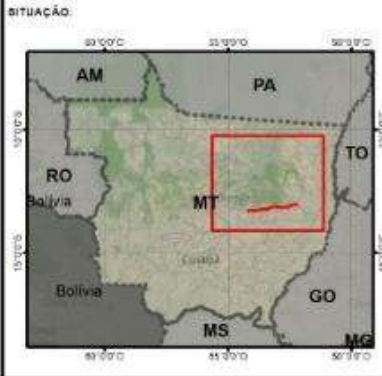
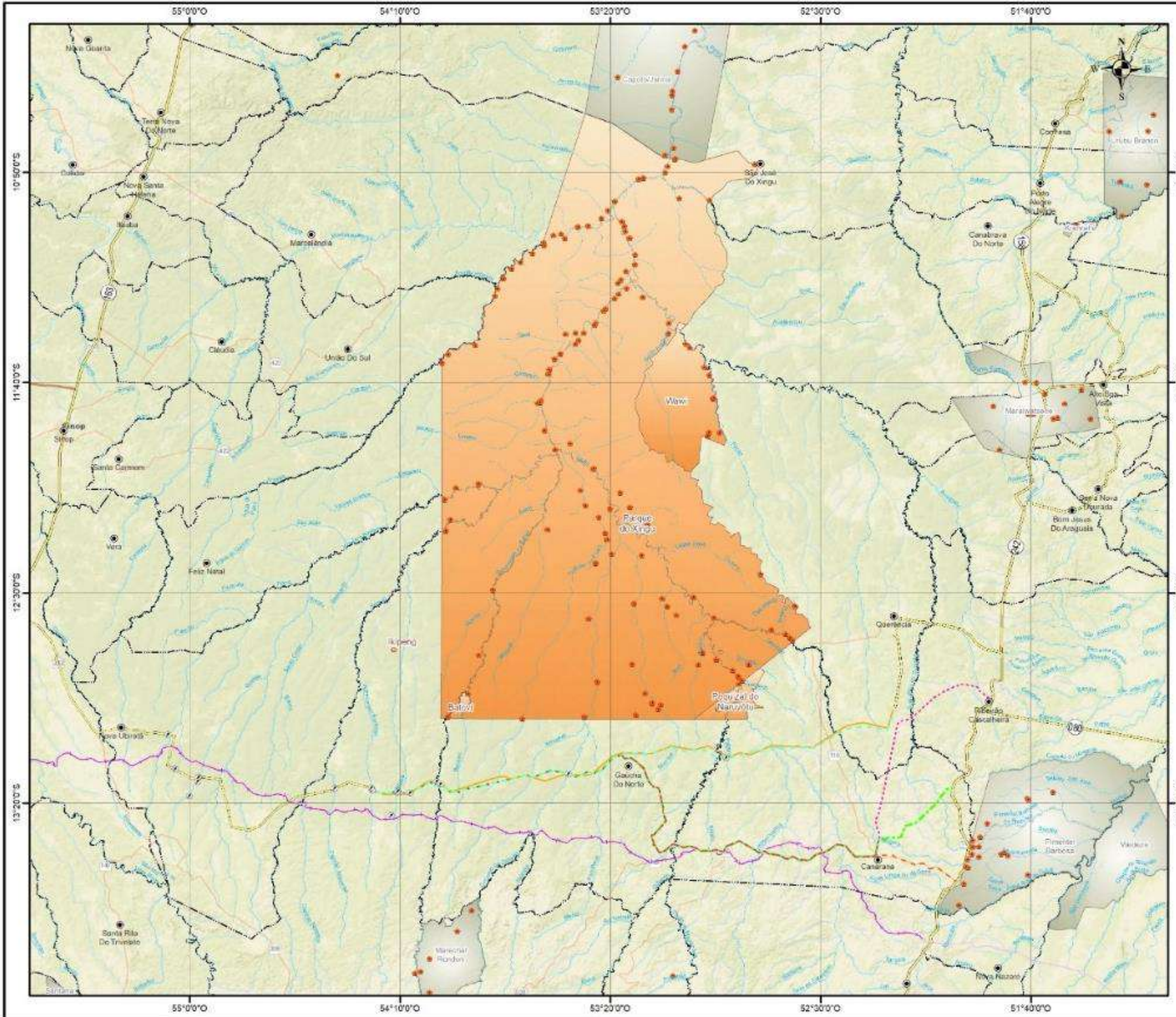
5.1 O empreendimento – Informações Preliminares

A rodovia BR-242/MT estende-se do estado da Bahia, passa por Tocantins e segue até o estado de Mato Grosso, uma das maiores rodovias transversais do Brasil, com extensão total de 2.353 km. A rodovia não foi totalmente implantada, possuindo ainda alguns trechos sem pavimentação, sobretudo nos estados de Mato Grosso e Tocantins. O projeto básico do empreendimento em questão, no estado do Mato Grosso, é composto por 11 lotes e liga os municípios de Sorriso e Querência. O Estudo do Componente Indígena a ser realizado no âmbito deste projeto inclui os lotes 5 a 9 e parte do lote 10, interceptando os municípios de Canarana, Gaúcha do Norte, Paranatinga e Querência.

No que cabe o diálogo com o Anexo 2 da Portaria Interministerial nº060/2015 o projeto básico do empreendimento se encontra a 30 km da Terra Indígena Batovi e a uma variação de distâncias ao longo do traçado sugerido, todas menores que 30 km, da parte sul do Parque Indígena do Xingu, chegando a ficar a 11 Km da Terra Indígena Pequizal do Naruvôto, quando segue até o entroncamento com a MT-243, no município de Querência. Cabe neste contexto destacar, conforme já alertado pela Governança do TIX e pelo IPHAN, que o primeiro traçado proposto, apesar de se encontrar fora dos limites jurídicos das terras indígenas envolvidas no processo, pode afetar diretamente o complexo arqueológico altoxinguano sítio *Kamukwaká*, tombado pelo IPHAN em 2010, local que se encontra dentro da territorialidade dos povos do alto Xingue são de importância fundante para manutenção e reprodução dos seus valores culturais e espirituais.

Acerca disso, em 2014 o DNIT oficializou ao Ibama e ao IPHAN a alteração do traçado devido ao sítio arqueológico no final do lote 5. Nesse novo traçado, o DNIT afirma que o sítio se localiza cerca de 1,6 km de distância da futura rodovia. No entanto, em maio

de 2023, o IPHAN oficializou ao DNIT óbice ao traçado proposto e validado no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) entregue ao Ibama em setembro de 2021, pois ele ainda incide na localidade objeto de "Ampliação do Tombamento das Áreas Sagradas dos povos do Xingu" (Processo 01425.000352/2018-74), especialmente na Pedra da Anta, Anta Macho e Anta Fêmea. O **mapa 1** a seguir apresenta a localização das terras indígenas envolvidas neste Estudo do Componente Indígena, a localização do complexo arqueológico tombado pelo IPHAN e as alternativas locacionais de traçado do projeto básico do trecho em licenciamento da BR-242/MT.



- LEGENDA:**
- Sedes municipais
 - Aldeias
 - ⚡ Sítios arqueológicos
 - Hidrografia
- Alternativas de traçado - BR-242/MT**
- Alternativa 01
 - Alternativa 02
 - Alternativa 03
 - Alternativa 04
 - Alternativa 05
- Rodovias - DNIT (SNV 202304A)
 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste - FICO I
 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste - FICO II
 - Municípios Brasil
 - Terras Indígenas
 - TIs - ECI/TIX

BASE CARTOGRÁFICA:
 IBGE, DSG - Mapeamento Sistemático Brasileiro e Base Vetorial Contínua;
 FUNAI, 2021; DNIT - SNV, 2023; MMA; IPHAN

SISTEMA DE REFERÊNCIA
 GCS - SIRGAS 2000

ESCALA: 1:1.600.000

EMPREENDIMENTO:
 RODOVIA BR-242/MT

TEMA:
 ESTUDO DE COMPONENTE INDÍGENA

MAPA:
 LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS

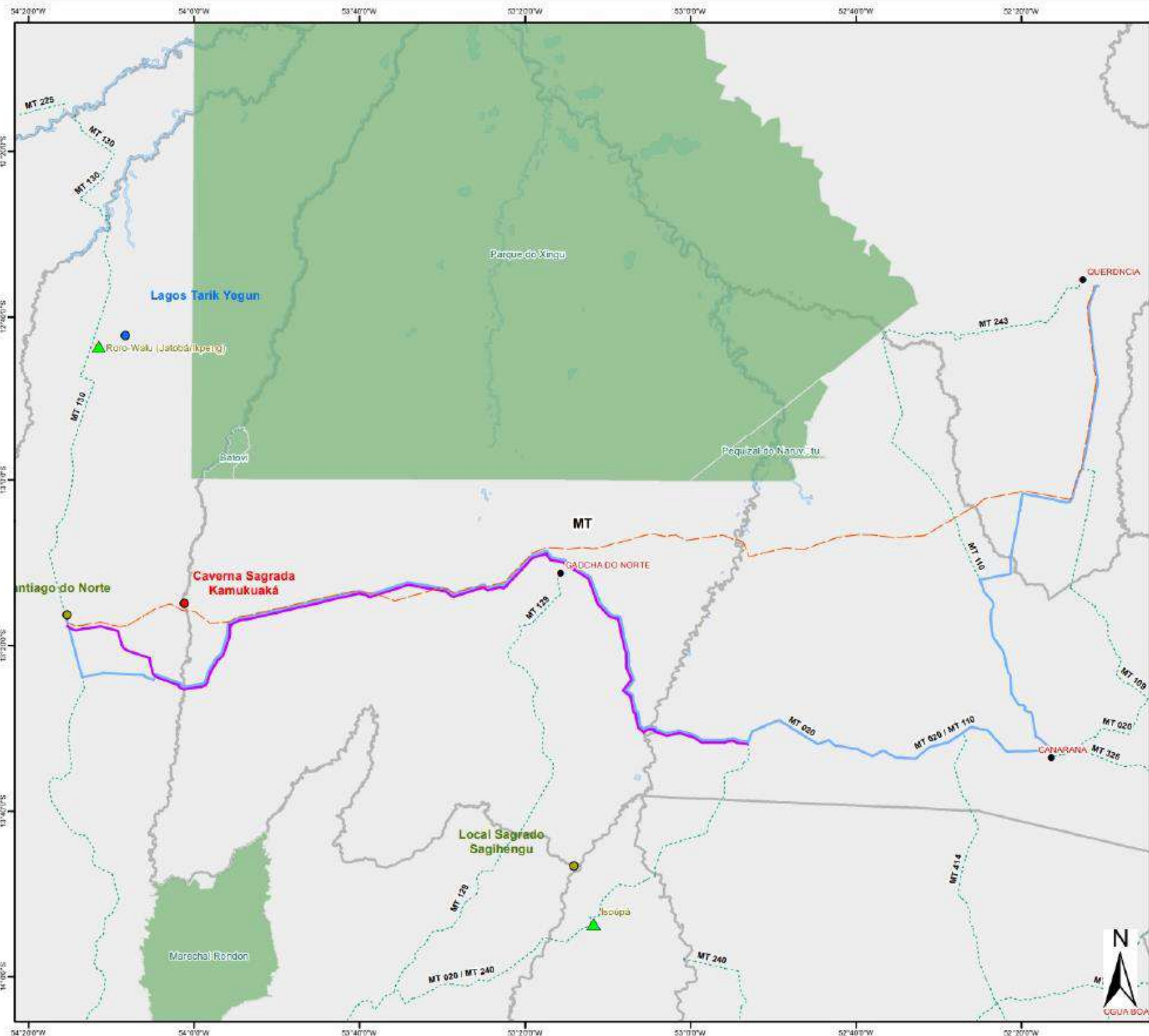
DESCRIÇÃO
 Trecho: Entr. MT-100(A) (Divisa TO/MT)
 Entr. BR 163/MT-242 (Sorriso)
 Subtrecho Entr. MT-109(A)/242(B)
 Segmento do km 299,80 ao km 733,70
 Extensão Total: 433,90
 SNV: 202304A - Traçado Alternativas - SEI DNIT 10704719

CONTRATO: 093/22 **REVISÃO:** 01 **DATA:** Fev/24 **FOLHA:** Única

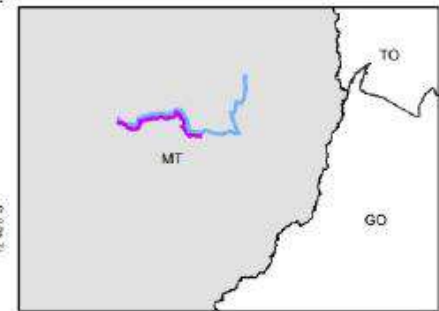


Durante as reuniões de consulta sobre o Plano de Trabalho do ECI no TIX, em julho, setembro e novembro de 2023, os povos do Território Indígena do Xingu apresentaram mais uma vez ao DNIT suas preocupações em relação ao traçado até então validado pelo EIA, e colocaram suas reivindicações. Em fevereiro de 2024 o DNIT oficializa ao Ibama através do Ofício Nº 29981/2024/CEPAM/CGMAB/DPP/DNIT SEDE que acataria a proposta dos povos do território do Xingu, executando um desvio de 40,5 km, o que significa que o traçado da rodovia passará a aproximadamente a 12 km de distância do sítio *Kamukwaká*, o que chamam de alternativa 6. Além disso, "a Superintendência Regional do DNIT no Estado do Mato Grosso propôs por intermédio do Ofício nº 207154/2023/SRE-MT (SEI16097633), de 03 de novembro de 2023, alternativa ao traçado coincidindo em parte com a MT-324, e em seguida, o traçado seguiria pelo traçado coincidente com a MT-130, já implantada, até o entroncamento com a BR-242 em Santiago do Norte, visto que isso diminuiria sobremaneira a área de implantação em trecho de mata virgem no final do Lote A e aumentaria a extensão do Lote em 17 km.", o que chamam de alternativa 7, conforme apresentado na (**mapa 2**⁶).

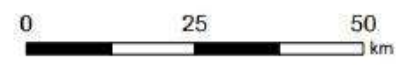
⁶ Ofício Nº 29981/2024/CEPAM/CGMAB/DPP/DNIT SEDE



BR-242/MT
Mapa das Alternativas
6 e 7



- Localidades
- BR-242/MT - Trecho da FCA
- Alternativa 6
- Alternativa 7
- - - Sistema Rodoviário Estadual/MT
- ▲ TIs em Estudo
- TIs Homologadas
- TIs não Homologadas
- Massa D'água
- Quilombolas
- Estados
- Municípios



Sistema de Coordenadas: SIRGAS 2000
 Fonte: MNA, DNIT, BGE, INCRA e FUNAI
 Elaboração: Consórcio STE - SIMEMP/OCMAB
 RT: Javi de M. Cardoso
 Data: 07/10/2024
 Arquivo: BR-242-MT_Altativas_6_e_7.mxd



Em março de 2024, o DNIT envia novo ofício (Ofício nº 43026/2024/CEPAM/CGMAB/DPP/DNIT SEDE) ao Ibama pontuando, dentre outros, que a alternativa proposta pelos xinguanos, que segue, após Gaúcha do Norte até Canarana utilizando vias já pavimentadas, adentraria no raio de presunção de impactos de 40km da TI Pimentel Barbosa, conforme estabelecido na Portaria 060/2015, o que o DNIT considera “indesejável ao contexto do licenciamento do empreendimento”, motivo pelo qual a alternativa 6 seria mais viável, e solicitando que o empreendimento seja constituído administrativamente a partir de agora como “obras de pavimentação, numa extensão de 202,0 km, de Santiago do Norte até o início do trecho pavimentado do entroncamento com a Rodovia MT-020”, evitando o “incremento de impactos aos Xavantes de Pimentel Barbosa”, Até o momento de protocolar este Plano de Trabalho o Ibama não havia se manifestado. Cabe neste contexto evidenciar que o ECI terá como um dos seus objetivos compreender as alternativas de traçado propostas ou outras, numa perspectiva de avaliar os possíveis impactos ao modo de vida e territorialidade dos povos do TIX na consolidação da rota BR 242-Canarana-BR 158. Neste contexto, haja visto que as rodovias estaduais serão o elo entre as rodovias federais na região, será de suma importância avaliar como vem sendo tratadas as salvaguardas indígenas nos processos de licenciamento ambiental executados pelo governo do Mato Grosso, em especial os processos de consulta relacionados as rodovias estaduais no entorno do TIX.

Sem perda do exposto, o projeto da BR-242/MT é planejado pelo Governo Federal desde a década de 1970. Neste período o governo brasileiro destinou altos recursos monetários para a construção de eixos rodoviários e correlata ocupação territorial a 100 km de todas as suas margens para uso federal, seguido da implantação de projetos de colonização agropecuários e de mineração. As rodovias Transamazônica, Porto Velho-Cuiabá e Cuiabá-Santarém são exemplos da então política pública para ocupar a região (NETO,2019).

Nas últimas décadas, o então projeto de ocupação da região e o aumento expressivo da produção agropecuária associado aos avanços tecnológicos, tornaram a região Centro-Oeste a principal produtora de grãos e exportadora de *commodities* do Brasil, sobretudo nos estados de Mato Grosso e Goiás. Conseqüentemente, o aumento da produção acompanhado da ausência de uma Lei de Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado do Mato Grosso tem contribuído para ausência de regras em relação ao uso e ocupação do solo, que segue promovendo a ocupação de novas áreas com vegetação nativa e o desenvolvimento de novos centros urbanos locais. Segundo o Mapbiomas⁷ o Mato Grosso é o estado que mais perdeu vegetação nativa do Cerrado

⁷ Coleção 7 dos mapas anuais de cobertura e uso da terra do Brasil. Disponível em <https://mapbiomas.org/estatisticas>

nos últimos 35 anos, com 6,8 milhões de hectares perdidos de 1985 a 2020, coincidindo com a expansão da agropecuária no bioma no mesmo período, com 26,2 milhões de hectares destinados à atividade.

Hoje, a consolidação do trecho da BR-242/MT visa interligar a região Centro-Oeste com as demais rodovias do estado, consolidando um eixo de escoamento conectando a produção agrícola regional com diversos portos no país, tais como Itaqui (MA), Mirirituba (PA) e Salvador (BA), haja visto que a soja produzida no Mato Grosso atende o mercado nacional, mas sobretudo o internacional. Atualmente o distanciamento das áreas de plantio até os portos aumenta muito o fluxo de caminhões nas rodovias, levando à rápida deterioração e ao aumento do custo da produção (PINHEIRO e CAIXETA FILHO, 2010). Hoje, a malha rodoviária federal pavimentada existente no estado do Mato Grosso é no sentido Norte-Sul e o estado ainda não conta com estradas federais que possibilitem o transporte no sentido Leste-Oeste.

Quando do levantamento de dados para o Estudo do Componente Indígena serão evidenciadas, em diálogo técnico junto com as comunidades, as alternativas locais do projeto e as pressões socioambientais relacionadas que podem intensificar e/ou promover novas pressões e impactos aos territórios indígenas e ao modo de vida dos povos do Território Indígena do Xingu. Sobre este aspecto, vale destacar a análise do Ibama acerca do Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) que está em análise para subsidiar o requerimento de Licença Prévia da BR-242/MT, quando aponta, sobre a avaliação de inserção regional do projeto, a ausência de uma avaliação de impactos cumulativos, ressaltando:

“(…) para esta região, o trecho 2 da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, de responsabilidade da Valec Engenharia Construções e Ferrovias S.A., cujo traçado previsto está a sul do empreendimento aqui analisado, que tende a gerar impactos cumulativos com a BR-242/MT, sobretudo quando considerado a expansão da fronteira agropecuária e de pressão sobre os remanescentes florestais e de terras indígenas, sobretudo sobre os grupos xavantes e xinguanos”. (Ofício Nº 277/2023/COTRA/CGLIN/DILIC. Item 5 do Parecer Técnico Nº 13778301/2022- COTRA/CGLIN/DILIC).

Cabe neste sentido apontar que a Resolução CONAMA nº 001 de janeiro de 1986 dispõe em seu artigo 5º que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o que inclui o Estudo do Componente Indígena (ECI) no caso em tela, além de atender a legislação, em especial os princípios e objetivos expressos na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, também deve contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução. Portanto, para atender a referida resolução, é obrigatória a apresentação das alternativas tecnológicas e de localização, bem como a consideração da viabilidade da execução do projeto.

Ainda que seja relevante apontar que o EIA-RIMA entregue pelo DNIT em 2021 ao Ibama observou no estudo das alternativas locacionais as distâncias em relação à demarcação administrativa dos territórios indígenas, a escolha de tais alternativas não considerou a avaliação técnica do Estudo do Componente Indígena, que deve ser elaborado junto com os povos indígenas envolvidos, em cumprimento ao TR da Funai e à Convenção nº169 da OIT, da qual o país é signatário, que garante aos povos indígenas o direito à consulta prévia, livre e informada na tomada de decisões administrativas e legislativas que impactem diretamente seu modo de vida.

Para corroborar com as questões postas, reiteramos a análise do Ibama no Ofício nº 277/2023/COTRA/CGLIN/DILIC na qual, dentre as várias complementações solicitadas ao longo do parecer técnico, destaca no seu item 6.3.5.2 as preocupações enviadas pela ATIX com o EIA-RIMA no Ofício nº02/2022/PRES/ATIX, de 05.04.2022 (SEI 12949246) e conclui:

“Considerando que cabe à Funai avaliar os impactos sobre as terras indígenas, bem como apreciar as medidas de controle, os impactos e as medidas de controle e mitigação, aguarda-se a finalização do processo de consulta às comunidades indígenas. Ressalta-se as considerações já realizadas no âmbito do Parecer Técnico nº147/2022-Cotra/CGLic/Dilic (SEI 13268027), em especial quanto ao compromisso firmado entre os diferentes órgãos da administração pública federal com os representantes da ATIX, em especial quanto a discussão de traçado preferencial”. (Ofício Nº 277/2023/COTRA/CGLIN/DILIC. Item 6.3.5.2 do Parecer Técnico Nº 13778301/2022- COTRA/CGLIN/DILIC).

5.2 Terras e Povos Indígenas do Território Indígena do Xingu(TIX) – Informações Preliminares

A seguir são apresentadas brevemente informações sobre a situação fundiária dos territórios indígenas e uma descrição sucinta sobre os povos envolvidos neste processo em tela. Estas informações serão validadas e atualizadas quando da elaboração do ECI.

Cabe destacar que nesta nova versão do Plano de Trabalho segue inserida a Terra Indígena Wawi, não prevista no TR da Funai de 2011, porém reivindicado pelos povos do TIX através do Ofício nº 034/2023/PRES/ATIX, validado pela Funai-CGLIC nas reuniões de consulta do Plano de Trabalho e ofício Nº 2332/2023/DPDS/FUNAI e oficialmente atendido no processo de licenciamento ambiental pelo DNIT - Ofício Nº 192501/2023/CEPAM/CGMAB/DPP/DNIT SEDE.

5.2.1 Terras Indígenas

O **Território Indígena do Xingu(TIX)** é uma área habitada pelos povos Aweti, Ikpeng, Kalapalo, Kamaiurá, Kawaiwete (Kaiabi), Kisêdjê, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahukuá, Naruvôto, Tapayuna, Trumai, Wauja, Yawalapiti e Yudja (Juruna).

Em outubro de 2016, o Instituto Socioambiental⁸ relata que durante as plenárias ocorridas para elaboração do Plano de Gestão do Território Indígena do Xingu os povos presentes propuseram a substituição da denominação "Parque Indígena do Xingu" para "Território Indígena do Xingu". Essa proposta foi debatida por anos quando os povos indígenas dialogavam sobre aspectos de sua territorialidade e argumentavam que "parque" seria um local de visitação, que não representava sua condição de terra indígena. O autodenominado pelos povos habitantes do território como Território Indígena do Xingu(TIX) designa o conjunto de quatro Terras Indígenas contíguas, demarcadas e homologadas: Batovi, Pequizal do Naruvôto, o próprio Parque Indígena do Xingu a TI Wawi, totalizando 2,8 milhões de hectares. Essa área incide em nove municípios do Mato Grosso: Gaúcha do Norte; Feliz Natal; Querência; São Félix do Araguaia; Marcelândia; Paranatinga; São José do Xingu; Canarana e Nova Ubiratã.

Desta forma os documentos que serão elaborados ao longo do ECI-TIX, o que inclui este Plano de Trabalho, usarão tal autodenominação territorial para se referir a uma territorialidade sociopolítica requerida e de direito. No entanto, cabe evidenciar que em alguns momentos, em especial em temas relacionados a questões fundiárias e ou em diálogo exposto com o TR da Funai, as terras indígenas serão mencionadas na sua individualidade, conforme os documentos oficiais de reconhecimento, que dialogam com sua natureza jurídica administrativa.

O **Parque Indígena do Xingu(PIX)** foi homologado pelo Decreto s/n - 26/01/1991. A criação do Parque ocorreu no ano de 1961, quando o então presidente da República Jânio Quadros, através do Decreto Federal nº 50.455, assinou sua criação. Ajustes posteriores foram feitos pelos Decretos nº 63.082, de 6/08/1968, e nº 68.909, de 13/07/1971, tendo sido finalmente feita a demarcação de seu perímetro atual em 1978. A proposta original se baseava em um espaço territorial que salvaguardasse a flora, a fauna e os povos indígenas, sendo que de fato essa foi a primeira grande terra indígena reconhecida no país. O Parque Indígena do Xingu pode ser entendido espacialmente em três partes: uma ao sul (conhecida como Alto Xingu), habitada de forma geral pelos povos Aweti, Kalapalo, Kamaiurá, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahukuá, Naruvôto, Trumai, Wauja e Yawalapiti. Nesta região localizam-se os formadores do rio Xingu; uma região central (Médio Xingu), que vai da área reconhecida como *Morená* (convergência dos rios Ronuro, Batovi e Kuluene, identificada pelos povos do Alto Xingu como local de

⁸ Acessado em junho de 2023 e disponível em <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/xinguanos-lancam-o-plano-de-gestao-do-territorio-indigena-do-xingu>

criação do mundo e início do Rio Xingu) à Ilha Grande; e a região ao norte (conhecida como Baixo Xingu) já no curso do Rio Xingu. Estas duas regiões são habitadas de forma geral pelos povos Ikpeng, Kawaiwete, Kísêdjê, Tapayuna e Yudja que foram integrados aos limites da área demarcada por razões de ordem administrativa, e em alguns casos resultado do deslocamento forçado de seus territórios. O Parque compõe 2.642.003 hectares de grande biodiversidade, em uma região de transição ecológica entre os biomas cerrado e Amazônia e sua composição territorial incide administrativamente em áreas dos municípios de Gaúcha do Norte-MT (30,86%), Querência-MT (21,93%), Feliz Natal-MT (19,88%), Paranatinga-MT (9,34%), São Feliz do Araguaia-MT (7,84%), Marcelândia-MT (5,45%), Canarana-MT (2,06%), São José do Xingu-MT (1,85%) e Nova Ubiratã-MT (1,15%).

A **Terra Indígena Batovi** se encontra em situação fundiária regularizada e homologada pelo Decreto s/n - 09/09/1998. Possui 5 mil hectares e abrange os municípios de Gaúcha do Norte e Paranatinga, no estado do Mato Grosso. No entanto, o povo Wauja reivindica há anos que a área seja estendida para abarcar os lugares sagrados do *Kumukuaká*, mais a sul, fora do limite administrativo regularizado. O IPHAN aprovou em junho de 2010 o tombamento de dois locais sagrados indicados pelos Povos Indígenas Wauja e Kalapalo, sendo eles denominados “*Sagihengu*” e “*Kamukwaká*”. O primeiro se encontra na margem direita do alto rio Kuluene, sendo apontado como o local que deu origem ao Quarup, cerimônia fúnebre dos povos do Alto Xingu. O segundo é um sítio sagrado, localizado nas margens do rio Batovi, que segundo os Wauja é um local onde se abriga a morada do Sol, sendo ali que o ritual de furação de orelhas teve origem. Segundo o IPHAN⁹, o processo de tombamento da Gruta de *Kamukwaká* foi reaberto, tendo em vista outros sítios e elementos da cultura sagrada Wauja, ao longo do alto curso do Batovi.

A **Terra Indígena Pequizal do Naruvôto** se encontra juridicamente homologada pelo Decreto s.n. - 02/05/2016 e abarca os municípios de Canarana e Gaúcha do Norte-MT. A área conta com 27.980 hectares e atualmente o Povo Naruvôto vive no território tradicional e também nas aldeias Ipatse, do Povo kuikuro, Matipu, do Povo Matipu, Aiha, do Povo kalapalo, e Tanguro (também do Povo kalapalo), situadas nos limites do TIX devido a eventos que reduziram muita sua população, embora historicamente os Naruvôto habitassem as áreas próximas à confluência dos rios Kuluene e Sete de Setembro. Os Naruvôto sofreram e ainda sofrem uma série de eventos que expropriam sua terra tradicional. Em setembro de 2017, segundo site do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Edson Fachin negou liminar impetrada pelo município de Gaúcha do Norte que pretendia suspender os efeitos do decreto que homologou, em abril de 2016, a demarcação desta Terra Indígena. Segundo a administração municipal, a área demarcada incide em parte de seu território, que já se encontra comprometido com a

⁹ NOTA TÉCNICA nº 182/2019/DIVTEC IPHAN-MT/IPHAN-MT

demarcação do Parque Indígena do Xingu, ocasionando 'prejuízo econômico'. A prefeitura também alegou, juntamente com um fazendeiro que questionava a demarcação, que seria evidente o "abandono voluntário" da terra em questão pelos indígenas da etnia Naruvôto. Em sua decisão, o ministro destacou que o laudo antropológico que embasou a demarcação apontou a existência de ocupação indígena na área demarcada como Terra Indígena Pequizal do Naruvôto, e que o impetrante não conseguiu demonstrar a inexistência da presença indígena na área.

A **Terra Indígena Ikpeng ou Terra Indígena Roro-Walu** (Jatobá/Ikpeng) encontra-se em estudos fundamentados pela Portaria nº1.140, ou seja, não possui o relatório antropológico finalizado e limites aprovados pela Funai. Os Ikpeng foram transferidos para o então Parque Indígena do Xingu no final da década de 1960, mas reivindicam o retorno ao seu território originário, que se localiza fora dos limites do Parque, em uma área de aproximadamente 270 mil hectares localizada no município de Paranatinga, no estado do Mato Grosso, às margens do Rio Jatobá. Segundo informações retiradas do site Mapa de Conflitos da Fiocruz¹⁰, imagens de satélite demonstram que cerca de 30% do território indígena está hoje ocupado por lavouras de grãos, especialmente pela soja, além da pecuária de corte, abrangendo cerca de 50 propriedades rurais.

Para esta Terra Indígena em estudo, conforme orientação da Funai subsidiada pelas informações técnicas nº 131/2018/COTRAM/CGLIC/DPDS-Funai (item 16, 17 e 31) e nº 123/2019/COTRAM/CGLIC/DPDS-FUNAI (item 10), as informações que serão sistematizadas para o ECI serão baseadas em levantamento de dados secundários e diálogo com Funai-CGID, os profissionais do GT de identificação, e o povo Ikpeng, hoje habitante do Parque Indígena do Xingu na região do médio Xingu, com o objetivo de identificar os possíveis impactos da BR-242 em sua territorialidade dentro do PIX e no território em identificação, compondo áreas que abrigam aldeias antigas, cemitérios e outros locais sagrados, além de recursos importantes para rituais, festas, alimentação e a produção de utensílios.

A **Terra Indígena Wawi** é limreira ao território Parque Indígena do Xingu na sua porção leste e foi demarcada por meio da portaria ministerial nº 1.029/1997 e pelo decreto publicado no Diário Oficial da União em setembro de 1998 com superfície de 150. 329 hectares no município de Querência, no noroeste de Mato Grosso. Segundo o resumo de identificação da TI Wawi, no rio Suia-Miçu o povo Kisêdjê consolidou seu território de ocupação de forma a atingir o seu limite oriental, nas cabeceiras deste rio. Se anteriormente cederam a proposta dos irmãos Villas-Bôas de habitarem o rio Xingu, foi mais pela necessidade de assistência médica, devido as doenças sofridas com o contato, do que a vontade do grupo, que pretendia permanecer no seu território tradicional.

¹⁰ Disponível em <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mt-povo-indigena-ikpeng-reivindica-retorno-ao-seu-territorio-originario-Atualmente-ocupado-por-agricultores-e-fazendeiros/>

Devido as diversas idas e vindas às aldeias antigas, foram proibidos pela administração do recém-criado Parque a perambular em suas terras e desta forma passaram a fazê-lo de forma clandestina, o que possibilitou assistirem a invasão sucessiva de seu território por fazendeiros. Com a ocupação efetiva da bacia do Suiá-miçu por fazendas, os Kisêdjê tinham perdido o controle de importante área de uso tradicional, incluindo o curso integral do Suiá-Miçu e dos seus afluentes mais importantes. Segundo informações do site do Instituto Socioambiental¹¹, o início da retomada territorial se deu com a indignação do desmatamento no rio Wawi, afluente do rio Suia-miçu, quando reivindicaram o reconhecimento da região como terra indígena.

Desta forma, reivindicaram o controle de uma sub-bacia do Suiá-miçu: o igarapé Wawi, cujas cabeceiras estão dentro dos limites do PIX e que corre próximo aos seus limites originais, e a TI Wawi foi homologada em 1998. No entanto o povo Kisêdjê continua sua luta pela revisão dos limites de sua área tradicional. Foi instaurado em 2007 o processo de revisão de limites, que foi interrompido várias vezes. Uma decisão de mérito foi publicada em 2015, revogando a portaria, desta vez com base em uma interpretação abrangente das condicionantes do caso Raposa Serra do Sol, proibindo a “revisão de limites” que implique ampliação da terra indígena.

5.2.2 Complexo Sociocultural do Território Indígena do Xingu (TIX)

Atualmente 16 etnias habitam o Território Indígena do Xingu: Kamaiurá e Kawaiwete (Kaiabi) (família Tupi-Guarani, tronco Tupi); Yudja (família Juruna, tronco Tupi); Aweti (família Aweti, tronco Tupi); Mehinako, Wauja e Yawalapiti (família Aruak); Kalapalo, Ikpeng, Kuikuro, Matipu, Nahukwá e Naruvôto (família Karib); Kísêdjê e algumas famílias Tapayuna (família Jê, tronco Macro-Jê); Trumai (língua isolada)¹². Esses povos possuem costumes e línguas diferentes e, em alguns casos, divergências históricas que marcaram sua territorialidade e seu modo de vida.

Melatti (2022), ao tratar desse contexto etnográfico, chama atenção para a possibilidade de divisão dos povos da região em conjuntos delimitados por aspectos culturais e históricos.

“O setor meridional é aquele cujos habitantes indígenas estamos mais acostumados a reconhecer como alto-xinguanos, os quais, apesar de falarem línguas distintas, vivem segundo um mesmo padrão cultural, em suas casas

¹¹https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kis%C3%AAadj%C3%AA#Localiza.C3.A7.C3.A3o_e_pleitos_territoriais

¹² Para efeito deste documento, serão usadas estas nomenclaturas para o nome das etnias por convergir com aquela que é oficialmente utilizada pelo órgão indigenista no Termo de Referência expedido para este processo. No entanto, elas podem divergir quando forem usadas citações de outros autores.

oblongas dispostas em aldeias circulares, os mesmos adereços e pinturas corporais, o mesmo regime alimentar, os mesmos ritos, o mesmo ideal de comportamento. Três dos povos desse setor são falantes de línguas da família aruaque (uaurá, mehinaco e iualapiti), três de línguas da família caribe (calapalo, cuicuro e matipu/nahuquá), dois de línguas do tronco tupi (camaiurá e aueti) e um de língua isolada (trumai).

O setor setentrional também inclui povos de várias línguas: da família jê (suiá), da caribe (icpeng), do tronco tupi (caiabi, juruna). São mais heterogêneos do ponto de vista cultural. Além disso, pelo menos um deles, o caiabi, não vive exclusivamente junto ao Xingu, mas também mais para oeste (área etnográfica Amazônia Centro-Meridional). Acrescente-se que dois outros povos, Tapaiúna e Panará (da família linguística Jê), foram trazidos pelos sertanistas para dentro do Parque Indígena do Xingu, mas, depois de alguns anos, voltaram a se retirar. Enfim, este setor inclui povos que historicamente se aproximaram dos alto-xinguanos propriamente ditos (os do setor meridional), mantiveram contato hostil ou amistoso com eles, mas nunca chegaram a integrar com eles o mesmo sistema sócio-político-ritual". (MELATTI, 2022: Cap.C2 1-21)

Esta citação indica um sistema histórico e etnograficamente complexo. No setor meridional, ou a porção sul do território, conhecida como alto Xingu, os povos, apesar de suas especificidades, se articulam em uma rede de trocas de objetos especializados, casamentos e rituais multicomunitários, uma densa teia de relações e um ethos pacifista compartilhado que contribuiu para a caracterização da região como uma "sociedade regional", ou, ainda, uma "comunidade moral" (BASSO, 1973)

Como aponta Melatti (2022), ao se referendar à categoria criada por Bastos (1983), pode-se dizer que estes povos são "xinguanos", ou seja, povos que vivem na região há mais tempo e compartilham elementos como preferência alimentar, a partir de uma dieta baseada em peixes e evitação de carne, similaridade de ornamentos, ritos como o *Quarup*, *Jawarí*, *Moitará* e a divisão sexual do trabalho, onde as roças são cultivadas pelos núcleos familiares e na qual os homens fazem seu preparo e as mulheres colhem a mandioca, que é o principal produto da agricultura.

Já os povos do setor setentrional, a porção mais a norte do território, segundo Bastos (1983) são "xinguenses", para designar aqueles que entraram na área por iniciativa própria ou levados pelos sertanistas, sendo mais heterogêneos culturalmente. De forma geral, os Yudja e os Kisêdjê alcançaram o alto Xingu por seus próprios meios, já os Tapayúna, os Kawaiwete (Kaiabi) e os Icpeng foram transferidos pelos sertanistas com o objetivo de protegê-los das ameaças violentas do contato das frentes de expansão nacional nos locais onde antes viviam.

Segundo informações retiradas do site do Instituto Socioambiental (ISA)¹³, uma organização não governamental parceira dos povos do Xingu, o território pode ser dividido em três partes, levando em consideração as questões postas acima por Melatti (2002) e as aldeias habitadas por estes povos: uma parte ao sul (o alto Xingu) onde estão os formadores do rio Xingue as comunidades tem como base de apoio o antigo Posto Indígena Leonardo Villas-Bôas, hoje Polo Leonardo; uma parte central, que vai da convergência dos rios Ronuro, Batovi e Kuluene até a altura da aldeia Ilha Grande, onde habitam os Trumai, os Ikpeng e os Kawaiwete, que tem como base de apoio o Polo Pavuru; e uma parte ao norte, o baixo Xingu, atendidos pelo Polo Diauarum, onde ficam os Kisêdjê, Yudjá e outras comunidades Kawaiwete. Estes Polos apoiam na logística de projetos e atividades desenvolvidas no território, como educação e saúde, e em cada um deles há uma Unidade Básica de Saúde (UBS), onde atuam agentes indígenas de saúde e funcionários da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), conveniada com o Ministério da Saúde. Ainda segundo informações do ISA, existem na área 11 Postos de Vigilância nos limites do território, às margens dos principais rios formadores do Xingu.

Atualmente, a dimensão cultural e histórica proposta para entender a territorialidade destes povos ainda segue imprescindível para compreensão dos diferentes aspectos que moldam seu modo de vida e a intensa e complexa relação entre eles, mas cabe observar que esta perspectiva ganha novas dimensões, propiciando casamentos frequentes entre esses grupos, o que acarreta uma maior articulação entre eles. Este movimento, também resultado da necessidade de diálogo com a sociedade nacional para defesa de seu território e outros interesses que ultrapassam suas relações interétnicas, tem efeitos no surgimento das associações indígenas por todo o território, destacando-se a Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX), que hoje representa todas as etnias do TIX e liderou a construção do Protocolo de Consulta dos Povos do Território Indígena do Xingu¹⁴, um importante instrumento de autodeterminação com um modelo de Governança Interna constituída por três instâncias de diálogo e decisão: Povo, Região e Geral. Este modelo reforça o mecanismo tradicional de entendimento interétnico em que os caciques dos diferentes povos se reúnem para discutir assuntos importantes da gestão do território e no plano da aldeia, reforçam o papel dos caciques que reúnem seus parentes para encaminhar questões da vida em comunidade.

Abaixo, de forma breve e baseada em informações coletadas através de dados secundários, segue uma descrição resumida de alguns aspectos da territorialidade e aspectos culturais de cada povo do Território Indígena do Xingu (TIX). Todas as informações serão atualizadas junto com os povos do TIX na elaboração do ECI em tela.

¹³ Acessado em junho de 2023 e disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xingu>

¹⁴ Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/OPD00263.pdf>

5.2.2.1 Povo Kamairurá

Segundo a literatura, os Kamairurá, falantes de língua Tupi-Guarani, jamais se afastaram de sua área de ocupação, na região de confluência dos rios Kuluene e Kurisevo, próxima à grande lagoa de Ipavu. O contato dos Kamairurá com a sociedade nacional remonta a 1884, com a expedição de Karl Von den Steinen. Segundo eles, seus antepassados vieram de *Wawitsa*, região situada no extremo norte do Parque (precisamente onde desembocam os principais formadores do rio Xingu) e ao lado de *Morená*, palco central das ações míticas e “centro do mundo”.

No sistema alto-xinguanos de trocas, a produção de arcos era atribuída a este povo. Com a introdução de armas de fogo, elas viraram mais um símbolo do grupo do que artigos de troca. As mulheres Kamairurá são conhecidas por serem exímias tecelãs das redes de fibra de buriti, muito valorizadas nas trocas comerciais interétnicas. Os homens são especialistas em cestaria e na produção da flauta jakui. Possuem uma cosmologia e uma mitologia tipicamente Tupi.

Para os Kamairurá, quando se morre, a alma vai para uma aldeia celeste, réplica da aldeia terrena. Lá as almas andam sempre enfeitadas, não trabalham, só dançam e jogam bola; não se come peixe ou beiju, mas grilo e batata. Assim, quando alguém morre, deve-se enterrá-lo enfeitado para que sua alma assim permaneça (AGOSTINHO DA SILVA, 1974). Dentre os rituais intergrupais que ocorrem regularmente entre os Kamairurá, pode-se destacar o *Quarup* (a festa dos mortos), o *Jawari* (festa de celebração dos guerreiros) e o *Moitará* (encontros para trocas formalizadas) (ISA, 2023). Segundo dados da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), sistematizados pelo Instituto Socioambiental, os Kamairurá em 1970 eram 118 indivíduos, passando para 355 em 2002.

5.2.2.2 Povo Aweti

Os Aweti possuem uma língua às margens da família Tupi-Guarani e chegaram ao alto Xinguprovavelmente depois que os Povos Karib alto-xinguanos (os antepassados dos atuais Kuikuro, Kalapalo, Matipu e Nahukwá) ali se instalaram, ao lado de grupos Aruak, previamente estabelecidos na área (ancestrais dos Wauja, Mehináku e dos extintos Kustenau), mas possivelmente algo antes da chegada dos antepassados dos atuais Yawalapiti e Kamairurá. Isso sugere que a entrada dos Aweti na região e fixação em seu território atual tenham se dado entre os séculos XVII e XVIII (ISA, 2023).

Localizados bem no coração do alto Xingu, os Aweti habitam a mesma região desde o final do século XIX. Por conta disso, exerceram um papel importante entre os povos alto xinguanos como intermediários na circulação de notícias ou bens. Atuavam como

anfitriões para os viajantes, o que foi facilitado pela localização central de suas aldeias, em uma faixa de floresta alta que separa os remansos, canais e poços do ribeirão Tuatuari do baixo rio Kurisevo, cerca de 20 km ao sul do Polo Leonardo.

Segundo dados secundários, as aldeias Aweti são compostas por um conjunto de casas coletivas circularmente dispostas em torno de uma praça central. Este povo costuma deslocar suas aldeias a cada 15 a 30 anos, permanecendo, porém, sempre no interior de uma mesma área. Recentemente, a divisões em aldeias menores vem causando preocupações entre os mais velhos, pois aumenta a probabilidade de casamentos com membros de outros grupos, o que significa uma estagnação demográfica, posto ser comum a mudança do casal para outra aldeia, independente do sexo do parceiro não-Aweti (ISA, 2023). Os Aweti conseguiram manter sua unidade como um grupo distinto com identidade linguística, apesar da diminuição demográfica significativa que experimentaram. Segundo dados de 2002 da Unifesp¹⁵ (Universidade Federal de São Paulo) sistematizados pelo Instituto Socioambiental, os Aweti em 1963 eram 36 indivíduos, passando a 138 em 2002.

5.2.2.3 Povo Kalapalo

Os Kalapalo é um dos quatro grupos de língua Karib que habita a região do Alto Xingu. Segundo a literatura, as antigas aldeias Kalapalo se localizavam mais ao sul de onde se encontram hoje, nas margens do rio Kuluene. Em 1961, quando foram formalmente estabelecidas as fronteiras do Território Indígena do Xingu, com muita relutância os Kalapalo se transferiram para a sua localização atual, nas proximidades do Polo Leonardo. Porém, ainda assim, constantemente retornam ao seu território tradicional para colher pequi nas formações arbustivas encontradas em torno das velhas aldeias, ou para procurar caramujos para confeccionar ornamentos de conchas, pescando e fazendo roças de mandioca, batata doce e algodão em vários lugares no curso do rio Kuluene.

Segundo informações do site do Instituto Socioambiental, a vida social nas aldeias Kalapalo varia de acordo com as estações do ano: na estação seca (maio a setembro) a comida é abundante e é tempo de realizar rituais públicos, que costumam contar com muita música e a participação de membros de outras aldeias; na estação chuvosa, a comida se torna mais escassa e a aldeia se fecha nas relações entre as casas e os parentes (ISA, 2023). Os Kalapalo também apresentam uma demografia que reflete os eventos históricos do contato, e segundo dados da Unifesp (Universidade Federal de

¹⁵ Em relação a saúde no TIX, o DSEI/Xingu iniciou oficialmente suas atividades em 12 de agosto de 1999, por meio de um convênio estabelecido entre a Funasa e a Unifesp. Pelos termos do convênio, a Unifesp é responsável pela execução das ações de atenção básica desde as aldeias até os serviços de referência do SUS regional. Cabe à Funasa o repasse dos recursos financeiros, o monitoramento e acompanhamento das ações e o controle de doenças endêmicas como malária e dengue. Acessado em abril de 2024 <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xingu>

São Paulo), sistematizados pelo Instituto Socioambiental¹⁶, os Kalapalo em 1970 eram 115 indivíduos, passando a 417 em 2002.

5.2.2.4 Povo Kuikuro

Os Kuikuro constituem um subsistema Karib com os outros grupos que falam variantes dialetais da língua Karib. Seu território tradicional é a região oriental da bacia hidrográfica dos formadores do rio Xingu (rios Kuluene, Buriti e Kurisevo) (DOLE, 1993).

Segundo dados coletados por pesquisadores deste povo, os Kuikuro se referem a sua origem como grupo após a separação de outro grupo, liderado por chefes do antigo complexo das aldeias de *óti* (campo), situado no alto curso do rio Buriti, provavelmente em meados do século XIX. Os que ficaram em *óti* deram origem aos que hoje são chamados de Matipu (Wagihütü ótomo). A língua mudou um pouco, dando origem a duas variantes ou dialetos (matipu e kuikuro). O novo grupo (Kuikuro) ocupou várias localidades, com sucessivas aldeias às margens das lagoas entre os rios Buriti, Kuluene e Kurisevo (ISA, 2023). Segundo dados da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), sistematizados pelo Instituto Socioambiental, os Kuikuro em 1970 eram 150 indivíduos, passando para 415 em 2002.

5.2.2.5 Povo Matipu

Os Matipu falam uma língua Karib, compartilham o mesmo dialeto com os Kalapalo, Kuikuro e os Nafukuá, com quem mantém relações privilegiadas de intercassamentos e comércio (ISA, 2023). O grupo é tradicionalmente identificado no contexto alto-xinguano por *Marijapei Ótomo* (o "pessoal" da lagoa Marijapei) e foi localizado em 1948. Nos anos 1970 criaram uma nova aldeia na beira da lagoa a que dão o nome de Agahaga. Em 1981, parte do grupo resolveu voltar para perto de Marijapei, perto da base militar da FAB (chamada de Posto Jacaré). A denominação Matipu começou a ser utilizada pelos não-indígenas a partir da década de 1940, mas não se conhece a origem.

Entre si conservam a denominação de *Uagihütü Ótomo* ou *Ngahünga Ótomo* (WÜRKER, 1999). Até os anos 1970, os Matipu moravam em uma aldeia chamada *Uagihütü*, no braço do rio Mirassol. Problemas de saúde levaram à extinção desta aldeia. Eles se reorganizaram novamente em uma pequena aldeia na mesma região, chamada *Entagü* ("aldeia familiar") e que está na beira do rio Mirassol, entre os rios Kuluene e Kurisevo, também na região do alto Xingu. Em 2002, foi feita uma nova aldeia, denominada *Jagamü*, também na região do rio Kurisevo, originada de uma dissidência política na aldeia tradicional, havendo agora duas aldeias Matipu (ISA 2023). Segundo

¹⁶ Acessado em abril de 2024 <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xingu>

dados da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), sistematizados pelo Instituto Socioambiental¹⁷, os Matipu em 1948 eram 16 indivíduos, passando para 119 em 2002.

5.2.2.6 Povo Nahukuá

Segundo informações retiradas do verbete deste povo no site do Instituto Socioambiental (ISA), o povo Nahukuá (ou Nafukuá), falante de uma língua Karib, é considerado o menos populoso dos grupos xinguanos, ocupando a parte sudeste da região. Compartilham o mesmo dialeto dos Kalapalo e dos Matipu. Os Nahukuá, como outros falantes de línguas Karib da região, têm destaque pela sua produção de colares de conchas grandes de caramujo terrestre, muito apreciados no Alto Xingu, e participam dos mesmos rituais intersocietários que os demais grupos da área. O Yawari, o Kwarup e as lutas são um aspecto importante das relações entre as aldeias. Os homens Nahukuá praticam regularmente as lutas e o arremesso de dardos para se sobressaírem nesses encontros.

Atualmente as relações entre os Nahukuá e outros grupos na área são boas, apesar da longa história de hostilidade que existe entre algumas dessas etnias. Segundo a antropóloga Debra S. Picchi, autora do verbete do ISA, os Ikpeng e os Nahukuá guerreavam entre si quando Von den Steinen chegou à região em 1884. De fato, a dizimação da população Nahukuá, que fez com que as nove aldeias contadas por Ehrenreich em 1929 declinassem para uma, foi atribuída ao conflito interétnico e a doenças introduzidas pelos não-índios.

Em 1953, segundo sistematização da Unifesp, eram cerca de 17 pessoas em uma única aldeia, sobreviventes de uma epidemia de sarampo que dizimou o grupo. Muitos já os consideravam extintos (DOLE, 1993). Com a criação do PIX e uma significativa melhora no tratamento de saúde relacionado às novas doenças e também com os casamentos interétnicos, os Nahukuá foram se recuperando.

Em 1963, contavam-se 51 pessoas e em 1977 cerca de 69 pessoas moravam na aldeia. O processo de recuperação demográfica se acentuou nos anos posteriores e hoje a população conta, segundo dados da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) de 2014, com 143 indivíduos aproximadamente (ISA, 2023).

5.2.2.7 Povo Naruvôto

Naruvôto sempre foi um grupo notório no universo alto xinguanos, sendo sistematicamente mencionado nas publicações de todos os pioneiros na região. Juntamente com os Kalapalo falam uma língua Karib. Foram eles os primeiros a entrar

¹⁷ Acessado em abril de 2024 <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xingu>

em contato direto com a Expedição Roncador-Xingu, comandada pelos irmãos Villas-Bôas nos anos 1940 (ISA, 2023).

Segundo informações retiradas do relatório de identificação da Terra Indígena Pequizal do Naruvôto de Marcelo Fiorini, após este encontro inicial com os expedicionários no Rio Sete de Setembro, os Naruvôto empreenderam várias visitas ao acampamento da expedição Roncador-Xinguno Rio Kuluene, que se tomou depois o Posto Kuluene, erigido próximo à aldeia Kalapalo na época.

Uma epidemia de gripe que eclodiu logo após a chegada dos expedicionários, em 1946, resultou na rápida depopulação das aldeias da região e acarretou a assimilação, muitas vezes temporária, de grupos menores por grupos mais extensos. Esta epidemia alastrou-se até os Naruvôto, causando inúmeras mortes, e obrigou-os a abandonar a sua aldeia do pequizal pela primeira vez. Os Naruvôto voltaram a habitar permanentemente suas terras ancestrais ainda no final dos anos 40, mas foram sistematicamente atraídos para o Posto Kuluene por causa dos bens materiais que eram distribuídos aos índios.

A grande epidemia de sarampo de 1954 alcançou o Posto e reduziu ainda mais a população Naruvôto, Segundo dados do SPI, mais de quarenta Kalapalos morreram nesta epidemia (entre os quais estavam certamente índios Naruvôto). Os únicos sobreviventes Naruvôto nesta época foram aqueles que haviam permanecido no pequizal.

Com estas últimas fatalidades, os Naruvôto decidiram se precaver, abandonando a aldeia do pequizal mais uma vez e passando a residir no Posto Kuluene, onde podiam obter cuidados médicos. Uma última aldeia Naruvôto foi reconstruída no pequizal em meados da década de 1960, dentro das terras que eram então reclamadas pela Fazenda Barranco Alto e pelos primeiros posseiros que já haviam se instalado na região. Naquele momento, os Naruvôto não receberam qualquer apoio do órgão tutor para permanecer em suas terras, que ficaria fora da área contemplada para a criação do Parque Nacional do Xinguanos mais tarde.

No final dos anos 70, os Naruvôto deixaram o Posto Jacaré e se restabeleceram, juntamente com os Kalapalo, na bacia do Rio Tanguro, afluente da margem direita do Kuluene. Dali puderam acessar suas terras tradicionais mais facilmente, e retomaram a ocupação continuada de suas terras. Mas os Naruvôto só retornaram para as proximidades de sua área ancestral porque mantiveram o conhecimento vivo da área e de seus recursos. Segundo informações sistematizadas pelo Instituto Socioambiental em 2010, os Naruvôto viviam nas aldeias Kuikuro, Matipu, Kalapalo e Tanguro, situadas nos limites da Terra Indígena Parque do Xingu. Em 2003, segundo o relatório de identificação da terra indígena, o número de Naruvôto que residiam nessas aldeias era respectivamente: 23, 6, 12 e 28. A soma total das pessoas que moravam no alto

Xinguera de 69. Não foi possível encontrar informações demográficas atualizadas após a homologação da TI Pequizal do Naruvôto em 2016.

5.2.2.8 Povo Mehinako

Os Mehinako são falantes de língua da família Aruak, língua próxima a dos Wauja, muitas vezes chamados de "nossos outros". Sempre viveram na bacia do rio Xingue a primeira aldeia de que se tem registro é *Yulutakitsi*, que deve ter sido habitada há 150 anos ou mais em localidade incerta. O que faz *Yulutakitsi* especialmente diferenciado é que o grupo estava, naquele tempo, dividido em metades, cada qual vivendo em fileiras triplas de casas, em lados opostos da praça central (ISA 2023).

As aldeias Mehinako históricas se localizavam ao norte da aldeia do povo Aweti atual, no rio Tuatuari. O abandono dessas comunidades, segundo a literatura, se deu por várias razões, como o esgotamento da fertilidade da terra, a proximidade em relação a muitas colônias de saúvas, a ocorrência de muitas mortes no local e a crença de que as construções e os caminhos da comunidade haviam se tornado grande e degradado demais, causando problemas para sua reconstrução (COSTA, 1988).

Os Mehinako voltam a essas comunidades todo ano para a coleta de pequi e para fazer sal com uma espécie de aguapé chamado jacinto, encontrado em lagos da região. Para os Mehinako, esses locais são o seu habitat tradicional (ISA, 2023). Segundo dados da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), sistematizados pelo Instituto Socioambiental¹⁸, os Mehinako em 1963 eram 55 indivíduos, passando para 199 em 2002.

5.2.2.9 Povo Wauja

Os Wauja (ou Waurá), de língua Aruak, são notórios pela singularidade de sua cerâmica, o grafismo de seus cestos, sua arte plumária e máscaras rituais. Além da riqueza de sua cultura material, esse Povo possui uma complexa cosmologia na qual os vínculos entre os animais, as coisas, os humanos e os seres extra-humanos permeiam sua concepção de mundo e são cruciais nas práticas de xamanismo.

São falantes de uma língua maipure da família Aruak, os Wauja constituem, ao lado dos Mehinako, Yawalapiti, Pareci e Enawenê-Nawê, o grupo dos Mairupe centrais (FRANCHETTO, 2001). Para os Wauja, em especial, a música é sempre história, seja ela sobre um passado recente, envolvendo fatos simples da vida, sobre encontros com outros povos, ou sobre o tempo em que os animais eram gente e falavam. Possuem um extenso repertório, tanto instrumental quanto de canções.

¹⁸ Acessado em abril de 2024 <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xingu>

Cada ritual possui uma série de músicas próprias, seja ele funerário, de iniciação masculina ou feminina ou de máscaras (SCHULTZ, 1965). A cerâmica é um dos domínios tecnológicos e artísticos de maior vigor interpretativo sobre a história Wauja. No alto Xingu, o equipamento doméstico se mantém praticamente o mesmo há 1000 anos, evidenciando uma significativa continuidade cultural.

5.2.2.10 Povo Yawalapiti

A língua Yawalapiti pertence à família Aruak, assim como as línguas Mehinako e Wauja, também faladas no Parque Indígena do Xingu. Segundo o antropólogo Viveiros de Castro, em 1987 apenas quatro ou cinco indivíduos falavam Yawalapiti, predominando na aldeia as línguas Kuikuro (da família Karib) e Kamaiurá (da família Tupi-Guarani) em razão dos muitos casamentos que ligam os Yawalapiti a esses grupos. (VIVEIROS DE CASTRO, 1987).

Segundo informações retiradas do verbete no site do Instituto Socioambiental, no início dos anos 1960 estavam organizados na região conhecida como Puía, um triângulo de terras altas entre lagoas e buritizais alimentados por um braço do Tuatuari. Por sugestão dos irmãos Villas-Bôas, se transferiram para dentro do Parque Indígena para a região que habitam até hoje. O nome Yawalapiti significa "aldeia dos tucuns" e é hoje usado pelo grupo como autodenominação. A "aldeia dos tucuns" seria, segundo VIVEIROS DE CASTRO (1987) a localização mais antiga de que se recordam e está situada entre o Posto Diauarum e o travessão Morená (sítio próximo à confluência dos rios Kuluene e Batovi). Segundo dados da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), sistematizados pelo Instituto Socioambiental¹⁹, os Yawalapiti em 1970 eram 65 indivíduos, passando para 208 em 2002.

5.2.2.11 Povo Trumai

Os Trumai são considerados o último grupo a chegar na área dos formadores do rio Xingu, tendo alcançado a região na primeira metade do século XIX. Atualmente habitam a área central do Parque Indígena do Xingu, porém culturalmente estão ligados ao complexo conhecido como alto Xingu (ISA, 2011). Mesmo sendo tardios dentro do contexto xinguanos, os Trumai foram influenciados e também influenciaram uma série de costumes alto-xinguanos no que diz respeito aos rituais, à cultura material e às atividades produtivas.

A língua Trumai é considerada pelos linguistas como língua isolada. Diferente de outros povos da região, grande parte da população, inclusive crianças, tem na língua portuguesa sua primeira língua. Algumas tentativas têm sido feitas no sentido de

¹⁹ Acessado em abril de 2024 <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xingu>

estimular o uso da língua Trumai, com destaque para o trabalho educacional dos professores indígenas (ISA, 2009).

Foram os Trumai que levaram para o alto Xinguas festas de *Jawari* e *Tawarawanã*. O *Jawari* é um ritual dedicado aos guerreiros mortos, cujo evento central é a disputa entre dois grupos de arremesso de dardos através de um propulsor. Já o *Tawarawanã* é uma festa simples e alegre, que as pessoas realizam pela manhã. Os homens vestem uma espécie de saia feita de buriti e se enfeitam com folhas de bananeira, cocares e folhas de uma árvore cheirosa (*hikáda xudak*), usadas nos braços e no rosto (TRONCARELLI, 2002).

5.2.2.12 Povo Ikpeng

Ikpeng, cuja língua pertence à família Karib, constitui a autodenominação do grupo conhecido pelo nome de Chicão, Tchicão ou Txicão. Por volta de 1850, os Ikpeng ocuparam uma área caracterizada por muitos rios convergentes, onde guerrearam com uma série de outros grupos. A descrição de certos recursos naturais (como a castanha) e de acidentes geográficos, bem como as evidências sobre nomes e características dos seus inimigos, permite supor que se trata da bacia do Teles Pires e Juruena, mais precisamente na zona intermediária da confluência dos rios Verde e Teles Pires e da confluência do Teles Pires e Juruena (ISA, 2010).

Em 1967, em condições precárias, doentes e subnutridos, os Ikpeng aceitam a transferência para dentro dos limites do Parque Indígena do Xingu. Os Ikpeng eram um Povo nômade originários do Amazonas e seus primeiros contatos com os não-indígenas foi em meados da década de 1950. Na década de 1960, em razão de doenças trazidas pelos não-indígenas e morte por arma de fogo, sua população foi reduzida a 38 indivíduos.

O nome deste grupo foi recebido por outro grupo hostil com os quais entraram em contato e o qual eles rejeitam. Há mais de uma versão contata pelos indígenas sobre a origem do nome Ikpeng. A maioria afirma que este é o nome de uma vespa raivosa, cujas larvas eles friccionam contra a pele em um ritual guerreiro. A guerra é uma questão central na cultura Ikpeng, presente nos mitos e na visão de mundo desse povo (ISA, 2011).

Para eles, é a feitiçaria dos inimigos que provoca a morte, e os prisioneiros de guerra são substitutos dos defuntos (GALVÃO, 1996). A maior parte dos Ikpeng vive hoje em uma única aldeia no médio Xingu chamada *Moygu*, próxima do Posto Indígena Pavuru dentro do Parque Indígena do Xingu, mas reivindicam seu território tradicional que se localiza fora dos limites do Parque, em uma área de aproximadamente 270 mil hectares localizada no município de Paranatinga, no estado do Mato Grosso, às margens do rio Jatobá.

5.2.2.13 Povo Kawaiwete

Durante séculos, os Kawaiwete foram designados pelo nome Kaiabi. É provável que tenha sido a forma pela qual os povos Apiaká ou Bakairi - as primeiras fontes de informação sobre os Kawaiwete no século XIX - se referiam a eles. O nome kaiabi não pertence à língua dos Kawaiwete e não é sua autodesignação.

Os Kawaiwete, pertencentes a família linguística Tupi-Guarani, até aproximadamente a década de 1940 ocupavam uma extensa faixa entre os rios Arinos, Tatuy (rio dos Peixes) e médio Teles Pires ou São Manuel, localizada a oeste do rio Xingu. As línguas mais semelhantes do povo Kawaiwete são dos povos Kamayurá, Asurini do Xingu e Apiaká (GALVÃO, 1996).

Segundo informações do Instituto Socioambiental, a quase totalidade dos Kawaiwete que habita atualmente o Parque Indígena do Xingué bilíngue pleno, dominando sua própria língua e o português. Alguns indivíduos residentes em aldeias de outros grupos, ou casados com indivíduos de outra etnia, falam também uma terceira língua. Os Kawaiwete resistiram com vigor à invasão de suas terras por empresas seringalistas desde o final do século XIX. A partir dos anos 1950, a região dos rios Arinos, dos Peixes e Teles Pires foi retalhada em glebas que viraram fazendas e os Kawaiwete se dividiram em três grupos. A maioria se mudou para o Parque Indígena do Xingu, onde se destaca pela prática de uma agricultura forte e diversificada, uma arte caracterizada por complexos padrões gráficos de inspiração mitológica e uma participação ativa no movimento indígena organizado em defesa dos interesses do TIX (ISA, 2011).

5.2.2.14 Povo Kisêdjê (Suiá)

Os Kisêdjê começaram a adotar esta autodenominação em meados dos anos 1990. Até então eram conhecidos como Suiá. Sua língua pertence ao tronco linguístico Jê, assim como a dos Tapayuna. Desde sua chegada à região, seu contato com outros povos xinguanos e, principalmente, do alto Xingu, ocasionou a incorporação de muitos costumes e tecnologias (LANNA, 1966), porém manteve sua singularidade cultural cujo emblema é um estilo particular de canto ritual, traço marcante da cultura. Até algumas décadas atrás, outro marco diferencial do grupo eram os grandes discos labiais e auriculares, atualmente abandonados (ISA, 2011). A sociedade Kisêdjê tem uma rica cosmologia, tendo como centro a apropriação de conhecimentos de animais ou de povos inimigos. Consequentemente, a visão que os Kisêdjê têm de si mesmos é de uma sociedade formada através da apropriação seletiva do que era bom e bonito de outros seres (ACT, 2008).

Os Kisêdjê concordam que em um passado longínquo vieram do nordeste, na região do norte do Tocantins ou do Maranhão, e dali se moveram em direção oeste, atravessando o rio Xingu até o Tapajós, onde lutaram com uma série de grupos indígenas como os Munduruku e os Krenakarore (Panárá), sempre lutando, se deslocaram em direção ao sul (LANNA, 1966; ISA 2011) e estima-se que chegaram ao Xingu na primeira metade do século XIX.

As relações entre eles e outros grupos que encontraram no alto Xingu oscilaram entre a harmonia e a hostilidade. Segundo relatos de Anthony Seeger, antropólogo que conviveu com os Ksêdjê desde 1974, como consequência de suspeita de feitiçaria e ataques, se moveram para o norte rumo à foz do rio Suiá-Miçu, onde massacraram os Manitsaua e capturaram mulheres e crianças larumã, grupos hoje considerado extinto na literatura etnológica, que foram incorporadas às aldeias, e os rios Manitsaua-missu e Suiá-miçu ficaram livres para os Kisêdjê.

5.2.2.15 Povo Tapayuna

Os Tapayuna se autodenominam Kajkwakratx. São também conhecidos como Beijo de Pau ou Suyá Ocidentais e sua língua pertence à família Jê.

Os Tapayuna viviam originariamente na região do rio Arinos, próxima ao município de Diamantino, no Mato Grosso. Devido a grande pressão exercida por invasores em seu território, rico em recursos naturais, na década de 1970 o grupo foi vítima de um envenenamento com a carne de uma anta e os 41 sobreviventes foram transferidos para o Parque Indígena do Xingu, vivendo primeiramente na aldeia dos Kísêdjê, que também falam uma língua da família Jê. A Funai calculava, em 1962, que os Tapayuna somavam mais de 1000 indígenas, mas ao final do processo de contato, em 1971, estavam reduzidos a 40 sobreviventes.

Nos anos 1980, com a morte de um importante líder e pajé, uma parte do povo Tapayuna foi morar com os Mebengôkrê (Kayapó), na Terra Indígena Capoto-Jarina. O fato de os Tapayuna morarem em aldeias kísêdjê e Mebêngôkre provocou o enfraquecimento da sua língua e cultura.

Segundo Sezi (2011) a língua dos Tapayuna está ameaçada de extinção devido a um processo onde grupos falantes de línguas, em geral geneticamente próximas entre si, como é o caso dos grupos Ksêdjê, Mebengôkrê e Tapayuna, se aglutinaram, convivendo por períodos de duração variável, situação que pode levar à convergência das línguas e à substituição de uma delas. “carência de informações sobre as línguas individuais não permitem hipóteses conclusivas sobre possíveis mudanças acarretadas pelo contato nesses casos. Ao que parece, a tendência é no sentido de que uma das línguas sofra crescente interferência, mantendo sua identidade distinta até um ponto em que desapareça”. Esta dinâmica, segundo Seki (2011) é o que vem ocorrendo atualmente

com o Tapayuna, crescentemente absorvido pelo Mebengôkre. De acordo com a estimativa feita por Ropkrãse Suiá e Teptanti Suiá para o Instituto Socioambiental, em 2010, os Tapayuna somavam cerca de 160 indivíduos, incluindo as populações das duas terras, Wawi e Capoto-Jarina.

5.2.2.16 Povo Yudja

Yudjá é a autodenominação do Povo conhecido até a década de 1990 por Juruna, quando, a partir da ação de professores indígenas das escolas do Parque Indígena do Xingu (PIX), o grupo iniciou um processo de retomada mais efetiva de especificidades culturais, adotando desde então a autodenominação Yudja (ISA, 2011).

Os Yudjá falam uma língua do tronco Tupi, família Tupi, que também incluía as línguas já extintas dos Povos Arupaia, Xipaia, Peapaia e Aoku (não identificado), além dos Maritsawá (SILVA, 1999). O território original desse Povo se estendia por toda a região da volta grande do Xingu, onde hoje está localizada a cidade de Altamira, até a desembocadura do rio Fresco, no Pará. Foram as frentes econômicas lideradas pela economia da seringa que obrigaram os Yudjá a abandonar o baixo rio Xingue buscar refúgio para além das fronteiras do Mato Grosso (ISA, 2011).

Há cerca de 100 anos, este Povo está separado em dois grupos por uma enorme distância, sendo que uma parte vive na região de ocupação muito antiga, o médio Xingu, na Terra Indígena Paquiçamba e adjacências, bem como em Altamira (Pará); e a outra parte vive no alto curso do mesmo rio, na área do PIX (SILVA, 1999). Apesar da considerável extensão do PIX, os Yudjá vivem relativamente confinados, visto que pelo menos a metade do trecho do rio explorado por este grupo nos últimos 100 anos faz parte hoje da Terra Indígena Capoto-Jarina, e suas relações com os Txukahamãe que ali habitam não são suficientemente tranquilas para garantir aos Yudjá direitos de exploração dos recursos naturais (ISA, 2011).

6. OBJETIVO

6.1 Objetivo Geral

Esta versão final do Plano de Trabalho, com os ajustes e acordos dialogados com os povos do Território Indígena do Xingu nas reuniões de consulta desde julho de 2023, tem como objetivo protocolar um documento que diz respeito as diretrizes teórico-metodológicas, atividades, equipe e cronograma que vão subsidiar o desenvolvimento do Estudo do Componente Indígena em tela, voltado à identificação e avaliação dos impactos socioambientais, socioculturais e/ou socioeconômicos que podem ser ocasionados ao modo de vida e à territorialidade destes povos decorrentes da possível implantação e operação da BR-242/MT.

Neste contexto cabe evidenciar que o empreendimento se encontra em fase de obtenção de Licença Prévia e caberá, nesta etapa do estudo, junto com os povos indígenas do território, o desafio de compreender os impactos diretos, indiretos e cumulativos decorrentes da sua implantação e operação ao longo do tempo, avaliando os diferentes impactos a partir das alternativas locais propostas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e ou outras alternativas locais mais adequadas sob a ótica do componente indígena, conforme resolução CONAMA nº01/1986, bem como avaliar a viabilidade do empreendimento em tela, em acordo com o TR da Funai.

6.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do Plano de Trabalho é: apresentar a equipe técnica mobilizada para a elaboração do ECI, com os ajustes solicitados pela Governança do TIX; Apresentar o referencial teórico-metodológico com roteiro das atividades à FUNAI, conforme acordado com a governança do TIX em novembro de 2023; Apresentar o cronograma das etapas de campo e do ECI como um todo conforme acordado na 10ª Reunião de Governança e apresentar os resultados desejados conforme as instruções do Termo de Referência – TR, expedido pela FUNAI e complementados pela Governança Geral do TIX no documento “Perguntas que não podem faltar”.

De forma complementar, em relação ao documento “perguntas que não podem faltar” integrados ao TR da Funai, cabe evidenciar, conforme diálogo estabelecido com a ATIX e GT de obras na reunião de consulta do Plano de Trabalho em setembro de 2023 que, em relação à avaliação de contaminação do meio físico e biótico por agrotóxicos, esta será feita no ECI a partir do levantamento de fontes bibliográficas que discutem este tema na região, incluindo Cerqueira (2018) que aborda essa temática tanto nas cabeceiras formadoras do Xingu quanto dentro do PIX. Além disso, publicações e

pesquisas sobre monitoramento da qualidade da água na bacia do Xingu serão integradas à análise, como dados e informações retirados de Embrapa, informações do Ministério da Agricultura, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Sesai, Unifesp, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), Esalq - USP, Sindicatos Rurais etc., serão fontes oficiais para analisar essa questão do ponto de vista técnico. Ademais, cumpre salientar que os diálogos e investigação em campo, junto aos indígenas, também são fontes relevantes e essenciais de informação qualificada, tendo em vista que habitam a região e percebem indicadores socioculturais e bioindicadores de mudança na qualidade da água ao longo do tempo.

Sem perda do exposto, os dados ambientais coletados na região durante a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da BR-242 serão utilizado para as avaliações técnicas do meio biótico e físico, o que inclui as informações já sistematizadas e entregues em 2021 ao Ibama, as complementações solicitadas ao DNIT pelo Ibama no parecer técnico de maio de 2023 (Nº 13778301/2022 -COTRA/CGLIN/DILIC) e as solicitações feitas pela Governança do TIX aos representantes do Ibama na 9ª Reunião de Governança do TIX, conforme item 11 da Ata da reunião (**Anexo 1**): “Ibama deve solicitar estudos aprofundados sobre contaminação pelo agrotóxico no meio físico e biótico nas áreas impactadas pela construção da BR-242 e FICO”.

7. EQUIPE TÉCNICA

Para elaboração deste estudo será necessária uma equipe multidisciplinar, com profissionais com formação em diferentes áreas capazes de abarcar todos os temas sociais e ambientais de forma integrada. Dessa forma, a equipe deste ECI, conforme dialogado com a Governança do TIX, será composta por profissionais que se dedicarão ao processo em tela, em campo e/ou gabinete, e atuarão de forma integrada com os técnicos indígenas indicados pela Governança do TIX.

Toda a equipe técnica, em especial os profissionais que estarão em campo, possuem experiência em territórios indígenas, alguns com experiência no TIX, e processos participativos com as comunidades, cumprindo os requisitos exigidos pela Funai e necessários nestes processos.

A equipe de campo será composta por:

- 1 coordenadora do ECI – Antropóloga
- 1 antropólogo indicado pela Governança do TIX – Alto Xingu
- 1 antropóloga indicada pela Governança do TIX- Baixo, médio e leste Xingu
- 1 arqueóloga indicada pela Governança do TIX
- 1 coordenador da área ambiental – bióloga fauna terrestre
- 1 técnico sênior – flora/vegetação
- 1 técnico sênior – ictiofauna
- 1 técnico sênior - meio físico
- 1 assistente geral
- 4 técnicos indígenas fixos
- 13 técnicos indígenas por região

Abaixo a equipe de gabinete, que dará suporte na sistematização de dados e coleta de dados secundários será composta por:

- 1 técnico sênior especialista em avaliação de impactos cumulativos;
- 1 técnico pleno – fauna terrestre
- 1 técnico pleno – flora
- 1 técnico pleno – ictiofauna
- 2 técnico pleno - meio físico
- 2 técnico pleno - geoprocessamento

Com o objetivo de oficializar a resposta em relação às solicitações da Governança do TIX acerca dos profissionais indicados para equipe do ECI, cabem algumas explicações sobre as tratativas, algumas ainda em curso.

- A arqueóloga Gabriele Garcia foi indicada pelos povos do Alto Xingue Médio Xingu. A profissional concordou em participar do ECI e segue sua documentação para compor a equipe;

- O antropólogo Marcelo Fiorini foi indicado pelos povos do Alto Xingue e segue confirmado na equipe do ECI, sua documentação também segue neste PT;
- O antropólogo David Allan Rodgers foi indicado pelo povo Ikpeng devido à coordenação do GT de identificação do território Ikpeng em curso. Esta coordenação está em diálogo com o antropólogo desde janeiro, e confirmou sua participação em gabinete, indicando estar disponível para conversas, revisões e elaboração de textos. Em relação a sua participação nas etapas de campo, devido a compromissos acadêmicos no exterior, ele indicou que pretende participar do 3º campo (sazonal), em setembro/outubro, mas ainda aguardamos confirmação oficial para formalizá-lo à Funai. Caso confirme sua ida a campo, toda sua documentação será enviada à Funai posteriormente;
- O antropólogo Klinton Vieira Senra foi indicado pelo povo Kawaiwete - Baixo Xingu. O antropólogo atualmente é servidor do ICMBIO e não poderá participar do ECI. No entanto ele confirmou sua contribuição informal com revisões e reuniões virtuais com a equipe. Desta forma o currículo dele não segue neste PT;
- As antropólogas Marcela Coelho e Karine Assunção foram indicadas pelo povo Kisêdjê, do leste Xingu. A profissional Karine Assunção é servidora da Funai, lotada na Coordenação Geral de Promoção dos Direitos Sociais da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável. Por uma questão de conflito institucional não poderá participar do ECI; já a antropóloga Marcela Coelho confirmou sua participação no ECI e compõe a equipe no conteúdo do baixo, médio e leste Xingu. Sua documentação também segue neste PT. Ressalva-se o envio do atestado de saúde, que não será enviado neste momento pois a antropóloga se deslocará para o TIX em julho, sendo que em junho esta coordenação enviará a Funai-CGLIC, por e-mail, seu atestado médico;
- Os técnicos indígenas indicados pela Governança do TIX seguem confirmados como parte integrante do ECI, organizados da seguinte forma: 4 técnicos indígenas fixos atuarão em todo o território indígena do Xingu junto com a equipe técnica, atuando em campo e em gabinete. Além desses, outros 13 técnicos indígenas também irão participar de forma ativa, porém trabalhando apenas em suas aldeias ou regiões e mais especificamente nas etapas de campo.

O **Quadro 1** apresenta a equipe técnica responsável pelo ECI que vai a campo e em separado a equipe de gabinete, que auxiliará com a sistematização de dados secundários em especial sobre a caracterização ambiental da bacia do Xingu.

No **Anexo 4**, em relação a equipe de campo, será disponibilizado os currículos resumidos destes profissionais, juntamente com as carteiras de vacinação, termos de compromisso assinados e atestados médicos, conforme solicita o TR da Funai. Para os profissionais de gabinete seguem os currículos resumidos.

Quadro 1 - Profissionais da equipe técnica para as etapas de campo no TIX

PROFISSIONAL	ÁREA DE ATUAÇÃO	FUNÇÃO	ATIVIDADES
Mirella Poccia Costa	Antropologia	Coordenadora Geral do ECI- atuará em todo o TIX	Coordenação geral do ECI, atividades de campo e da equipe técnica. Responsável pela metodologia do ECI, conteúdo antropológico, integração dos conteúdos e metodologia dos levantamentos de campo, diálogos e relacionamento com os diferentes atores envolvidos no ECI, supervisão geral e revisão.
Marcelo Fiorini	Antropologia	Especialista indicado pela Governança do TIX	Especialista que atuará no alto Xingu responsável pelo conteúdo antropológico em diálogo com a coordenação social e ambiental, seja no levantamento de dados primários, análises de dados secundários, diálogos com as comunidades nas oficinas e caminhadas pelo território, diálogo com lideranças e associações etc. Reuniões da equipe técnica e levantamento bibliográfico e documental.
Marcela Coelho	Antropologia	Especialista indicada pela Governança do TIX	Especialista que atuará no baixo, médio e leste Xingu responsável pelo conteúdo antropológico em diálogo com a coordenação social e ambiental, seja no levantamento de dados primários, análises de dados secundários, diálogos com as comunidades nas oficinas e caminhadas pelo território, diálogo com lideranças e associações etc. Reuniões da equipe técnica e levantamento bibliográfico e documental.
Gabriele Garcia	Arqueóloga	Especialista indicada pela Governança do TIX	Especialista que atuará em todo o TIX para compor o conteúdo etnoarqueológico do ECI em diálogo com a coordenação social e ambiental, seja no levantamento de dados primários, análises de dados secundários, diálogos com as comunidades nas oficinas e caminhadas pelo território, diálogo com lideranças e associações etc. Reuniões da equipe técnica e levantamento bibliográfico e documental.
Natália Oliveira	Biologia	Coordenação da área ambiental e Meio Biótico - fauna	Coordenação da área ambiental, levantamento de dados sobre a fauna terrestre e seus diferentes usos pelos indígenas (caça, atividades produtivas e de geração de renda, medicina

PROFISSIONAL	ÁREA DE ATUAÇÃO	FUNÇÃO	ATIVIDADES
			tradicional etc.), identificação de impactos e metodologia. Reuniões da equipe técnica, reuniões na TI e com lideranças e associações, levantamento de campo, bibliográfico e documental. supervisão conteúdo ambiental e revisão geral.
Tomaz Lanza	Engenheiro agrônomo	Meio biótico - Flora	Levantamento de dados sobre a vegetação e seus diferentes usos pelos indígenas (madeira, produtos não-madeireiros, atividades produtivas, medicina tradicional etc.), identificação de impactos. Reuniões da equipe técnica, reuniões na TI e com lideranças e associações, levantamento de campo, bibliográfico e documental.
Welligton Mesquita	Engenheiro ambiental	Meio físico	Levantamento de dados sobre os recursos do meio físico (solo, topografia, ar, recursos hídricos) e seus diferentes usos pelos indígenas, identificação de impactos. Reuniões da equipe técnica, reuniões na TI e com lideranças e associações, levantamento de campo, bibliográfico e documental.
João Alberto Paschoa	Biologia	Meio Biótico – ictiofauna e comunidades bentônicas	levantamento de dados sobre ictiofauna e seus diferentes usos pelos indígenas (pesca, atividades produtivas e de geração de renda, medicina tradicional etc.), identificação de impactos. Reuniões da equipe técnica, reuniões no território e com lideranças e associações, levantamento de campo, bibliográfico e documental.
Izabela Ribeiro	Bióloga-gestão de projetos e produtora executiva	Assistente Geral	Auxiliar nas etapas de campo viabilizando material e documentos para realização das oficinas em diálogo com comunidades e equipe técnica; auxiliar para elaboração de documentos, registros fotográficos e atas em campo; responsável pelas questões logísticas de campo, viabilizando o planejamento desenhado junto a ATIX e apoio a equipe técnica.
Yanama Kuikuro – Alto Xingu Yanin Kaiabi – Baixo Xingu Poiko Suya- Leste Xingu	Técnicos Indígenas - Especialistas do TIX	Técnicos fixos que acompanham a equipe do ECI no TIX - indicados pela Governança	Atuarão nos levantamentos de campo nas aldeias em todas as etapas do ECI participando dos mapeamentos, traduções, apontando lacunas etc. Em gabinete serão acionados para sanar lacunas e dúvidas das etapas de campo, dialogar quando necessário com comunidades etc.

PROFISSIONAL	ÁREA DE ATUAÇÃO	FUNÇÃO	ATIVIDADES
Yakuwipu Waurá – Médio Xingu			
<u>Alto Xingu</u> Teteko Jahi Kalapalo Arapawa Waurá, Tumin Yawalapiti Kemenha Mehinako <u>Baixo Xingu</u> Karin Yudjá Kumadiwa Yudjá Tuma Kaiabi Yawarete Kaiabi Amairé Kaiabi Suia <u>Leste Xingu</u> Warakatu Suya Ropkrase Suyá <u>Médio Xingu</u> Oporike Txicão Trumai Takap Kaiabi Trumai	Técnicos Indígenas - Especialistas do TIX	Técnicos por região - indicados pela Governança	Atuarão nos levantamentos de campo em todas as etapas do ECI participando dos mapeamentos, traduções, apontando lacunas, etc.

A seguir o **Quadro 2** apresenta a equipe designada para atuação em gabinete na coleta e sistematização de dados secundários do TIX e entorno.

Quadro 2 - Profissionais da equipe técnica de gabinete.

PROFISSIONAL	ÁREA DE ATUAÇÃO	FUNÇÃO	ATIVIDADES
Luiz Henrique Sanchez	Avaliação de impacto ambiental e social	Especialista em avaliação de impactos cumulativos	Avaliação de Impactos Cumulativos (AIC). Neste estudo contribuirá para avaliação de impactos cumulativos resultantes da implantação da BR-242/MT e FICO no trecho em estudo- lotes 5 a 9 e parte do lote 10.
Reginaldo Alves da Cruz	Biologia	Meio Biótico fauna terrestre	Sistematização de conteúdo bibliográfico e documental sobre o tema sob coordenação dos técnicos de campo

PROFISSIONAL	ÁREA DE ATUAÇÃO	FUNÇÃO	ATIVIDADES
Rafaela Fontanella Sander	Eng. Agrônoma	Meio Biótico - Flora	Sistematização de conteúdo bibliográfico e documental sobre o tema sob coordenação dos técnicos de campo
Tomás Fleck	Biologia	Meio Biótico - ictiofauna	Sistematização de conteúdo bibliográfico e documental sobre o tema sob coordenação dos técnicos de campo
Lucas Puerari	Geologia	Meio Físico	Sistematização de conteúdo bibliográfico e documental sobre o tema em diálogo com os técnicos de campo
Maycon Hamann,	Eng. Sanitarista e Ambiental,	Meio Físico	Sistematização de conteúdo bibliográfico e documental sobre o tema em diálogo com os técnicos de campo
Alisson Humbert's Martins	Eng. Civil	Geoprocessamento	Elaboração de mapas temáticos, georreferenciamento dos dados e análises espaciais sob coordenação dos técnicos de campo
Felippi Constante Alves	Eng. Civil	Geoprocessamento	Elaboração de mapas temáticos, georreferenciamento dos dados e análises espaciais sob coordenação dos técnicos de campo

8. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A elaboração do Estudo do Componente Indígena estará fundamentada na busca por respostas às questões colocadas pela Governança Geral do TIX e pelo pleno atendimento do Termo de Referência da Funai. Cumpre salientar que o ECI deve garantir a participação efetiva dos povos indígenas, representantes indicados por eles e associações indígenas em todas as etapas do trabalho, o que significa que a participação e o diálogo com os detentores por direito dos territórios são entendidos como fundantes e estruturantes para o desenvolvimento do estudo. As informações técnicas do projeto básico do empreendimento e dos aspectos socioambientais integradas aos conhecimentos e reivindicações dos povos do TIX serão analisadas em conjunto, incorporando dialogicamente categorias científicas e indígenas para os mesmos temas a serem tratados.

Adicionalmente, cabe destacar que a participação indígena em qualquer estudo que envolve seus territórios e modo de vida deve ser garantida também por diretrizes legais, especialmente pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), único tratado no sistema multilateral que aborda de forma específica e abrangente os direitos dos povos indígenas e tribais, onde um de seus eixos principais é o compromisso firmado pelos países aderentes de garantir o direito à consulta prévia, livre e informada de povos indígenas e comunidades tradicionais na tomada de decisões administrativas e legislativas que impactem diretamente seu modo de vida. Neste sentido, o tratado é um importante instrumento que ganha força normativa ao ser internalizado pela Constituição Federal de 1988, estando acima de decretos legislativos. De acordo com a Convenção, suas normas e recomendações tem como premissa reconhecer as aspirações desses povos em assumir o controle de suas próprias instituições, suas formas de vida e seu desenvolvimento econômico, além de manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões.

A participação dos povos indígenas nos estudos, tal qual orienta a Funai e todos os tratados de garantia de seus direitos, deve estar atrelada não a uma participação passiva, de informantes, e sim deve ser pautada na participação ativa e livre dos povos, mediante procedimentos apropriados e definidos por eles, respeitando suas tradições e instituições representativas em total consonância com seu direito de autonomia e protagonismo em entender, interferir e opinar, no seu tempo, sobre tudo que se refere ao seu modo de vida e territorialidade.

A participação propriamente dita se fundamenta no pressuposto de que, quando efetiva, é engajada e resulta em controle social e poder de opinar sobre as regras e seus efeitos, possibilita a reflexão conjunta da identificação e avaliação dos impactos, assim como propõe e opina sobre os mecanismos para implantação de medidas adequadas à realidade e especificidades de cada povo e/ou território.

Desta forma, este Plano de Trabalho contempla os diálogos estabelecidos nas reuniões de consulta no âmbito do cumprimento do Protocolo de Consulta do TIX e as orientações propostas pela Governança Geral do TIX em relação à dinâmica de campo para coleta de dados primários, conforme aprovada na 10ª reunião de Governança em novembro de 2023.

Os povos do TIX, levando em conta aspectos étnicos e logísticos, propuseram que a coleta de dados fosse num primeiro momento por povo, abarcando um primeiro campo no Alto Xingu um segundo campo no médio, baixo e leste Xingu. Ambos avançarão por aldeias centrais de cada povo, reunindo representantes das aldeias do entorno, que receberão a equipe técnica por alguns dias para realização das oficinas.

De forma complementar haverá um campo adicional (3º campo), nomeado de campo sazonal, que abará a época da seca extrema para levantamentos específicos desta estação. Este campo sazonal será organizado em regionais, as quais reunirão mais de um povo, sendo 4 visitas técnicas (1 no baixo, 1 no médio, 1 no baixo e 1 no leste Xingu), além da visita a gruta de *Kumukwaká*, estradas estaduais e outros pontos de interesse eventualmente.

O cronograma (Capítulo 10) foi atualizado e validado pela ATIX em 2 reuniões virtuais realizadas dia 4 de abril com equipe técnica e dia 8 de abril junto aos representantes do DNIT, Funai-CGLIC e Prosul. Assim ficou definido que no mês de maio de 2024 a equipe estará no alto Xingu, nas aldeias/polo centrais indicados conforme **Quadro 3**; no mês de julho de 2024 a equipe estará no baixo, médio e leste Xingu, nas aldeias/polo centrais indicados conforme **Quadro 4**; e no mês de setembro será o campo sazonal, onde serão realizados os levantamentos de campo por regionais conforme **Quadro 5**. Para estas visitas técnicas fora do TIX, o que inclui a visita a *Kumukwaká* e estradas estaduais, será dialogado com ATIX a participação de um grupo destacado devido às limitações logísticas.

Quadro 3 - Campo do alto Xingu, maio de 2024.

Povo	Região	Tronco Linguístico	Aldeia/Polo central
Kamaiurá	Alto	TUPI	Ipavu
Aweti e Yawalapiti	Alto	TUPI / ARUAK	Polo Leonardo
Waurá	Alto	ARUAK	Pyulaga
Mehinako	Alto	ARUAK	Kurisevo
Kuikuro	Alto	KARIB	Ipatse
Matipu e Nafukua	Alto	KARIB	Matipu
Kalapalo/Naruvôto	Alto	KARIB	Kuluene

Quadro 4 - Campo do médio, baixo e leste Xingu, julho de 2024.

Povos	Região	Tronco Linguístico	Aldeia/Polo central
Kawaiweté	Baixo	TUPI	Sobradinho
Kawaiweté	Baixo	TUPI	Aiporé
Yudjá	Baixo	TUPI	Tuba Tuba
Kawaiweté	Baixo	TUPI	Polo Diauarum
Kisedje	Leste	JÊ	Polo Wawi
Kawaiweté	Médio	TUPI	Ilha Grande
Ikpeng e Trumai	Médio	KARIB /ISOLADA	Polo Pavuru

Quadro 5 - Campo sazonal, regionais e visitas técnicas no entorno e pontos de interesses, setembro/outubro de 2024.

Região	Polo para reunião	Povo
Alto	Polo Leonardo	Kamaiurá
		Aweti e Yawalapiti
		Waurá
		Mehinako
		Kuikuro
		Matipu e Nafukua
		Kalapalo/Naruvôto
Baixo	Polo Diauarum	Kawaiweté
		Yudjá
Leste	Polo Wawi	Kisêdjê
Médio	Polo Pavuru	Kawaiweté
		Ikpeng e Trumai

8.1 Abordagem metodológica proposta

Sem perda do exposto, a sugestão metodológica para o desenvolvimento do ECI tem como base as referências de avaliação de impactos pautadas na abordagem de serviços ecossistêmicos, que analisa de forma integrada os aspectos ecológicos e sociais. A principal característica desta abordagem se assenta no princípio de que a qualidade e o modo de vida de uma população/comunidade são diretamente relacionados aos bens e serviços que os ecossistemas podem fornecer (GENELETTI, 2016).

A Avaliação Ecosistêmica do Milênio (AEM, 2005) foi um estudo de alcance global que reuniu mais de uma centena de pesquisadores, com objetivo de sistematizar as discussões até então do conceito, que tem origem na década de 70. Um dos resultados da AEM foi a consolidação do conceito de serviço ecossistêmico de maneira sintética como “benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas”. O fornecimento desses benefícios é afetado por alterações ambientais, que consequentemente afetam a qualidade de vida das comunidades que os utilizam.

Esse conceito tem sido aplicado a diversos processos de tomada de decisão, especialmente nos processos de avaliação de impactos (FISH *et al.*, 2016). A primeira recomendação de inclusão do conceito à avaliação de impactos foi formalizada em 2006, na Conferência das Partes (COP) da Convenção da Diversidade Biológica, realizada em Curitiba, que reúne periodicamente seus países signatários. Nesta conferência foi aprovado o documento intitulado “Diretrizes Voluntárias para avaliação de impactos inclusiva da biodiversidade”, onde recomenda-se que os Termos de Referência deveriam:

“Identificar, em consulta com as partes interessadas, os serviços ecossistêmicos atuais e potenciais fornecidos pelos ecossistemas afetados (...) e determinar os valores que estas funções representam para a sociedade. Identificar os principais beneficiários e aqueles afetados de maneira adversa (...), com ênfase nos mais vulneráveis”
[Seção 5.3(b)h]

Entretanto, a avaliação de impactos sobre serviços ecossistêmicos ganhou difusão prática em 2012 com a aprovação dos Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Socioambiental da Corporação Financeira Internacional (*International Finance Corporation – IFC*), braço de financiamento privado do Banco Mundial. Os padrões de desempenho são um conjunto de diretrizes para avaliação de impactos de projetos submetidos para possível financiamento do Banco Mundial e dos bancos signatários dos princípios do Equador.

Serviços ecossistêmicos prioritários são definidos pela IFC (2012a) como “aqueles serviços que o projeto tem alto potencial de causar impacto e, portanto, resultam em impactos negativos para as comunidades”. Essa priorização deve ser feita tendo em conta a numerosa lista de serviços que os ambientes afetados podem fornecer e objetivando manter avaliação focada nos serviços importantes para as comunidades, no caso em tela, para os Povos Indígenas do TIX. Como exemplo, mostra-se a **Tabela 1** a seguir.

Tabela 1 – Exemplo da identificação dos serviços ecossistêmicos fornecidos na área de estudo.

Serviços Ecossistêmicos de Provisão		
Serviço Ecossistêmico	Possíveis usos indígenas (a serem identificados em campo junto aos povos em tela)	Meio Associado
Culturas Agrícolas	Produção de grãos, raízes, tubérculos e frutos para alimentação e comércio. Milho, mandioca, macaxeira, cará, abóbora, melancia, inhame, batata-doce, banana, mamão, cacau, etc. Produção de farinha para comércio e alimentação	Meio Biótico e Meio antrópico
Alimentos Silvestres	Frutos, sementes e polpas para comércio e alimentação	Meio Biótico e Meio antrópico
Madeira	Construções de casas, canoas, estacas, artesanato, utensílios etc.	Meio Biótico e Meio antrópico
Combustível de biomassa	Lenha	Meio Biótico e Meio antrópico
Fibras e resinas	Pintura corporal, palha para cobertura de casas, embiras e cipós para amarrações etc.	Meio Biótico e Meio antrópico
Medicina tradicional	Resinas, óleos/banhas, ervas, peles etc. para uso medicinal,	Meio Biótico e Meio antrópico
Caça	Animais para alimentação, rituais, artesanato etc.	Meio Biótico e Meio antrópico
Pesca	Peixes para alimentação, rituais, artesanato etc.	Meio Biótico e Meio antrópico
Fornecimento de água	Usos domésticos, consumo, reprodução cultural etc.	Meio antrópico e Meio Físico
Serviços Ecossistêmicos de Regulação		
Serviço Ecossistêmico	Possíveis usos indígenas (a serem identificados em campo junto aos povos em tela)	Meio Associado
Regulação da qualidade do ar	Respiração e bem-estar	Meio antrópico e Meio Físico
Regulação de recarga hídrica e fluxos de água	Manutenção de nascentes, áreas úmidas, várzeas etc.	Meio antrópico e Meio Físico
Controle de erosão	Prevenção da erosão, movimentos de massas, assoreamento etc.	Meio antrópico e Meio Físico
Purificação de águas	Autodepuração dos rios e tratamento de efluentes etc.	Meio antrópico e Meio Físico
Regulação de doenças	Controle biológico de agentes patogênicos, como da malária por exemplo	Meio antrópico e Meio Físico
Polinização	Mel para alimentação e comércio	Meio antrópico e Meio Físico
Serviços Ecossistêmicos Culturais		
Serviço Ecossistêmico	Possíveis usos indígenas (a serem identificados em campo junto aos povos em tela)	Meio Associado
Valores culturais e espirituais	Rituais, paisagens, referências históricas e imemoriais, locais sagrados e informações arqueológicas, locais de argila p/ cerâmica, etc.	Todos
Valores educacionais	Reprodução do conhecimento de seu modo de vida e territorialidade	Todos

Neste contexto cabe evidenciar que conforme os preceitos teóricos desta metodologia, o diagnóstico pode demonstrar que alguns impactos identificados e também impactos potenciais não estão diretamente relacionados aos impactos sobre serviços ecossistêmicos, mas sim às ações relacionadas às instituições responsáveis pelo empreendimento, pelo processo de licenciamento e pelas expectativas regionais neste processo.

Assim, ainda que estas ações estejam ligadas aos impactos, não seria possível associar estes impactos a serviços ecossistêmicos, pois trata-se de impactos, decorrentes de ações institucionais e de gestão do conflito socioambiental. Para esclarecer, destacamos o relatório da IUCN (SÁNCHEZ, 2013) que pondera “mesmo quando bem-sucedida, medidas mitigadoras podem causar novos impactos prejudiciais. Na realidade, tanto as ações de emergência (incluindo a resposta regulatória) quanto os programas de remediação, restauração e compensação são, eles próprios, fontes de novos impactos adversos dos pontos de vista ambiental e social (é por isso que muitos deles exigem licenças ambientais)”.

Dessa forma, a partir do diálogo com os Povos Indígenas do TIX e análise da equipe técnica, estes impactos serão reunidos em uma categoria separada, que não estão relacionados às alterações ambientais. A causa destes impactos podem ser ações de gestão tomadas ao longo dos anos desde o início do planejamento da obra até a etapa de licenciamento ambiental e pode se estender as etapas seguintes caso não identificados e corretamente mitigados, quando possível.

Considerando que o foco deste estudo são os Povos do Território Indígena do Xingu, que tem estreita relação com os ambientes naturais, acredita-se que o conceito de serviços ecossistêmicos pode conduzir a uma melhor avaliação dos impactos no ECI por:

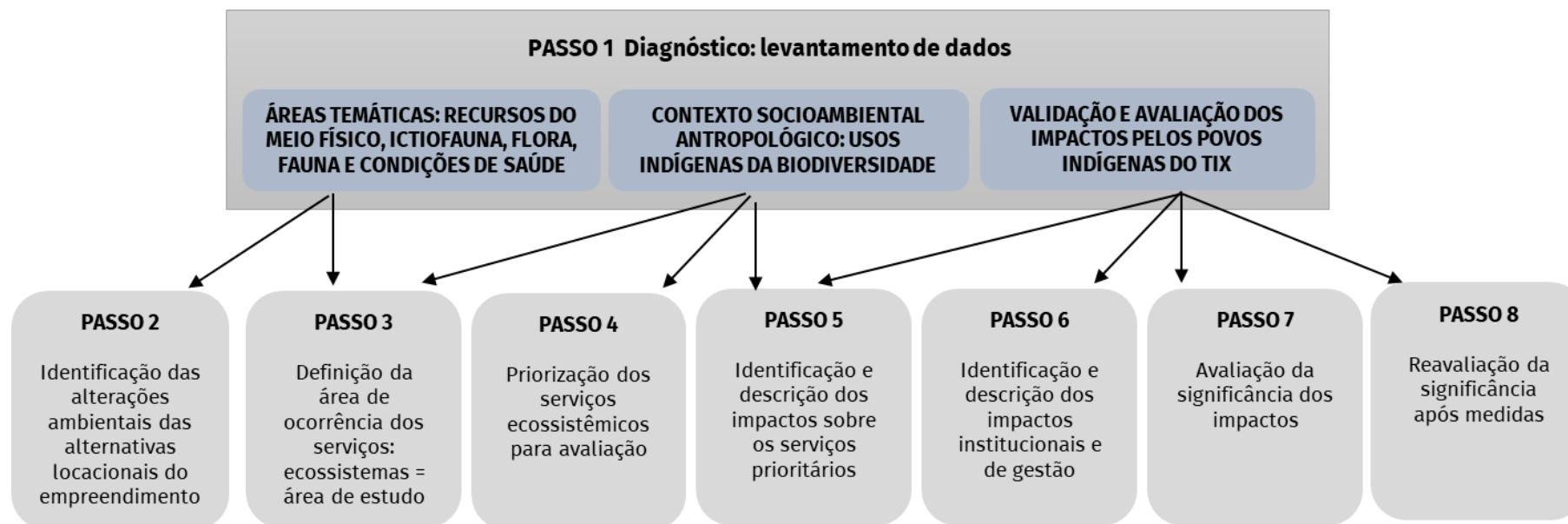
- (i) evidenciar as consequências sociais das alterações ambientais causadas pelo empreendimento;
- (ii) manter o foco no que é relevante para os Povos do TIX;
- (iii) priorizar a participação das comunidades na definição dos serviços ecossistêmicos prioritários, na validação e avaliação da significância dos impactos;
- (iv) não ser uma avaliação restrita a limites geográficos ou administrativos, e sim ao entendimento dos ecossistemas prioritários para os indígenas, o que vai ao encontro do conceito de territorialidade, fundamental para o contexto aqui avaliado. Neste contexto a atenção deve ser dada aos usos que os indígenas fazem dos ecossistemas e a partir desta identificação determinar a área de estudo do ECI em tela;

-
- (v) resultar em uma avaliação integrada da territorialidade vivida pelos Povos do Território do Xingue das áreas de uso imprescindíveis para sua reprodução física e sociocultural neste contexto.

Nesta perspectiva é importante salientar que o espaço geográfico é o ponto de partida para pensar o território, evidenciando as relações estabelecidas, criando limites e canais de comunicação, proximidades e distâncias, interdições, fronteiras seletivamente permeáveis conforme a lógica territorial dos grupos em uma dada porção de espaço.

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste ECI será baseada especialmente nas notas de orientação do IFC (2012b) para aplicação dos padrões de desempenho e no guia de análise de impactos sobre serviços ecossistêmicos do *World Institute Resources* (LANDSBERG *et al.*, 2013). Os procedimentos metodológicos a serem contemplados estão sumarizados em oito passos apresentados a seguir (**Figura 3**).

Figura 3 - Fluxograma com as etapas de trabalho proposta para o Estudo do Componente Indígena do Território Indígena do Xingu.



Um dos principais motivos para se considerar a abordagem de serviços ecossistêmicos na avaliação de impactos é que o conceito promove uma análise integrada de impactos sociais e ambientais, evidenciando as consequências sociais dos impactos bióticos e físicos (ROSA e SÁNCHEZ, 2015; LANDSBERG *et al.*, 2013; SLOOTWEG *et al.*, 2010) e destaca-se a melhoria da inclusão do conhecimento das comunidades afetadas no processo de avaliação de duas maneiras:

- A determinação do escopo, por meio da definição dos serviços ecossistêmicos prioritários, sobre os quais serão avaliados os impactos. O conhecimento das comunidades é considerado na validação da lista de impactos e na participação direta da análise de significância. O conceito também contribui para definição de uma área de ocorrência dos impactos que não é presa a limites geográficos ou administrativos/jurídicos, tradicionalmente utilizado em estudos de impactos ambientais, e sim deve levar em conta a territorialidade vivida pelos grupos na identificação dos serviços utilizados.
- A abordagem de serviços ecossistêmicos permite uma avaliação totalmente focada nas consequências sociais dos impactos ambientais, o que frequentemente é negligenciado em estudos de impactos ambientais tradicionais, que tem como objetivo avaliar o quanto a região pode suportar de impactos negativos (ROSA e SÁNCHEZ, 2015; ESTEVES *et al.*, 2012).

Nesse sentido entende-se que o conceito de serviços ecossistêmicos, no escopo de diagnóstico, identificação e avaliação de impactos é capaz de abarcar o entendimento dos grupos indígenas em relação ao seu território, um recurso natural e sociocultural, fundamental para manutenção e reprodução da vida coletiva, que representa o suporte da vida social.

8.2 Coleta de dados primários (em campo)

O diagnóstico socioambiental visa atender os pontos elencados do TR da Funai e perguntas colocados pela Governança do TIX no escopo de entender como as comunidades vivenciam sua territorialidade e as possíveis inter-relações com as alternativas locacionais do empreendimento BR-242/MT nos trechos em tela. A análise indígena sobre a relação deste empreendimento com demais impactos socioambientais produzidos por outros empreendimentos no entorno e seus questionamentos acerca do seu projeto de futuro deverão compor a investigação que serão contempladas a partir das metodologias participativas abaixo, a serem abarcadas em todos as etapas do trabalho de campo.

De forma complementar, o campo atenderá a dinâmica de campo para coleta de dados primários conforme estabelecido na 10ª reunião de Governança do TIX, levando em conta aspectos étnicos. Um primeiro campo no alto Xingue um segundo campo no

médio, baixo e leste Xingu. Ambos avançarão por aldeias centrais de cada povo, reunindo representantes das aldeias do entorno, que receberão a equipe técnica por alguns dias para realização das oficinas.

De forma complementar haverá um campo adicional (3º campo), nomeado de campo sazonal, que abarcará a época da seca extrema para levantamentos específicos desta estação. Este campo sazonal será organizado em regionais, as quais reunirão mais de um povo, sendo 4 visitas técnicas (1 no baixo, 1 no médio, 1 no baixo e 1 no leste Xingu), além das oficinas regionais serão realizadas visitas a gruta de *Kamukwaká* e estradas estaduais. Outras etapas participativas também seguem contempladas, como está exposto no item cronograma do ECI, como a oficina de impactos, onde será possível contemplar lacunas, validar mapas e conteúdo em sistematização e uma reunião técnica prevista com governança do TIX para diálogo sobre impactos e andamento do relatório final do ECI.

8.2.1 Metodologias participativas

- **Oficinas participativas:** serão realizadas reuniões coletivas nas aldeias indicadas respeitando a governança interna dos grupos indígenas para discutir questões socioambientais pertinentes ao trabalho, considerando o ponto de vista dos povos indígenas acerca das alternativas locais do empreendimento e demais vetores de pressão que afetam e possam afetar seu território e modo de vida. Nestas oficinas serão estimuladas narrativas livres sobre a percepção do empreendimento e entorno direto e por meio dessa escuta se dará início ao processo de compreensão e de alinhamento sobre a dimensão atribuída aos impactos, suas preocupações e expectativas.

Além disso, serão realizadas oficinas temáticas, para discutir temas específicos em plenárias, notadamente aqueles foco do ECI como caça, pesca, extrativismo, patrimônio material e imaterial, uso de recursos hídricos, mobilidade, relações socioespaciais etc. Essa atividade deve ser realizada nos primeiros dias de trabalho de campo e seu objetivo é promover a percepção do território em sua totalidade e integrar comunidades e equipe técnica, esclarecer dúvidas que porventura ainda persistam sobre o processo de licenciamento ambiental e seus procedimentos, o empreendimento ou outro tema relacionado.

- **Etnomapeamento:** nas oficinas participativas serão elaborados pelos povos do território em conjunto com a equipe técnica mapas temáticos que contemplem informações da **vegetação** (locais de coleta, extrativismo, agricultura etc.); da **fauna e ictiofauna** (caça, pesca, barreiros, trilhas utilizadas, áreas de manejo etc.); dos **recursos hídricos e do meio físico** (água para consumo, usos domésticos, usos espirituais/religiosos, lazer, pesca, argila para confecção de

artefatos cerâmicos, etc.); **territorialidade** (mapeamento cognitivo e visita, quando possível, das áreas de importância material e imaterial – capoeiras, caminhos antigos, cemitérios e aldeias antigas, paisagens sagradas/grutas/biofatos); **pressão do entorno** (zonas de pasto e agricultura não indígena, mineração e demais empreendimentos, estradas etc.); **áreas de vulnerabilidade** ambiental, sociopolítica, conflitos de usos de recursos, etc.; **fluxos e mobilidade indígena** no território e entorno etc. Tal mapeamento incorpora conteúdos, narrativas, eventos que dão sentido ao mundo social e natural dos Povos do TIX. Desta forma será possível entender a perspectiva indígena sobre os diversos aspectos de sua territorialidade. O etnomapeamento será realizado com o número de indígenas que se dispuser a participar e será estimulada a presença de representantes indígenas de diferentes grupos geracionais/etários e de gênero, bem como lideranças. Essa atividade será realizada juntamente com as primeiras oficinas participativas e possibilitará identificar de forma coletiva aspectos socioambientais que devem ser investigados de forma local, mais detalhada e aprofundada. Para complementar estes dados serão utilizadas fontes de dados secundários e o Plano de Gestão do TIX.

- **Entrevistas semiestruturadas:** as conversas temáticas no território (roças, caça, pesca, coleta, política, cultura, educação, saúde etc.) deverão ocorrer com todos os grupos (lideranças, homens, mulheres, crianças, anciãos, jovens, associações etc.), sendo possível dessa forma traçar um perfil abrangente de utilização, localização dos recursos e áreas em seus diversos pontos de vista, atividades de interesse e organização social.
- **Entrevistas livres:** as conversas temáticas ocorrerão de maneira livre de acordo com a demanda trazida pelos membros da comunidade, assim será possível entender quais temas são mais relevantes para cada grupo.
- **Entrevistas estruturadas:** serão realizadas com as associações indígenas, profissionais da saúde, educação, entidades atuantes no território etc. Poderão também ser aplicadas a membros da comunidade a depender da demanda e da necessidade técnica, com objetivo principal de complementar as informações, identificar vias de acesso, modos de ocupação e pressão territorial, serviços e equipamentos públicos, identificação da presença indígena nas cidades, caracterização da infraestrutura das aldeias (captação e distribuição de água, saneamento básico, fornecimento de luz elétrica, tipos de moradias, escolas, postos de saúde, identificação de instituições atuantes no território como Funai, Sesai, Unifesp, ONGs, Igrejas, Associações, levantamento de dados demográficos etc.), mapeamento de rotas de compra/venda/troca comercial e sua configuração social.

- **Caminhadas etnoecológicas:** os territórios serão percorridos pela equipe técnica e técnicos indígenas designados para participação nas atividades de forma que seja possível conhecer a região e visitar locais destacados no etnomapeamento. Nesse momento é importante que os principais pontos de interesse (áreas de interesse sociocultural, caça, pesca, coleta, agricultura, acessos etc.) quando possível, sejam vistoriados e georreferenciados, permitindo cartografar o território com bases de satélite e cruzar as informações obtidas com aquelas obtidas através do etnomapeamento. Além disso, será possível também fazer um levantamento primário de espécies vegetais e animais presentes no TIX e seu entorno com base em observações diretas (avistamentos e vocalizações) e indiretas (rastros como pegadas, pelos, fezes, arranhões, fuçadas, tocas etc.).
- **Elaboração de calendário sazonal:** essa atividade deverá ser contemplada tanto em oficinas participativas, de forma coletiva, como através das demais metodologias propostas, em especial vivenciando em campo junto com os indígenas a sazonalidade de uso dos recursos. Consiste na identificação das diversas atividades desenvolvidas ao longo do ano e sua sistematização nas diferentes estações (sazonalidade). Isso permite um melhor entendimento acerca das práticas indígenas e fenômenos climáticos, permitindo entender qual período é utilizado para realização de cada atividade de interesse, notadamente caça, pesca, plantio, colheita, coleta/extratativismo, rituais, deslocamentos etc.
- **Levantamento da territorialidade e aspectos cosmológicos:** identificação dos lugares de significado histórico e cultural para os indígenas; localização oportunística e georreferenciamento dos lugares relevantes; caracterização *in situ* dos locais (p.ex. características ambientais dos lugares na paisagem). A análise dos dados coletados deverá ser realizada considerando a) a cronologia de ocupação; b) os modos de ocupação dos lugares em termos de mobilidade, sistema de assentamento e organização social; c) a dinâmica de ocupação, reocupação e abandono dos lugares; d) a importância cultural e histórica dos lugares e a importância dada pelos povos indígenas quanto a necessidade de sua preservação.

Espera-se que com o conjunto das atividades/metodologias propostas tenha-se um entendimento sistêmico e específico sobre como os grupos entendem e utilizam seu território, como se dão as relações sociais internamente e como são as relações externas, permitindo a avaliação, em conjunto com os Povos do TIX, de como o empreendimento pode afetar o seu modo de vida e seu território.

8.3 Coleta de dados secundários

Como forma de complementar as informações coletadas em campo também será realizada sistematização de dados secundários sobre o TIX e seus Povos. Essa busca documental será realizada tanto em bibliotecas, notadamente a da Funai e as diferentes coordenações, como na internet em portais de instituições governamentais, artigos científicos, dissertações e teses acadêmicas, publicações de ONGs parceiras, Sesai/Ministério da Saúde, Unifesp, publicações do TIX como seu Plano de Gestão do TIX, etc. Os temas a serem contemplados são os mesmos que serão abordados na coleta de dados primários, como a flora, fauna, ictiofauna, meio físico, contexto antropológico, histórico, saúde etc., garantindo dessa forma uma completude amostral mais eficiente, se valendo de dados de profissionais que trabalham ou trabalharam no TIX. De forma complementar serão feitos diálogos com pesquisadores que possuem trabalhos relevantes com os Povos do TIX e/ou da bacia do Xingu para maior acurácia dos dados.

Cabe salientar que o Povo Ikpeng reivindica seu território tradicional contíguo ao TIX às margens do rio Jatobá. Para o levantamento de dados deste território será feito um diálogo com o Povo Ikpeng, com a Funai e coordenador do GT de identificação e observados os documentos que podem ser utilizados para esta caracterização. Destarte, ainda que a TI reivindicada seja caracterizada por dados secundários, o povo Ikpeng também participará da coleta de dados primários e será considerado na contextualização do TIX, haja vista que é nele que hoje residem e também utilizam os serviços ecossistêmicos do território, além de serem parte do sistema sociopolítico de governança do TIX.

8.4 Metodologia para avaliação de impactos

Para a identificação dos impactos sobre os serviços ecossistêmicos é fundamental perceber que os serviços fornecidos por uma região podem ser numerosos e nem sempre todos são impactados. Sendo assim, segundo a recomendação da IFC (2012a) deve-se priorizar aqueles serviços sobre os quais a implantação e operação do futuro empreendimento exercerá impacto e que, portanto, resultam em impactos adversos para as comunidades afetadas. Para essa priorização serão utilizados dois critérios: a importância para os beneficiários (Povos indígenas do TIX) e o risco de ocorrer impacto sobre os serviços ecossistêmicos nas diversas fases do empreendimento, considerando suas alternativas locais. Para tanto, duas perguntas precisam ser respondidas junto com os povos indígenas:

1. Este serviço é importante para o modo de vida, saúde, segurança ou territorialidade dos Povos?

2. Há possibilidade de o empreendimento influenciar o fornecimento do serviço, de forma direta, indireta e/ou cumulativa?

A primeira pergunta será respondida com base no diagnóstico de campo sobre o contexto antropológico e socioambiental junto com as comunidades. A segunda será analisada também com base no diagnóstico de campo biofísico da territorialidade e seu entorno, considerando também dados secundários pertinentes. O serviço será considerado prioritário quando a resposta para as duas perguntas for “sim”. Cabe ressaltar que estes serviços considerados prioritários serão avaliados e validados com as comunidades por meio das oficinas participativas, em especial na oficina de impacto prevista.

Já para a identificação e descrição dos impactos institucionais e de gestão/governança, conforme mencionado nos preceitos teóricos da metodologia, alguns podem não estar diretamente relacionados aos impactos sobre serviços ecossistêmicos, mas sim às ações tomadas pelas instituições responsáveis pelo diálogo, mitigação, reparação, ou compensação de impactos causados até o momento, nesta fase de planejamento e ou a serem causados no caso de implantação do empreendimento. Assim, ainda que estas ações estejam ligadas ao processo de licenciamento do empreendimento, não é possível associar estes impactos a serviços ecossistêmicos, pois trata-se de impactos decorrentes de ações institucionais e de gestão do conflito socioambiental.

Dessa forma, a partir dos relatos dos indígenas, coleta de evidências e observação participante da equipe técnica estes impactos serão reunidos em uma categoria separada, que não está relacionada diretamente às alterações ambientais, mas ao processo em si.

Cabe evidenciar que os aspectos cumulativos dos impactos nos serviços ecossistêmicos prioritários serão avaliados neste ECI em relação às alterações ambientais do próprio empreendimento, como também em relação às alterações ambientais da Ferrovia de Integração Centro Oeste - FIC, de responsabilidade da INFRA S.A, que terá seu traçado paralelo à BR-242/MT no trecho em tela e outros empreendimentos presentes na territorialidade dos povos indígenas do TIX.

8.4.1 Descrição do Impacto

A identificação dos impactos será feita por meio da clássica análise da relação de causa e consequência (SÁNCHEZ, 2013). Na avaliação de impactos de empreendimentos e atividades relacionadas, as causas usualmente são associadas a etapas construtivas e/ou temporais.

No caso em tela, as causas dos impactos sobre os serviços ecossistêmicos serão as alterações ambientais que podem ser ocasionadas pelo empreendimento, seja de forma

direta ou induzida, cumulativas ou não, em atenção a suas alternativas locacionais e identificadas junto com os povos indígenas no diagnóstico socioambiental, que serão então relacionadas aos serviços ecossistêmicos prioritários identificados. O resultado será consolidado em uma matriz de impactos sobre serviços ecossistêmicos prioritários, evidenciando os serviços ecossistêmicos afetados e os impactos socioambientais (consequências das alterações ambientais) que podem afetar os povos em tela ou na relação estabelecida entre eles na região e território.

A lista de impactos será construída, avaliada e validada pelos indígenas e Governança Geral do TIX por meio de oficinas temáticas direcionadas em uma segunda etapa de campo, nas quais serão apresentadas as alterações ambientais identificadas e cada impacto socioambiental será dialogado, revisitado e validado em plenária.

A descrição dos impactos será baseada nos critérios das melhores práticas internacionais (SÁNCHEZ, 2013), considerando a natureza, temporalidade, abrangência e cumulatividade dos impactos conforme a **Tabela 2**.

Tabela 2 - Critérios para descrição dos impactos.

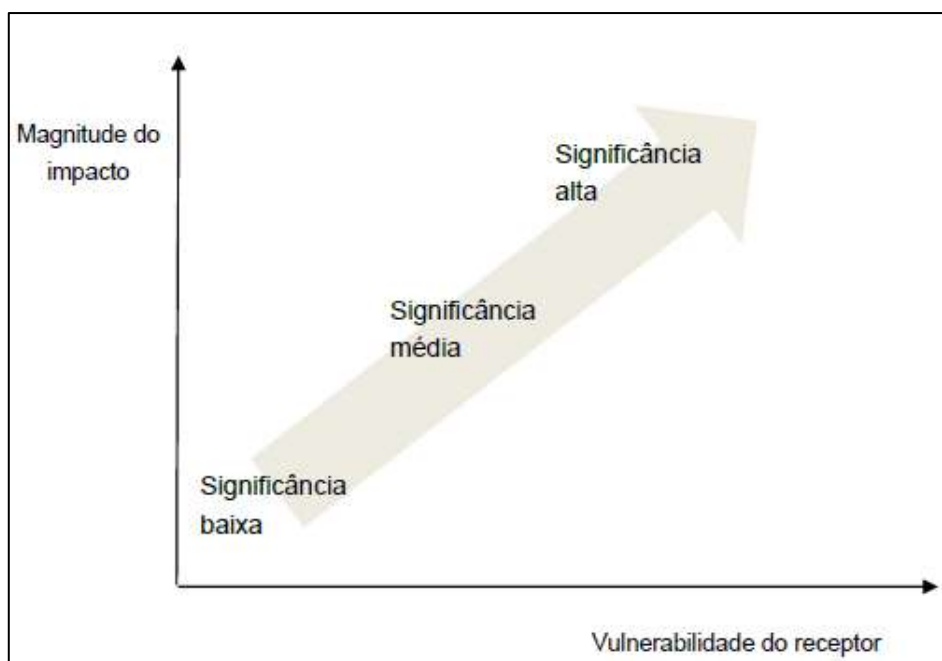
Item	Descrição do item	Categorias
Natureza	Descreve se o impacto afeta o receptor de maneira positiva o negativa	Negativo
		Positivo
Temporalidade	Caracterização cronológica da ocorrência do impacto	Prévio
		Instalação
		Operação
Abrangência	Caracterização espacial da ocorrência do impacto	Local
		Regional
Cumulatividade	Indica se o impacto é resultado de um processo aditivo ou sinérgico com impactos causados por outros empreendimentos ou atividades prévias ou futuras na territorialidade dos TIX	Presente
		Ausente
		Indefinido

8.4.2 Avaliação da significância

A avaliação da significância é uma etapa fundamental da identificação dos impactos sobre o modo de vida dos povos indígenas em tela e consiste em uma relação entre magnitude do impacto e a vulnerabilidade do receptor do impacto (SÁNCHEZ, 2013). A magnitude representa o quanto o impacto tem potencial para modificar os sistemas ecológico e social, ou seja, o tamanho do impacto e o quanto a fonte do impacto altera o meio em que ela incide.

Já a vulnerabilidade do receptor está relacionada ao quanto o receptor é sensível ou vulnerável ao impacto que o afeta, por exemplo se existem outras formas e fontes de acesso ao serviço prioritário identificado. Portanto, quanto maior a magnitude e maior a vulnerabilidade, mais alta será significância do impacto, conforme demonstra a **Figura 4**.

Figura 4 - Significância expressa em função da magnitude do impacto e a sensibilidade dos recursos ou dos receptores.



Fonte: Sánchez (2013).

Tanto a magnitude quanto a vulnerabilidade podem ser definidas a partir da combinação de outros critérios, estabelecidos caso a caso. Para este ECI pretende-se utilizar dois critérios para a definição da magnitude do impacto (cumulatividade e intensidade) e vulnerabilidade (alternativas de acesso ao serviço impactado e a importância atribuída pelas comunidades ao impacto), como mostra a **Tabela 3**. Por sua vez, a relação entre a magnitude do impacto e a vulnerabilidade do receptor pode resultar em uma significância pequena, moderada ou crítica (**Figura 5**).

Tabela 3 - Critérios utilizados para avaliar a significância do impacto.

ITEM	CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	CATEGORIAS
Magnitude	Cumulatividade aditiva	Característica de um mesmo impacto se agravar ao longo do	Presente
			Ausente

ITEM	CRITÉRIO	DESCRIÇÃO	CATEGORIAS
	Intensidade	tempo, sem influência de outros impactos.	Indefinido
		Critério avaliado pela quantidade de alterações ambientais que resultam no impacto	Alta
			Média
Vulnerabilidade	Alternativas de acesso ao serviço impactado	Possibilidade de as comunidades encontrarem alternativas para acessarem um serviço que será impactado.	Nenhuma
			Pouca
			Muita
			Não se aplica
	Importância atribuída pelas comunidades	Importância relativa atribuída pelas comunidades indígenas durante oficina de apresentação de impactos	Alta
			Média
			Baixa

Figura 5 - Resultado da significância dos impactos dada pela relação entre magnitude dos impactos e a vulnerabilidade do receptor.

Significância do impacto		Magnitude		
		Baixa	Média	Alta
Vulnerabilidade do receptor	Baixa	Pequena	Pequena	Moderada
	Média	Pequena	Moderada	Crítica
	Alta	Moderada	Crítica	Crítica

A seguir, são detalhados cada critério utilizado.

MAGNITUDE DO IMPACTO

A magnitude do impacto é estimada tendo como base as orientações do termo de referência da Funai e as boas práticas internacionais (LAWRENCE, 2007; TERRAPON-PFAFF *et al.*, 2017). A magnitude é um produto dos dois critérios, conforme mostra a **Tabela 4**.

- **Cumulatividade** aditiva ao longo do tempo: está relacionada a possibilidade dos impactos se agravarem ao longo do tempo sem a influência de outros impactos,

isto é, impactos com cumulatividade aditiva presente são aqueles que se acumulam no tempo. A cumulatividade está presente, ausente ou indefinida.

- **Intensidade:** é baseada no diagnóstico socioambiental e se relaciona, por exemplo, com a quantidade de alterações ambientais que geram o impacto. Assim, se o impacto avaliado é resultado de apenas uma alteração ambiental a intensidade é baixa; se é resultado de duas alterações ambientais a intensidade é média; e se é resultado de três ou mais alterações ambientais a intensidade é alta.

Tabela 4 - Combinações de critérios para definição da magnitude do impacto.

CUMULATIVIDADE ADITIVA	INTENSIDADE	RESULTADO DA MAGNITUDE
Presente/Indefinida	Alta	Alta
Presente/Indefinida	Média	Alta
Presente/Indefinida	Baixa	Média
Ausente	Alta	Alta
Ausente	Média	Média
Ausente	Baixa	Baixa

VULNERABILIDADE DO RECEPTOR

O receptor do impacto neste estudo são os povos do Território Indígena do Xingue, seguindo o recomendado na avaliação de impactos sobre serviços ecossistêmicos (ROSA e SÁNCHEZ, 2016; IFC, 2012b), essa será avaliada sob os seguintes critérios:

- **Alternativas espaciais de acesso** dos povos indígenas ao serviço impactado: esse critério é avaliado pela equipe técnica junto com as comunidades, considerando as alternativas locais de acesso ao serviço impactado, sendo que quanto mais alternativas há para as comunidades acessarem o serviço, menos dependente ela é do serviço impactado. Neste caso não devem ser consideradas alternativas bens ou serviços fornecidos por populações humanas. Em outras palavras, alternativas de acesso ao serviço são opções espaciais para acessarem o fornecimento do mesmo serviço ecossistêmicos em outro local que não está sendo impactado. Neste caso não é aceitável que se troque medicina tradicional, por exemplo, por remédios vendidos em farmácias.
- **Importância do impacto atribuída pelas comunidades:** essa é uma nota atribuída pelos povos indígenas e Governança Geral do TIX em uma escala de 1 a 3 (1- pouco importante; 2- importante e 3- muito importante) e a combinação entre os dois critérios é feita a partir da regra apresentada na **Tabela 5**.

Tabela 5 - Combinações de critérios para definição da vulnerabilidade do receptor.

ALTERNATIVAS DE ACESSO AO SERVIÇO IMPACTO	IMPORTÂNCIA DO IMPACTO ATRIBUÍDA PELAS COMUNIDADES	RESULTADO DA VULNERABILIDADE
Nenhuma	Alta	Alta
Nenhuma	Média	Alta
Nenhuma	Baixa	Média
Poucas	Alta	Alta
Poucas	Média	Média
Poucas	Baixa	Baixa
Muitas	Alta	Média
Muitas	Média	Baixa
Muitas	Baixa	Baixa

MEDIDAS ETNOAMBIENTAIS

A etapa seguinte à avaliação de impactos será a proposição, neste momento do ECI, de categorias gerais de medidas, cuja metodologia considera também:

- Aspectos legais pertinentes à mitigação, controle ou compensação de cada fator/componente ambiental afetado negativamente ou, se houver, à potencialização daqueles afetados positivamente;
- Planos e programas governamentais que incluem a preservação ou conservação do fator/componente ambiental afetado;
- Práticas atuais de mitigação e controle de impactos ambientais negativos;
- Práticas atuais de compensação dos impactos negativos importantes e considerados irreversíveis, porém não mitigáveis.

A classificação das medidas propostas será realizada com os critérios descritos em USAID/ENCAP (2005), apresentados no **Quadro 6**. As medidas e sua implementação serão dialogadas na etapa de detalhamento do PBA, após aprovação do ECI Final e constatada a viabilidade do projeto básico do empreendimento, quando os impactos serão avaliados pela Funai e Governança do TIX em etapa de Consulta Unificada.

Quadro 6 - Critérios de classificação de medidas ambientais.

CRITÉRIOS	CATEGORIA	DEFINIÇÃO
TIPO	Mitigadora	Quando a ação resulta na prevenção ou redução dos efeitos do impacto ambiental negativo.
	Controle	Quando a ação objetiva (i) acompanhar/monitorar as condições do fator/componente ambiental afetado de modo a validar a avaliação do impacto identificado e/ou da eficácia da medida proposta para este impacto, e (ii) servir de subsídio para proposição de medidas adicionais ou mesmo para aumento do conhecimento tecnológico e científico.
	Compensatória	Quando a ação objetiva compensar um impacto ambiental negativo irreversível e não mitigável, através de melhorias em outro local que não o afetado pelo impacto ambiental, dentro ou fora da área de estudo.
	Potencializadora	Quando a ação resulta no aumento dos efeitos do impacto ambiental positivo.
CARÁTER DA MEDIDA MITIGADORA	Preventivo	Quando a ação resulta na prevenção total ou parcial da ocorrência do impacto ambiental negativo.
	Corretivo	Quando a ação resulta na correção total ou parcial do impacto ambiental negativo.
EFICÁCIA DA MEDIDA MITIGADORA	Baixa	Quando a ação reduz de forma irrelevante a avaliação final do impacto ambiental negativo.
	Média	Quando a ação resulta em redução parcial dos efeitos do impacto ambiental negativo.
	Alta	Quando a ação resulta em uma relevante redução na avaliação final do impacto ambiental negativo.
EFICÁCIA DA MEDIDA POTENCIALIZADORA	Baixa	Quando a ação resulta em aumento irrelevante na avaliação final do impacto ambiental positivo.
	Média	Quando a ação resulta em aumento parcial dos efeitos do impacto ambiental positivo.
	Alta	Quando a ação resulta em um relevante aumento dos efeitos do impacto ambiental positivo.

Fonte: Adaptado de USAID/ENCAP (2005).

9. RELAÇÃO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS

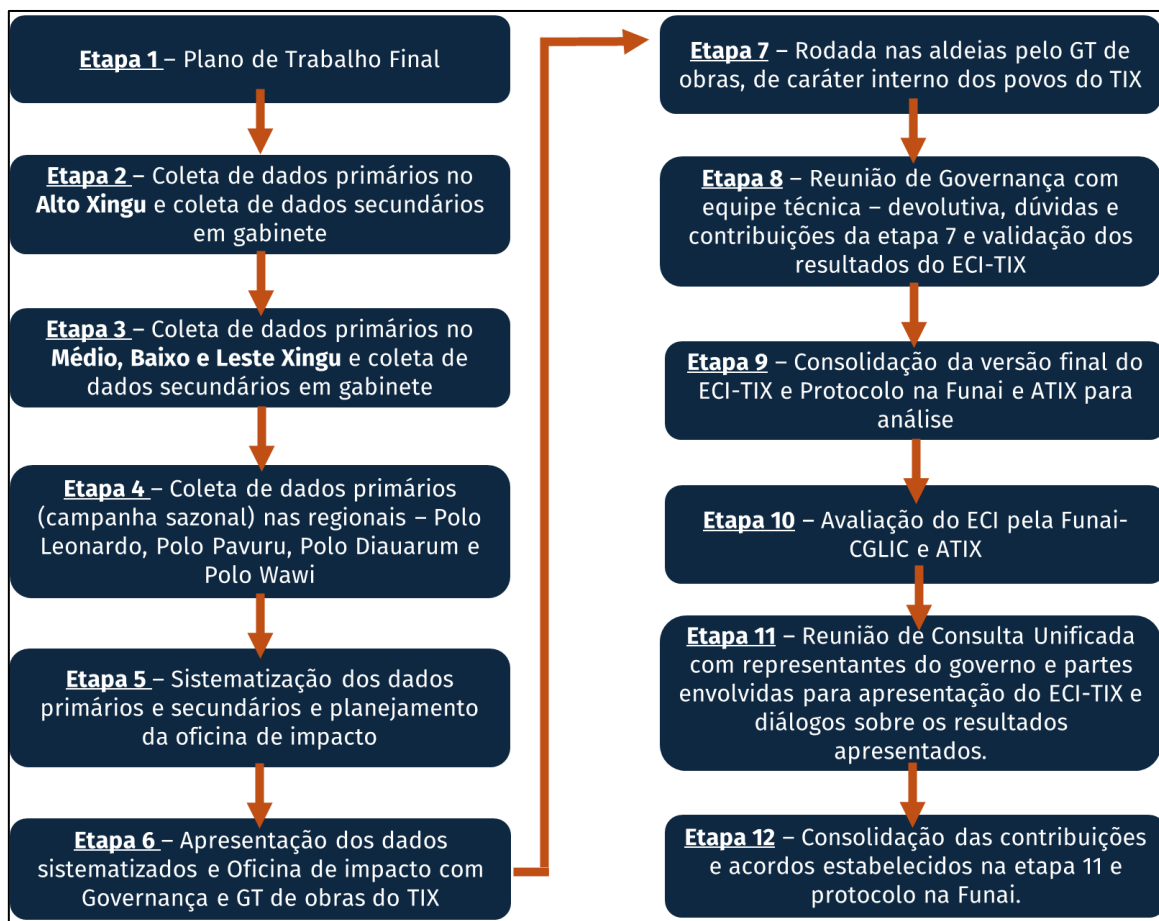
Conforme descrito nos capítulos iniciais deste documento, notadamente o capítulo de Apresentação, Contexto do processo e etapas de consulta, este Plano de Trabalho é uma versão final oriunda do cumprimento do Protocolo de Consulta do TIX.

Como as etapas de consulta do Plano de Trabalho já foram aqui extensivamente descritas e documentadas, este capítulo se refere apenas às etapas ainda previstas. Para fins de visualização do fluxograma, a etapa já contemplada de aprovação do Plano de Trabalho será considerada Etapa 1.

Visando atender os objetivos do ECI, o TR da Funai e as questões postas pelo Protocolo de Consulta do TIX para o caso em tela, abaixo se propõe um passo a passo para melhor visualizar as 11 etapas restantes, sendo algumas etapas de responsabilidade da equipe técnica na elaboração do ECI, algumas em diálogo com as instâncias de Governança do TIX e outras especificamente relacionadas ao protocolo de consulta do TIX, a serem realizadas internamente pelas comunidades, que contemplam desta forma todo o processo de elaboração do ECI até a Reunião de Consulta Unificada para diálogo e encaminhamentos finais acerca dos impactos identificados e viabilidade do empreendimento, conforme detalhado a seguir (**Figura 6**).

Cabe evidenciar que neste fluxograma abaixo **não está prevista a etapa de elaboração do PBA do ECI-TIX**, haja visto que ela só poderá ocorrer após aprovação do ECI Final pela Funai e pela Governança Geral do TIX em reunião de consulta com a presença dos órgãos de governo. Após esta etapa deve ser iniciado um novo fluxograma, com a etapa de Consulta Unificada de Aprovação do Plano de Trabalho do PBA-CI conjunto da obra BR-242/MT e FICO, conforme estabelecido pelo Protocolo de Consulta do TIX para este processo e acordado pelos órgãos de governo envolvidos.

Figura 6 - Fluxograma das etapas previstas para elaboração e protocolo do ECI-TIX



9.1 Breve descrição das etapas do fluxograma

➤ **ETAPA 1 – PLANO DE TRABALHO**

Plano de Trabalho consolidado após cumprimento das etapas de consulta previstas no Protocolo de Consulta do TIX.

➤ **ETAPA 2 – COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS NO ALTO XINGUE COLETA DE DADOS SECUNDÁRIOS EM GABINETE.**

Esta etapa terá duração de 30 dias, iniciando com uma reunião em Canarana-MT com ATIX, equipe técnica e técnicos indígenas para diálogo do planejamento. Nesta oportunidade a Funai-Coordenação Regional Xingu será convidada. A etapa tem o objetivo de dialogar e coletar dados na região do alto Xingu, onde a equipe técnica irá permanecer nas 7 aldeias indicadas coletando as informações por povo, a saber: aldeia Ipavu (povo Kamaiurá), aldeia Pyulaga (povo Wauja), polo Leonardo (povos Aweti e

Yawalapiti), aldeia Ipatse (povo Kuikuro), aldeia Matipu (povos Matipu e Nafukua), aldeia Kurisevo (povo Mehinako) e aldeia Kuluene (povos Kalapalo e Naruvôto).

Além disso, a equipe de gabinete irá concomitantemente reunir dados ambientais e socioambientais em fontes secundárias, considerando todo o acervo bibliográfico disponível sobre a região da bacia do Xingu e povos do alto Xingu.

➤ **ETAPA 3 – COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS NO MÉDIO, BAIXO E LESTE XINGUE COLETA DE DADOS SECUNDÁRIOS EM GABINETE**

Esta etapa terá duração de 30 dias, iniciando com uma reunião em Canarana-MT com ATIX, equipe técnica e técnicos indígenas para diálogo do planejamento. Nesta oportunidade a Funai-Coordenação Regional Xingu será convidada. A etapa tem o objetivo de dialogar e coletar dados na região do médio, baixo e leste Xingu, onde a equipe técnica irá permanecer nas 7 aldeias indicadas coletando as informações por povo, a saber: polo Pavuru (povos Ikpeng e Trumai), aldeia Sobradinho (povo Kawaiwete), aldeia Aiporé (povo Kawaiwete), aldeia Tuba Tuba (povo Yudja), polo Diauarum (povo Kawaiwete), aldeia Ilha Grande (povo Kawaiwete) e polo Wawi (povo Kisêdjê).

Além disso, a equipe de gabinete irá concomitantemente reunir dados ambientais e socioambientais em fontes secundárias, considerando todo o acervo bibliográfico disponível sobre a região da bacia do Xingu e povos do médio, baixo e leste Xingu.

➤ **ETAPA 4 – COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS (CAMPANHA SAZONAL) NAS REGIONAIS – POLO LEONARDO, POLO PAVURU, POLO DIAUARUM E POLO WAWI**

Esta etapa terá duração de 20 dias, iniciando com uma reunião em Canarana-MT com ATIX, equipe técnica e técnicos indígenas para diálogo do planejamento. Nesta oportunidade a Funai-Coordenação Regional Xingu será convidada. A etapa tem o objetivo de dialogar e coletar dados primários com todos os povos de cada polo regional em conjunto, qualificando os diálogos técnicos e sobrepondo informações coletadas nas etapas 2 e 3 e permitindo entender como os diferentes povos utilizam sua territorialidade de maneira compartilhada ou não.

Além disso, a equipe irá circular por locais fora do território administrativamente demarcado para reconhecimento, notadamente as áreas sagradas de *Kamukwaká* e *Sagihengu*, e/ou outros locais de interesse no entorno, se possível.

➤ **ETAPA 5 – SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS E PLANEJAMENTO DA OFICINA DE IMPACTO**

Esta etapa de gabinete deve ter duração entre 90 e 120 dias para que a equipe técnica sistematize os primeiros dados já obtidos através dos trabalhos de campo realizados no TIX e elaboração de mapas, integrados como os dados secundários coletados pela

equipe de gabinete. Além disso, será importante planejar a oficina de impacto, em diálogo com a ATIX, a ser realizada na etapa seguinte no TIX.

Nesta etapa estão previstas reuniões com organizações parceiras do TIX, Funai coordenação Regional, Coordenações da Funai na sede em Brasília, e outras necessárias a sistematização de informações relevantes para avaliação de impactos e solicitadas no TR da Funai.

➤ **ETAPA 6 – APRESENTAÇÃO DOS DADOS SISTEMATIZADOS E OFICINA DE IMPACTO COM GOVERNANÇA E GT DE OBRAS DO TIX**

Esta etapa deve ter duração de 10 a 15 dias nos quais a equipe técnica irá apresentar os dados sistematizados até o momento, discutir resultados ainda em caráter preliminar, avaliar os mapas elaborados, realizar a discussão e diálogo sobre os impactos e elaborar a matriz de impactos/diretrizes de medidas junto à Governança Geral do TIX e GT de obras. Nesta etapa o GT de obras será capacitado para dialogar internamente na rodada nas aldeias do TIX.

➤ **ETAPA 7 – RODADA NAS ALDEIAS PELO GT DE OBRAS, DE CARÁTER INTERNO**

Em cumprimento ao Protocolo de Consulta dos povos do TIX, após a oficina de impactos e elaboração de matriz, os membros do GT de Obras percorrerão as aldeias para discutir internamente as questões dialogadas na etapa 6 com o objetivo de discutir com as comunidades a pertinência e concordância com os resultados obtidos até o momento. A duração desta etapa é estimada entre 30 e 40 dias.

➤ **ETAPA 8 – REUNIÃO DE GOVERNANÇA COM EQUIPE TÉCNICA – DEVOLUTIVA E CONTRIBUIÇÕES DA ETAPA 7**

Em cumprimento ao Protocolo de Consulta do TIX, após a rodada nas aldeias e discussões e diálogos internos no TIX, a Governança Geral e GT de obras apresentará os resultados da rodada e apontará dúvidas, sugestões de alterações ou melhorias no conteúdo discutido para a equipe técnica. Esta etapa tem duração estimada de 5 dias.

➤ **ETAPA 9 – SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS, ELABORAÇÃO DO ECI E SEU PROTOCOLO NA FUNAI E ATIX PARA ANÁLISE**

Esta etapa deve ter duração de aproximadamente 20 dias para que a equipe técnica sistematize um documento final com os dados obtidos ao longo de todo o estudo, incluindo o resultado do diálogo, contribuições e validação das oficinas de impacto realizadas com a Governança Geral do TIX na Etapa 8. Após feita a sistematização final, esta equipe entregará o documento final assinado para o DNIT que fará o protocolo na Funai para avaliação. Conforme solicitado pelo TR da Funai, nesta etapa algumas versões do ECI devem ser entregues a ATIX para avaliação.

➤ **ETAPA 10 – AVALIAÇÃO DA FUNAI-CGLIC E ATIX**

Nesta etapa regulamentar, a Funai avaliará o ECI, solicitando complementações a equipe técnica caso necessário. Cabe ao órgão indigenista fazer reuniões com a ATIX caso achar pertinente para sua avaliação. Não é possível prever a duração desta etapa.

➤ **ETAPA 11 – REUNIÃO DE CONSULTA do ECI-TIX**

A data, local e duração desta etapa será de responsabilidade da Funai que em diálogo com a ATIX definirá os termos. Nesta reunião a equipe técnica apresentará o ECI protocolado, evidenciando o diagnóstico, alternativas locacionais, avaliação de impacto e a viabilidade do empreendimento. Nesta etapa de consulta devem estar presentes todos os envolvidos no processo e outros que a Governança do TIX achar pertinente. Governança do TIX, GT de obras, representantes e lideranças dos povos e aldeias do TIX, representantes do DNIT, Funai-CGLIC e regional, Ministério dos Povos Indígenas, Ibama, etc. devem estar contemplados e participarão tirando dúvidas sobre o documento, dialogando sobre os resultados encontrados, contribuindo e encaminhando questões e acordos pertinentes a emissão ou não da licença prévia. Não é possível prever a duração desta etapa. Cabe nesta etapa esclarecer que a Governança do TIX, subsidiada por seu Protocolo de Consulta, pode solicitar uma rodada interna no TIX para validação dos acordos estabelecidos antes da decisão sobre o processo. Esta etapa 11 pode gerar diversos encaminhamentos imprevisíveis no momento atual.

➤ **ETAPA 12 – CONSOLIDAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES E ALTERAÇÕES DIALOGADAS NA ETAPA 11 E PROTOCOLO DO ECI**

Esta etapa técnica deve ter duração aproximada de 10 dias para que a equipe técnica faça a revisão e os ajustes necessários encaminhados na Reunião de Consulta (Etapa 11). Neste documento final deve ser incorporada a ata da reunião de consulta, com os diálogos realizados na etapa de consulta e encaminhamentos acordados entre as partes. Desta forma o documento será entregue ao DNIT, que deverá protocolar na Funai e conforme o Termo de Referência devem ser entregues versões para a ATIX. A quantidade de versões deve ser dialogada na reunião de consulta. Esta etapa ocorrerá após a Reunião de Consulta e não é possível prever o mês de sua execução, a depender das etapas 10 e 11.

10. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES TÉCNICAS

A **Tabela 6** apresenta o cronograma geral da duração das atividades/etapas dialogadas e validadas pela ATIX e povos do TIX na 10ª Reunião de Governança Geral.

As datas exatas dos campos foram ajustadas recentemente em reunião virtual realizada em 4 de abril de 2024 entre ATIX e equipe técnica e validadas em reunião dia 8 de abril de 2024, com a presença de representantes da ATIX, equipe técnica, representante da Prosul, representantes do DNIT e o técnico responsável pelo processo da Funai-CGLIC, sendo:

CAMPO ALTO XINGU

- Reunião com ATIX, equipe técnica e CR Xingu – dia 03/05/2024
- Entrada no TIX – dia 04/05/2024
- Saída do TIX – dia 04/06/2024

CAMPO BAIXO, MÉDIO E LESTE XINGU

- Reunião com ATIX, equipe técnica e CR Xingu – dia 12/07/2024
- Entrada no TIX – dia 13/07/2024
- Saída do TIX - dia 13/08/2024

CAMPO SAZONAL –POLOS REGIONAIS. VISITA A *KAMUKUAKA* E ESTRADAS

- Reunião com ATIX, equipe técnica e CR Xingu – dia 20/09/2024
- Entrada no TIX – 21/09/2024
- Saída do TIX – 13/10/2024

OFICINA DE IMPACTO E VALIDAÇÃO DE DADOS

- Oficina com ATIX, equipe técnica, GT de obras e CR Xingu
- Período de 14/03/2025 a 23/03/2024
- Local a ser definido em diálogo com ATIX

No cronograma abaixo, seguem previstas a duração das etapas iniciais de elaboração do ECI, haja visto já estarem validadas pela ATIX em diálogo com equipe técnica e Funai-CGLIC. A partir da Etapa 7 (Rodada nas aldeias pelo GT de obras, de caráter interno dos povos do TIX) mas em especial as etapas 10, 11 e 12 do ECI expostas na tabela 6, não são possíveis de prever prazos e datas que ocorrerão, ficando a critério e prerrogativa dos responsáveis envolvidos na sua execução. Caberá a coordenação do ECI oficializar por e-mail a Funai quando for decidido pela ATIX

Tabela 6 - Cronograma de duração das atividades da equipe técnica do ECI do Território Indígena do Xingu.

Etapa	Atividade/Produto	2024										2025							
		abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	
1	Protocolo do Plano de Trabalho Final do ECI	x																	
2	Coleta de dados primários em campo junto aos povos do Alto Xingu - cada povo em separado/ Coleta de dados secundários do TIX e da TI Ikpeng em estudo (Gabinete) (3/5/24 a 4/6/24)		30	5															
3	Coleta de dados primários em campo junto aos povos do Médio, Baixo e Leste Xingu - cada povo em separado/ Coleta de dados secundários do TIX e da TI Ikpeng em estudo (Gabinete) (12/7/24 a 13/8/24)				30	5													
4	Coleta de dados primários em campo, contemplando a sazonalidade e todos os povos de cada regional (Alto Xingu- Polo Leonardo; Médio Xingu- Polo Pavuru; Baixo Xingu- Polo Diauarum; e Leste Xingu- Polo Wawi) (20/9/24 a 13/10/24)							10	10										
5	Sistematização dos dados primários e secundários e planejamento da oficina de impacto									30	30	30	20						
6	Apresentação dos dados sistematizados e Oficina de impactos com Governança Geral e GT de Obras do TIX (14/03/25 a 23/03/25)													15					
7*	Rodada nas aldeias pelo GT de obras, de caráter interno dos povos do TIX (a definir a data)													15	25				

Etapa	Atividade/Produto	2024										2025								
		abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago		
8	Reunião da Governança com equipe técnica no TIX para apresentação do ECI em caráter preliminar e devolutiva do GT de obras com contribuições para a equipe (a definir a data)																	5		
9	Sistematização dos dados e protocolo do ECI-TIX na Funai e ATIX																	20		
10*	Avaliação do ECI pela Funai-CGLIC e ATIX																			
11*	Reunião de Consulta - Apresentação do ECI final à Governança Geral, GT de Obras do TIX e órgãos do governo																			
12*	Consolidação, com contribuições, alterações, acordos e ata da etapa de consulta e Protocolo do ECI-TIX consolidado na Funai																			

* os prazos e datas dessas etapas dependem exclusivamente da ATIX e ou Funai, responsáveis pela execução e articulação.

11. RESULTADOS ESPERADOS

O Estudo do Componente Indígena em tela deve apresentar como resultado a identificação e caracterização dos impactos socioambientais que podem ser causados à territorialidade e ao modo de vida dos Povos Indígenas do Xingu envolvidos neste processo devido à possível instalação da BR-242/MT, em diálogo com alternativas locais do empreendimento e a possível cumulatividade com outros empreendimentos existentes e/ou futuros previstos para região, em especial a Ferrovia de Integração Centro-Oeste /FICO.

Neste contexto, os conhecimentos indígenas acerca de sua territorialidade e suas instâncias de governança, local e geral, devem ser ampla e criteriosamente contempladas ao longo de todo o processo de identificação e avaliação de impactos, em atendimento ao Protocolo de Consulta do TIX.

Para tanto, cabe reiterar que a metodologia sugerida por esta equipe técnica, a abordagem de serviços ecossistêmicos para avaliação de impactos, se vale da premissa que os povos indígenas reconhecem os serviços ambientais fornecidos pelos ecossistemas de sua territorialidade e, portanto, são aptos a dialogar com a ciência e instituições quando se trata de apontar alterações ambientais e/ou soluções mais adequadas aos problemas que afetam seu território e, conseqüentemente, seu modo de vida e subsistência. É preciso lembrar que a pouca participação social efetiva, bem como a não utilização dos conhecimentos tradicionais das populações atingidas, em especial nos estudos inseridos em processos de licenciamento ambiental, faz com que esses estudos falhem em alcançar seus principais objetivos, quais sejam a mitigação efetiva e reparação justa dos impactos ocasionados (YOSHINO, 2017).

Como se percebe em diversos processos de licenciamento no Brasil, em especial os que tem alto potencial de impactar comunidades que dependem dos territórios e recursos naturais para sua sobrevivência física e cultural, esta falta de participação e envolvimento do conhecimento tradicional se apresenta a médio e longo prazo como causadora de conflitos e contribui de forma sistêmica para a piora da qualidade e modo de vida destas comunidades. Uma inovadora iniciativa científica internacional que vem dando suporte para legitimar a contribuição das comunidades locais no conhecimento acerca dos ecossistemas é a Plataforma Intergovernamental da Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES²⁰), um órgão independente criado em 2012 em atendimento às demandas de Estado dos 127 países membros, formado por cerca de 1000 pesquisadores de diferentes áreas e locais, que trabalham voluntariamente e tem

²⁰ Disponível em <https://www.ipbes.net.br/conheca-a-ipbes/>

como coordenadores da Plataforma quatro agências das Nações Unidas: Unep, FAO, UNPD e Unesco²¹. O IPBES é análogo ao Painel do Clima (IPCC), mas sua grande inovação é que, desde sua origem, incorpora os conhecimentos de povos indígenas e comunidades tradicionais sobre a biodiversidade, seu valor, seu uso e as pressões que os afetam. O objetivo desta abordagem é se valer do diálogo entre a ciência e os conhecimentos tradicionais para o avanço da agenda de conservação, tendo em vista que o conhecimento destas populações sobre seus territórios é abrangente, validado por observação e experimentação minuciosa que produzem saberes pedológicos, biológicos, etológicos, ecológicos e climáticos detalhados. As premissas sobre a relevância desta abordagem se fundamentam na relevância dos conhecimentos destas comunidades, que por dependerem dos ecossistemas para sua sobrevivência física e cultural, portanto, são mais vulneráveis a perdas da biodiversidade, mais sensíveis às mudanças dos ecossistemas e apontam com maior facilidade e assertividade suas transformações.

Para fins de atendimento ao TR da Funai em relação à apresentação dos resultados e indicadores esperados, segue **Quadro 7** abaixo, que de forma itemizada apresenta, por etapas, o que se espera em cada atividade/documento e as evidências que devem ser cumpridas para confiabilidade da coleta de dados, em especial no trabalho de campo. Cabe neste contexto receber outros procedimentos ou medidas de controle que podem ser requeridos pela Governança Geral do TIX, os quais serão cumpridos por esta equipe técnica.

²¹ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Quadro 7 - Resultados esperados e indicadores.

ETAPA	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES
<p>Etapa 1 Elaboração do Plano de Trabalho</p>	<p>Elaboração de documento contendo contextualização e histórico do processo, metodologia de trabalho, equipe técnica e acordos alinhados na 10ª Reunião de Governança Geral realizada em novembro de 2023 no polo Wawi.</p>	<p>Protocolo do Plano de Trabalho na Funai.</p>
<p>Etapa 2 Coleta de dados primários no Alto Xingue coleta de dados secundários em gabinete</p>	<p>Realizar etapa de campo em acordo com calendário indicado pela Governança do TIX; Cumprir a logística e dinâmica de campo sugerida pela ATIX; Cumprir a metodologia de campo conforme PT; Levantar dados sobre a organização social, política e econômica dos povos do TIX; Levantar dados do contexto socioambiental - ecossistemas e serviços ecossistêmicos dos povos indígenas do Xingu.</p>	<p>Calendário de campo cumprido; Atas, listas de presença ou fotos da aplicação das metodologias em campo; Relação de fontes secundárias consultadas ou entrevistas com órgãos públicos e parceiros.</p>

ETAPA	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES
<p>Etapa 3</p> <p>Coleta de dados primários no Médio, Baixo e Leste Xingue coleta de dados secundários em gabinete</p>	<p>Realizar etapa de campo em acordo com calendário indicado pela Governança do TIX;</p> <p>Cumprir a logística e dinâmica de campo sugerida pela ATIX;</p> <p>Cumprir a metodologia de campo conforme PT;</p> <p>Levantar dados sobre a organização social, política e econômica dos povos do TIX;</p> <p>Levantar dados do contexto socioambiental - ecossistemas e serviços ecossistêmicos dos povos indígenas do Xingu.</p>	<p>Calendário de campo cumprido;</p> <p>Atas, listas de presença ou fotos da aplicação das metodologias em campo;</p> <p>Relação de fontes secundárias consultadas ou entrevistas com órgãos públicos e parceiros.</p>
<p>Etapa 4</p> <p>Coleta de dados primários (campanha sazonal) nas regionais – Polo Leonardo, Polo Pavuru, Polo Diauarum e Polo Wawi</p>	<p>Realizar etapa de campo em acordo com calendário indicado pela Governança do TIX;</p> <p>Cumprir a logística e dinâmica de campo sugerida pela ATIX;</p> <p>Cumprir a metodologia de campo conforme PT;</p> <p>Levantar dados sobre a organização social, política e econômica dos povos do TIX.</p>	<p>Calendário de campo cumprido;</p> <p>Atas, listas de presença ou fotos da aplicação das metodologias em campo.</p>

ETAPA	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES
<p>Etapa 5</p> <p>Sistematização dos dados primários e secundários e planejamento da oficina de impacto</p>	<p>Sistematizar em gabinete todos os dados coletados de campo e dados secundários de forma integrada;</p> <p>Planejar o conteúdo e forma de realização da oficina de identificação e discussão dos impactos e construção da respectiva matriz em diálogo com a ATIX, bem como local de realização.</p>	<p>Material de apresentação dos dados e mapas elaborados;</p> <p>E-mail ou ofício da ATIX com definição de data e local para realização da oficina de impactos.</p>
<p>Etapa 6</p> <p>Apresentação dos dados sistematizados e oficina de impacto com Governança e GT de obras do TIX</p>	<p>Apresentação e diálogo entre equipe técnica, Governança do TIX e GT de obras sobre os dados coletados;</p> <p>Realização de oficina para identificação, discussão e elaboração de matriz de impactos;</p> <p>Diálogo sobre alternativas locacionais;</p> <p>Capacitação do GT de obras do TIX para rodadas internas.</p>	<p>Ata com contribuição da Governança e GT de obras sobre os dados;</p> <p>Ata, lista de presença ou fotos da oficina de impacto.</p>
<p>Etapa 7</p> <p>Rodada nas aldeias pelo GT de obras, de caráter interno</p>	<p>RODADA INTERNA DO PROTOCOLO DE CONSULTA DO TIX</p>	

ETAPA	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES
<p>Etapa 8</p> <p>Reunião de Governança com equipe técnica – devolutiva e contribuições da etapa 7</p>	<p>Contribuições da Governança do TIX e GT de obras a serem incorporadas na sistematização de dados;</p> <p>Sugestões, contribuições e avaliação do GT e Governança do TIX sobre matriz de impactos e outros dados.</p>	<p>Ata com contribuição da Governança Geral sobre rodada interna;</p> <p>Ata da reunião com lista de presença e fotos.</p>
<p>Etapa 9</p> <p>Consolidação da versão final do ECI-TIX e Protocolo na Funai e ATIX para análise</p>	<p>Sistematização em gabinete de todos os dados coletados em campo e dados secundários em gabinete de forma integrada;</p> <p>Inclusão das contribuições das reuniões com Governança Geral do TIX;</p> <p>Sistematização do ECI-TIX em conformidade com o TR da Funai.</p> <p>Protocolo da versão na FUNAI e ATIX</p>	<p>Protocolo do ECI Final com Check List do TR da Funai e do documento entregue pela ATIX: "perguntas que não podem faltar" com indicação de item no início do ECI a ser avaliado pela Funai e Governança do TIX;</p> <p>Atas, listas de presença e/ou fotos das reuniões e metodologias executadas em campo.</p>
<p>Etapa 10</p> <p>Avaliação do ECI pela Funai-CGLIC e ATIX</p>	<p>Avaliação do ECI conforme prerrogativa e prazos legais da Funai.</p> <p>Possíveis complementações solicitadas pela Funai</p>	<p>Complementações solicitadas enviadas de forma mais célere possível.</p> <p>Ofício de encaminhamento.</p>

ETAPA	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES
<p>Etapa 11</p> <p>Reunião de Consulta com representantes do governo e partes envolvidas para apresentação do ECI-TIX e diálogos sobre os resultados apresentados.</p>	<p>Contribuições da Governança do TIX para incorporação ao ECI Final a ser consolidado;</p> <p>Acordos e encaminhamentos entre Governança Geral do TIX e órgãos do governo sobre o processo;</p> <p>Avaliação final da Governança Geral do TIX sobre o ECI.</p>	<p>Atas e acordos da Reunião final de Consulta unificada do processo com lista de presença e fotos.</p>
<p>Etapa 12</p> <p>Consolidação das contribuições e acordos estabelecidos na etapa 11 e protocolo na Funai.</p>	<p>ECI Final com revisões e ou contribuições elencadas na reunião de consulta;</p> <p>-Item específico sobre etapa de consulta final sobre ECI.</p>	<p>Protocolo do ECI Final com Check List complementar caso necessário;</p> <p>Atas e acordos da Reunião final de Consulta do processo, com lista de presença e fotos;</p> <p>Impressão, pelo DNIT de versões a serem entregues para Governança Geral do TIX (quantidade a ser dialogada na reunião de Consulta - Etapa 11).</p>

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACT Brasil: Proteção Biocultural no Xingu– Relato de uma experiência, 2008.
- AEM – Avaliação Ecológica do Milênio. Ecosystems and Human Well-Being: current state and trends. Washington: Island Press. 2005.
- AGOSTINHO DA SILVA, P. Mito e outras narrativas Kamayura. Salvador: Editora da UFBA, 1974.
- BASSO, E. Os índios Kalapalo do Brasil Central. Nova Iorque: Holt, Rinehart e Winston, 1973.
- BASTOS, R. J. M. Sistemas políticos, de comunicação e articulação social no Alto-Xingu. Anuário Antropológico/81: 43-58, 1983.
- CAMPINAS, A. S. Relatório da Operação Tapaiuna ou Beijo de Pau, 1971.
- CERQUEIRA, T. Levantamento do uso de agrotóxicos nas cabeceiras do rio Xingu monitoramento das águas do Parque Indígena do Xingu. Dissertação de Mestrado, USP, 2018.
- COSTA, M. H. F. O mundo dos Mehináku e suas representações visuais. Brasília: UnB, 1988.
- DOLE, G. E. Homogeneidade e diversidade no Alto Xingu: vistas a partir dos Cuicuros. In: COELHO, Vera Penteadó (Org.). Karl von den Steinen: um século de antropologia no Xingu. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1993.
- ESTEVES, A. M.; FRANKS, D. & VANCLAY, F. Social impact assessment: the state of the art. Impact Assessment Project Appraisal. 30 (1): 34-42, 2012.
- FISH, R; SARATSI, E; REED, M; KEUNE, H. Stakeholder participation in ecosystem services decision-making. In: Potschin M, Haines-Young R, Fish R, Turner K. editors. Routledge. Handbook of Ecosystem Services. London and New York: Routledge. p. 256– 270, 2016.
- FRANCHETTO, B. Línguas e Histórias do Alto Xingu. In Os Povos do Alto Xingu. História e Cultura. Franchetto, Bruna e Heckenberger, Michael. Editora UFRJ: Rio de Janeiro. 2001.
- GALVÃO, E. Diários do Xingu(1947-1967). In: GONÇALVES, Marco Antônio Teixeira (Org.). Diários de campo de Eduardo Galvão: Tenetehara, Kaioa e índios do Xingu. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- GENELETTI D. Strengthening biodiversity and ecosystem services in impact assessment for better decisions. In: Geneletti D. editor. Handbook on Biodiversity

-
- and ecosystem services in impact assessment. Cheltenham, UK. Northampton, MA, USA: Edward Elgar Publishing. p.477-486, 2016.
- HECKENBERGER, M. Epidemias, índios bravos e brancos: contato cultural e etnogênese do Alto Xingu & Estrutura, história e transformação: a cultura xinguna no longue durée, 1000-2000 d.C. In: Os Povos do Alto Xingu: História e Cultura. Franchetto, B. & Heckenberger, M. (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.
- IFC, International Finance Corporation. International Finance Corporation's Guidance Notes: Performance Standards on Environmental and Social Sustainability. Washington, DC. 2012b.
- IFC, International Finance Corporation. Performance Standards on Environmental and Social Sustainability. Washington, DC. 2012a.
- ISA – Instituto Socioambiental. Almanaque Socioambiental Parque Indígena do Xingu: 50 anos. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.
- ISA – Instituto Socioambiental. Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira. Organização: Arnaldo Carneiro Filho, Oswaldo Braga de Souza. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2009.
- ISA – Instituto Socioambiental. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/>, Acessado em junho de 2023.
- ISA – Instituto Socioambiental. Fique por Dentro: a Bacia do Rio Xinguem Mato Grosso. Organização: Cristina Velasquez, Heber Queiroz e Paula Bernasconi. Série Cartô Brasil Socioambiental. São Paulo: Instituto Socioambiental; Instituto Centro de Vida, 2010.
- LANDSBERG, F.; TREWEEK, J.; MERCEDES, S. M.; HENNINGER, N. & VENN, O. Weaving ecosystem services into impact assessment: A step-by-step method. Abbreviated version 1.0. Washington, DC: World Resources Institute. 2013.
- LANNA, A. D. Aspectos econômicos da organização social dos Kĩsêdjê. Dissertação de mestrado, USP, 1966.
- LAWRENCE, D. P. Impact significance determination e designing an approach. Environmental Impact Assessment Review. 27: 730-754, 2007.
- LIMA, P. Distribuição dos grupos indígenas no Alto Xingu. Congresso Internacional dos Americanistas. São Paulo, In: Anais, pp. 159-170, 1955.
- MELATTI, J. C. Brasil Central -Capítulo C2: Alto Xinguin J. Cesar Melatti. Áreas etnográficas da América Indígena. 2022. Disponível em: <http://www.juliomelatti.pro.br/areas/c2Xingu.pdf>, Acessado em julho de 2023.

-
- NETO, T. O. As rodovias na Amazônia: uma discussão geopolítica, *Confins* [En ligne], 501 | mis en ligne le 09 septembre 2019.
- PINHEIRO, M. A. e CAIXETA FILHO; J. V. O escoamento da soja em grão do Mato Grosso para exportação para os portos de Santos, Paranaguá e Itaqui: uma aplicação de programação linear. In: 48 Congresso Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural (SABOER). Anais, Campo Grande – MS, 2010.
- ROSA, J. C. D. & SÁNCHEZ, L. E. Is ecosystem services concept improving impact assessment? Evidence from recent international practice. *Environmental Impact Assessment Review*, 50: 134-142, 2015.
- ROSA, J. C. S. & SÁNCHEZ, L. E. Advances and challenges of incorporating ecosystem services into impact assessment. *Journal of Environmental Management* 180: 485-492, 2016.
- SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. 2ª ed. São Paulo: Oficina de textos. 2013.
- SCHULTZ, H. Lendas Waurá. *Rev. do Museu Paulista*, São Paulo: Museu Paulista, v.4, p.21-149, 1965.
- SEKI, L. Alto Xingu uma área linguística? *In.*: FRANCHETTO, B. (Org.). Alto Xingu: uma sociedade multilíngue. Rio de Janeiro: Museu do Índio - FUNAI, 2011.
- SILVA, G. M. Agricultura Kaiabi e Yudjá na paisagem norte do Parque Indígena do Xingu. São Paulo: ISA, 1999.
- SLOOTWEG, R.; RAJVANSHI, A.; MATHUR, V. B. & KOLHOFF, A. (Eds.). *Biodiversity in Environmental Assessment: Enhancing Ecosystem Services for Human Wellbeing*. Cambridge University Press. 2010.
- TERRAPON-PFAFF, J., FINK, T., VIEBAHN, P., JAMEA, El M. Determining significance in social impact assessments (SIA) by applying both technical and participatory approaches: Methodology development and application in a case study of the concentrated solar power plant NOOR01 in Morocco. *Environmental Impact Assessment Review*. 66: 138-150, 2017.
- TRONCARELLI, M. C. (Org.). *Trumai*. São Paulo: ISA, 2002.
- USAID's Environmental Procedures. ENCAP FACTSHEET: Environmental Mitigation and Monitoring Plans (EMMPs). 2005.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Alguns aspectos do pensamento Yawalapití (Alto Xingu): classificações e transformações. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero; UFRJ, 1987.

WÜRKER, E. (Org.). A saúde da nossa comunidade: povos Matipu, Kalapalo e Nahukua
- Livro de Ciências-Saúde. São Paulo: ISA, 1999.

YOSHINO, G. H. Estudo da vulnerabilidade hídrica das populações que moram na
região do lago da usina hidrelétrica de Tucuruí no Estado do Pará, 2017.

ANEXO 1

Ata da 9ª reunião de governança geral do TIX



Encaminhamentos da 9ª GGTIX

Reunião de Consulta Unificada BR-242 e FICO aos povos do Território Indígena do Xingu, realizada nos dias 11, 12 e 13, no Polo Leonardo, na região do Alto Xingu, Território Indígena do Xingu - TIX

1. Os povos do Xingu irão colaborar com o Estudo de Componente Indígena da BR-242 seguindo seguinte cronograma:
 - Setembro/2023: Apresentação do Plano de Trabalho do ECI da BR-242 ao GT de Obras do TIX e Rodadas dos membros do GT de Obras nas aldeias;
 - Outubro/2023: Governança Geral para eventual aprovação do Plano de Trabalho do ECI da BR-242.
2. IPHAN se compromete somente se manifestar no processo de licenciamento ambiental da BR-242 após aprovação da alternativa locacional pelos povos indígenas, que depende de pesquisa arqueológica colaborativa com os xinguanos;
3. IPHAN se compromete a elaborar junto com os povos xinguanos diretrizes para proteção dos lugares sagrados e tombados (Kamukuwaká e Sagihengu);
4. IBAMA mantém o compromisso de se manifestar definitivamente sobre as licenças de Instalação da FICO 2 e a Licença Prévia da BR-242 somente após posicionamento da FUNAI e aprovação dos povos xinguanos sobre o ECI e a alternativa locacional, conforme acordo original de 2019 com os povos do TIX;
5. INFRA S.A deve cumprir a condicionante da LP da FICO que determinou a atualização da matriz de impacto do ECI da FICO que será realizada de forma colaborativa com os povos xinguanos.

Ficaram reivindicados também pelas lideranças e caciques dos povos xinguanos que:

6. DNIT, INFRA S.A e Ministério dos Transportes devem financiar Estudos e Pesquisas necessárias para a instrução dos processos de ampliação do tombamento dos lugares sagrados (Kamukuwaká e Sagihengu), a partir de termo de referência a ser construído em comum acordo entre o Iphan e os povos xinguanos (ATIX);
7. DNIT deve solicitar à empresa responsável pelo EIA-RIMA da BR-242 que seja analisada a alternativa locacional dos xinguanos: que utiliza estrada já existente para desviar do Kamukuwaká e estrada já existente entre Gaúcha do Norte e Canarana;
8. FUNAI, MPI e DNIT devem incluir também a TI Wawi no Estudo do Componente Indígena – ECI, conforme o nosso Plano Gestão e Protocolo de Consulta;

9. A empresa PROSUL deve contratar pelo menos 7 técnicos indígenas para elaboração do ECI;
10. Todos os empreendedores, órgão licenciador e intervenientes deverão se empenhar para promover junto ao governo federal uma política pública de combate e prevenção do desmatamento na região das cabeceiras do Xingu, conforme os objetivos do PPCDAM 5ª fase:
 - a. Seguimento ao processo de identificação e delimitação da Terra Indígena Jatobá (Roro-Walu) do povo Ikpeng;
 - b. Revisão dos limites da Terra Indígena Batovi;
 - c. Definição de uma política de restauração das cabeceiras do Xingu, APPs e matas ciliares.
11. IBAMA deve solicitar estudos aprofundados sobre contaminação pelo agrotóxico do meio físico e biótico nas áreas impactadas pelas construções da BR242 e FICO;
12. IPHAN, FUNAI, IBAMA, DNIT, MPI, INFRA S.A. e organizações indígenas ATIX, Instituto Aritana e IPEAX devem realizar Cooperação técnica para proteção dos sítios sagrados tombados (Kamukuaká e Sagihengu), incluindo sua eventual rerratificação;
13. IPHAN deve analisar solicitação dos povos do TIX para que a INFRA S. A. revise os estudos arqueológicos de forma colaborativa ao longo do traçado da FICO para proporcionar a identificação de lugares de importância cultural dos povos do TIX.

Assinam este documento as lideranças e caciques abaixo presentes na 9ª Reunião de Governança Geral do Território Indígena do Xingu:

<i>Mauema Kukura</i>	<i>Napiku Talugu Txião</i>
<i>Camila Kukura</i>	<i>Xolan Wauré</i>
<i>Kulike MATIP</i>	<i>Isaki Mekuana</i>
<i>Dubate Tumuá Suya</i>	<i>Iquyemolpe</i>
<i>Managei - Txião</i>	<i>KARLA KUMAYURÁ</i>
<i>Vijekalopala</i>	<i>Thaichi</i>
<i>Amfai</i>	<i>Sama Ap</i>
<i>Luiza Cipite Txião</i>	<i>Ayua Umbuete</i>
<i>[assinatura]</i>	<i>João KAIHAI</i>
<i>YAPASTAMA WAURA</i>	<i>Omely Jambaiti</i>
<i>Auapitu Awete</i>	<i>Paikayari</i>
<i>Komo Kumaí</i>	<i>Ayua matipa</i>
	<i>tereri yawalarati</i>

B. E. de F. de R. de R.

~~Tupac Katari~~
Wajaykunanu Koyu

Tamali meynaku
Atap unku Waura
APAKUPI WAURA

EWELUPI WAURA

Jumuro B. Waura
mekup Kaus
Roran / Koyu
Koyu Koyu
Sawate Kaiabi
Sawate Temu

Z. M. de R. de R.
Woyu

Ira Zuchini

Jamali Ralote

MAPULU
maita
Sanin
katak kamayora

Culupe Waura
Amite Waura

On Spun
Guillermo Borker

Oakmen Komains
Musikali S
Watali Tuma
Kamalu Tuma
tuat Kaiabi
Wabtu Koyu
Tapiu Waura
Ama tona Yalalapiti

Koyu Suga
ALBERTO Y. M. de R.
CARMEN G. de R.
MARCOS S. de R.
CARMEN de R.

Reina Day da Silva
Camila Kaudes da Silva
Yakunipe Waura

Conceição Ramalho
Leonardo Garcia
Shi Kaydi

Arbon Feyu de Ocul
R. M. de R.

Janato S. manguera
Fernando Medeiros

Francisco de R.
Paulo F. de R.
Adriano V. Garcia

ANEXO 2

Ata da reunião de apresentação do Plano de Trabalho



GRUPO DE TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS DO TERRITÓRIO INDÍGENA DO XINGU

SEDE DA ATIX, CANARANA-MT, 16 A 18 DE SETEMBRO DE 2023

INSTITUIÇÕES PRESENTES: ATIX, TULUKAI, JATYKAP, AIMCI, YARIKAYU, AIK, AIU, SAPUKUYAWA-ARAKUNI, AIMA, AIAHU, DNIT, PROSUL, CR XINGU/FUNAI, ISA E OS MEMBROS DO GT DE OBRAS

ENCAMINHAMENTOS

Após a apresentação do Plano de Trabalho do Estudo do Componente Indígena (ECI) da BR 242 pela equipe contratada pela Prosul, sob coordenação de Mirella Poccia, os membros do GT de Obras fizeram suas contribuições e os seguintes encaminhamentos foram aprovados por todos os presentes.

1. A Prosul informou que está em vias de inclusão da TI Wawi no ECI. A ATIX e o GT de Obras aguardam a formalização dessa decisão por ofício.
2. O DNIT informou que já demandou à Zago que analise no EIA da BR 242 a alternativa locacional defendida pelos xinguanos.
3. Os membros do GT reivindicaram à Prosul e ao DNIT a contratação de mais um antropólogo e de um arqueólogo para compor a equipe do ECI. A ATIX irá organizar uma lista o mais breve possível com indicação de nomes de antropólogos e arqueólogos conhecidos dos povos xinguanos.
4. A equipe da Prosul irá dialogar com antropólogos, arqueólogos e outros pesquisadores e parceiros dos xinguanos com o objetivo de colaborar e aprimorar o trabalho de pesquisa.
5. Os membros do GT, juntamente com a ATIX, irão organizar reuniões de Governança Regional nas quatro regiões do TIX (Alto, Médio, Baixo e Leste) durante o mês de outubro de 2023 para apresentar o Plano de Trabalho do ECI para as lideranças do TIX. Nessas reuniões, cada região irá debater sobre:
 - a. Os nomes dos indígenas que irão ser contratados pela Prosul para compor a equipe do ECI.
 - b. As regiões que deverão ser visitadas pela equipe do ECI durante a pesquisa, ajustando o Mapa de Subdivisões Étnicas e Logísticas do TIX (p. 22 do Plano de Trabalho).
 - c. A melhor época para início das pesquisas considerando o período das chuvas que inviabiliza o trabalho de campo. Fica indicado pelo GT como provável data os meses de março e abril.
 - d. Refletir sobre o Plano de Trabalho como um todo com o objetivo de propor melhorias e decidir, ao final, sobre a realização – ou não – dos estudos pela equipe do ECI.
 - e. Todos os pontos acima serão levados por cada região para debate e decisão final em Reunião de Governança Geral.



6. A ATIX irá organizar uma Reunião de Governança Geral em novembro (dias 12 e 13/11/2023) para avaliação final do Plano de Trabalho do ECI pelos povos xinguanos. O dia 11/11 fica reservado no caso de necessidade de realizar uma conversa preparatória entre a Prosul, os representantes do governo, a ATIX e os membros do GT.
7. Todos os demais acordos do processo de consulta unificada da BR 242 e FICO realizados até a presente data, bem como as regras do Protocolo de Consulta dos Povos do TIX, permanecem válidos.

Sem mais, assinam abaixo os presentes.

~~Handwritten signature~~
 Handwritten signature
 Bukailo
 Oatimon Komaiuro
 Rubens Tumaia Siqueira
 Oatimon Tumaia Siqueira
 Kaurer
 Amutu Wauerai
 Nurokytagab
 Genema Kuikuro
 Faratu Matipira
 Lido Kuikuro
 Gualter Yehina O
 Cuytu
 Amesuya
 Edson S. Kanama
 Napiku Taluqa Tricão
 RAFAEL P. NUNES

Nairina Pereira Nov
 Indira M. Gomes
 Cabo Roca Dão
 Yefus Kaydo
 Tamara Yandopiti
 Raul Pora Costa
 Yamato Juwera
 Mullahe
 Ira Bouhimi
 Jupiiti

ANEXO 3

Ata da 10ª reunião de governança geral do TIX



10ª GGTIX

10ª GGTIX-REUNIÃO DE GOVERNANÇA
GERAL DO TIX - REGIÃO LESTE DO
TERRITÓRIO INDÍGENA DO XINGU
12 a 13/11/2023

Encaminhamentos da 10ª GGTIX

Ficam acordados os seguintes compromissos:

1. Continuam válidos todos os acordos e reivindicações estabelecidas na 9ª GGTIX.
2. Fica aprovado o Plano de Trabalho do Estudo do Componente Indígena da BR-242 pela 10ªGGTIX, conforme o que segue abaixo:
 - 2.1 Os arqueólogos e antropólogos indicados pelos xinguanos serão incorporados à equipe do ECI da BR-242.
 - 2.2 O Estudo do Componente Indígena da BR-242 contará com a contratação dos técnicos indígenas indicados pelas lideranças nas reuniões de governança regionais e na 10ª GGTIX, conforme Anexo II.
 - 2.3 O Estudo do Componente Indígena da BR-242 seguirá o seguinte cronograma, detalhado, também, no Anexo I:
 - 2.3.1 Trabalho de campo nos meses de fevereiro e março de 2024 na região do Alto Xingu, seguindo a divisão por povos indicadas pelos xinguanos.
 - 2.3.2 Trabalho de campo no mês de maio de 2024 nas regiões do Médio, Baixo e Leste, seguindo a divisão por povos conforme indicado pelos xinguanos.
 - 2.3.3 Trabalho de campo nos meses de agosto e setembro de 2024 concentrando as atividades nos Polos das quatro regiões.
 - 2.3.4 Realização da Oficina de Impactos no mês de novembro de 2024 com o GT de Obras do TIX e Técnicos Indígenas.
 - 2.3.5 Reunião dos membros do GT de Obras do TIX com os seus povos para conhecer e avaliar os impactos definidos na Oficina de Impactos.
 - 2.3.6 Reunião de Governança Geral do TIX para avaliação final dos impactos levantados na Oficina de Impactos e discutidos pelos povos.
 - 2.3.7 Entrega do ECI na Funai para análise técnica.
 - 2.3.8 Realização de Reunião de Governança Geral do TIX para aprovação final (ou não) do ECI.
3. O Ministério dos Transportes, DNIT e a INFRA S. A se comprometem a cobrir todos os custos do processo de Consulta Unificada BR-242 e FICO junto aos povos xinguanos, pois são os interessados nesses dois empreendimentos;
4. A INFRA S.A se compromete a protocolar o Plano de Trabalho na FUNAI atendendo a demanda dos povos xinguanos de atualizar a matriz de impacto da FICO de maneira coordenada com o cronograma e a metodologia do ECI da BR-242;

5. Considerando a ausência do IBAMA, do IPHAN, do Ministério Público Federal nesta 10ª GGTIX, órgãos importantes para o sucesso da Consulta Unificada, o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) se compromete a assumir o papel de órgão articulador do processo de Consulta Unificada da BR-242 e FICO aos povos do Território Indígena do Xingu dentro do governo, apoiando a ATIX na convocação de todos os órgãos relevantes para estarem presentes nas reuniões, respeitando todos os acordos feitos e apoiando os encaminhamentos das reivindicações dos povos xinguanos:

- a. Ministério dos Povos Indígenas e FUNAI
- b. Ministério da Cultura e IPHAN
- c. Ministério do Meio Ambiente e IBAMA
- d. Ministério dos Transportes, DNIT e INFRA S.A
- e. Casa Civil da Presidência da República e Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos
- f. Ministério Público Federal

Assinam este documento os caciques e lideranças do TIX:

Anexo:

Rubens Tumaia Suxet

Katru Yukuri Oso
JPH

Yanaina Chikuro, ~~Katru~~ Kulilu MATIPU

Wabku Yawabati, Tukupe Waura, Yawko Yaw Yawabati
WANA KAWU AWETI

Wleg sumt bayat Dhone sumar

Kurepa. Sicão Akari Waura **Tub**

Okuru Txiã, Turiça Apitxi Txiã, Puombo IKPENG
Rama Kampu IKPENG

Tiwiga KUMA TXICÃO IKPENG **Owokuyouokpeng** **Pantxatitaxano**

K. Tarame IKPENG Kuara Kamawia
Napitxi, Calugu Txiã

~~Shix~~ **Tjexuf** **Pawara KOWTRONK**,
Paltu **Kumai**, **Kimbar**, **Omykonabikpeng**

Kokto dupi **Kepfapucina Txiã**
Nawete Kixi
Messa topi tkpeng
wawut! Tsumai
naixare

XUMON WUKURO
Temin Yawabati
IXULALU WAURÁ

Continuação das assinaturas:
Isomalu Trumai

~~Kuro P...~~
Assalu Michina
~~P...~~

NAHUM KUIKURO
Yonama Kuikuro
Amari Kaiabi Suiá

Wiro Kaiabi
Afrin Kuikuro
XHILA X

Ché Kayabi
amari KAYABI
~~...~~

Mairi Zeca Napukura
Rema icayati

WARAVACO KUIKURO
MONSSAY KUIKURO
MANUFA MATIPU

Julio Cesar M. Almeida
Kaiabi Urcuayo

~~...~~

~~Yob...~~
YAPATSIAMA WAURA
TUIAT KAIABI

~~Y. J. ...~~

Wiyakumalu Waura
~~...~~
Wiyakumalu

Judicio In Camano
Rafael Pereira Costa

Fabio Rossato
~~...~~

~~...~~

Reynold.

~~...~~

B. F. ...

Leonardo Lima

~~...~~

Marta Triceto

Giorgio Garcia
Kaiabi

Kaiabi Souza

Iva Bochini

Carolina Romello

Katugaita Souza
Al Pistoleiro n. 1000

Manel Nakone

Paulo R. Souza

Wit Duj

Continuação assinatura

Wafadhrabi SSugoi

Pop. brekti Suia

K. Trumai

MATER GUYA

KUMARE FRIAO

JAWIRI Sufa

Amel Suya

Ukuruke Turoo Tenuai

Komatsai + peng

Kamirvako Nafukua

Kokhase Suia

TIRIFE NAFUKUA

~~Apayoto wan~~

Kyuitui Panara

MUSTARI KAIRABI

JARUA KAMIRUA

Ri ni mo ti pu

IRIWARUA MATIP

Comilo kuirure

[Signature]

Anexo: I

Proposta unificada das Quatro Governanças Regionais do Território Indígena do Xingu, sobre o Estudo do Componente Indígena – ECI da BR242 e FICO

Cronograma proposto pelos xinguanos

Regiões	Locais	j	f	m	a	m	j	j	a	s	o	n	d
Alto Xingu	1. Polo Leonardo (Yawalapiti, Aweti e Povos de Leonardo)												
	2. Aldeia Ipatse Kuikuro (Povo Kuikuro)												
	3. Aldeia Kuluene (Kalapalo)												
	4. Aldeia Matipu Novo (Povo Matipu e Nafukuá)												
	5. Aldeia Ipavu Kamaiurá (Povo Kamaiurá)												
	6. Aldeia Piyulaga Waurá (Povo Waurá)												
	7. Aldeia Kurisevo (Povo Mehinako)												
Médio Xingu	1. Polo Pavuru (Ikpeng, Waurá, Kamaiurá e Kawaiwete/Kaiabi)												
	2. Aldeia Boa Esperança (Povo Trumai)												
Baixo Xingu	1. Tuba-Tuba												
	2. Aldeia Arraia												
	3. Polo Diauarum												
	4. Aldeia Ilha Grande												
Leste Xingu	1. Aldeia Khikatxi												

Anexo: II

Equipe para integrar

Regiões	Nomes indicados de indígenas	Nomes indicados de não-indígenas
Alto Xingu	<ol style="list-style-type: none"> 1. Teteko Jahi Kalapalo 2. Arapawa Waurá 3. Yanama Kuikuro 4. Tumin Yawalapiti 5. Kemenha Mehinako 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Marcelo Fjoring – Antropólogo 2. Gabriele Garcia Veiga – Arqueóloga
Médio Xingu	<ol style="list-style-type: none"> 1. Oporike Txicão Trumai 2. Yakuwipu Waurá 3. Takap Kaiabi Trumai 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gabriele Garcia Veiga - Arqueóloga 2. David Allan Rogers - Antropólogo 3. Clinton Senna - Antropólogo
Baixo Xingu	<ol style="list-style-type: none"> 1. Karin Yudjá 2. Kumadiwa Yudjá 3. Yanin Kaiabi 4. Tuma Kaiabi 5. Yawarete Kaiabi 6. Amairé Kaiabi Suia 	
Leste Xingu	<ol style="list-style-type: none"> 1. Warakatu Suya 2. Poiko Suya 3. Ropkrase suyá 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Marcela Coelho – Antropóloga 2. Karine Assunção - Antropóloga

ANEXO 4

Documentação da equipe técnica